

**UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**

DAYANA MEDEIROS LUZ

**O USO DE JORNAIS COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DE HISTÓRIA
SOBRE AS REVOLTAS DO PERÍODO REGENCIAL**

CRATO – CE

2020

DAYANA MEDEIROS LUZ

O USO DE JORNAIS COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DE HISTÓRIA
SOBRE AS REVOLTAS DO PERÍODO REGENCIAL

Dissertação apresentada à
Universidade Regional do Cariri
- URCA, como parte das
exigências do Mestrado
Profissional em Ensino de
História (PROFHISTÓRIA),
para a obtenção do título de
Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Fábio José
Cavalcanti de Queiroz

CRATO – CE

2020

DAYANA MEDEIROS LUZ

O USO DE JORNAIS COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DE HISTÓRIA
SOBRE AS REVOLTAS DO PERÍODO REGENCIAL

Dissertação apresentada à
Universidade Regional do Cariri
- URCA, como parte das
exigências do Mestrado
Profissional em Ensino de
História (PROFHISTÓRIA),
para a obtenção do título de
Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Fábio José
Cavalcanti de Queiroz

Aprovada em: ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio José Cavalcanti de Queiroz – URCA (Orientador)

Profa. Dra. Ana Isabel RP Cortez Reis – URCA

Profa. Dra. Ana Sara Cortez Irffi – UFC

Prof. Dr. Darlan de Oliveira Reis Júnior - URCA

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por me guiar.

Aos meus pais, Antônio (*in memoriam*) e Luciula, por todo amor e apoio em todos os momentos da minha vida, em especial a minha mãe, que tanto me ajudou durante essa trajetória e sem a qual não seria possível realiza-la.

Ao meu esposo e colega de turma, Hernani Robinson, por todo o companheirismo, motivação e força durante essa jornada, principalmente nos momentos em que eu mais precisei. Ao meu filho Samuel William por todo o carinho e amor que me preenche de alegria.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Fábio José Cavalcanti de Queiroz, por toda paciência, disponibilidade e orientação, em que trouxe sempre colaborações significativas e inspiradoras para esta pesquisa.

A todos os colegas da turma do mestrado pela amizade e incentivo, aprendi bastante com cada um de vocês. Aos meus amigos, pelas conversas de apoio em cada momento.

A todos os professores do ProfHistória da URCA, que tanto contribuíram em minha formação, muitos foram professores desde a época da graduação, deixo então meus sinceros agradecimentos.

E a todos aqueles que, de alguma maneira, ajudaram na realização desta dissertação.

RESUMO

Este trabalho tem como proposta de pesquisa pensar sobre a utilização de fontes em sala de aula no ensino de História sobre as revoltas do período regencial, analisando os jornais Aurora Fluminense e Diário do Rio de Janeiro, publicados na época. O objetivo da pesquisa é compreender como o estudo e a análise dos jornais podem contribuir para uma participação mais ativa dos estudantes no ensino de História especialmente no conteúdo sobre as rebeliões do período. O intuito da análise do acervo é poder utilizar esses periódicos como recurso didático, verificando a forma como eles veiculavam as notícias sobre as revoltas e levar esse debate também para as aulas de História. As fontes que foram examinadas, os jornais Aurora Fluminense e Diário do Rio de Janeiro, podem ser encontrados digitalizados no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, sendo de fácil acesso através de uma ferramenta de pesquisa do próprio site. Através da utilização destes periódicos em sala, pudemos perceber que houve por parte dos estudantes um maior interesse no conteúdo estudado, ocorrendo maior protagonismo dos mesmos, pois eles ajudaram a criar o conteúdo, buscando-o direto nas fontes, ao invés de o receber pronto. O produto desta pesquisa é um catálogo de fontes, com base nos dois jornais já citados, sobre algumas das revoltas que aconteceram na regência: Cabanagem, Revolução Farroupilha, Sabinada e Balaiada; e tem como finalidade auxiliar os professores que quiserem trabalhar com o tema em suas aulas.

Palavras-chave: Ensino de História; Jornal; Revoltas Regenciais.

ABSTRACT

This work has as research proposal to think about the use of sources in the classroom in the teaching of History about the revolts of the regency period, analyzing the newspapers Aurora Fluminense and Diário do Rio de Janeiro, published at the time. The objective of the research is to understand how the study and analysis of newspapers can contribute to a more active participation of students in history teaching, especially in the content about the period's rebellions. The purpose of the analysis of the collection is to be able to use these periodicals as a didactic resource, verifying the way they conveyed the news about the revolts and take this debate to history classes as well. The sources that were examined, the Aurora Fluminense and Diário do Rio de Janeiro newspapers, can be found digitalized in the Hemeroteca Digital collection of the National Library, and are easily accessible through a search tool on the site itself. Through the use of these periodicals in class, we could see that there was a greater interest in students in the content studied, and there was a greater protagonism in them, because they helped to create the content, searching it directly in the sources, instead of receiving it ready. The product of this research is a catalog of sources, based on the two newspapers already mentioned, about some revolts that took place in the regency: Cabanagem, Revolução Farroupilha, Sabinada and Balaiada; and aims to help teachers who want to work with the theme in their classes.

Keywords: Teaching History; Newspaper; Regential Revolts.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Diário do Rio de Janeiro, 01 de junho de 1821, ed. 01	55
Figura 2: Aurora Fluminense, 21 de dezembro de 1827, ed. 01	59

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 CAPÍTULO I: O PERÍODO REGENCIAL E SUAS REVOLTAS	16
1.1 O período regencial e o surgimento das ideias liberais	16
1.2 As revoltas regenciais.....	22
1.2.1 Cabanagem.....	24
1.2.2 Revolução Farroupilha	29
1.2.3 Sabinada.....	35
1.2.4 Balaiada	42
2 CAPÍTULO II: A INVENÇÃO DA IMPRENSA DE GUTENBERG E O SURGIMENTO DO IMPRESSO NO BRASIL.....	47
2.1 Gutenberg e a invenção da imprensa	47
2.2 O surgimento da imprensa brasileira e seus primeiros anos	51
2.3 Os impressos no período regencial.....	63
3 CAPÍTULO III: A UTILIZAÇÃO DE FONTES NO ENSINO, O RELATO DE EXPERIÊNCIA E O CATÁLOGO DE FONTES SOBRE AS REVOLTAS	67
3.1 A utilização de fontes no ensino de História.....	67
3.2 Relato da experiência do trabalho com os jornais no ensino de História	76
3.2.1 Preparação para a utilização dos jornais	77
3.2.2 As dificuldades para a utilização das fontes	78
3.2.3 Experiência da utilização dos jornais nas aulas de História	80
3.2.4 Experiência da utilização dos jornais nas aulas da disciplina eletiva	82
3.3 Catálogo de fontes sobre a Cabanagem, Revolução Farroupilha, Sabinada e Balaiada: através dos jornais Aurora Fluminense e Diário do Rio de Janeiro.	83
3.3.1 Cabanagem.....	83
3.3.2 Revolução Farroupilha	84

3.3.3 Sabinada	86
3.3.4 Balaiada	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
FONTES	94
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICES	99

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como proposta de pesquisa, pensar sobre a utilização de fontes em sala de aula no ensino de História, analisando dois jornais do acervo de periódicos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Brasileira, propondo assim sua utilização como possibilidade para tornar o ensino mais atrativo para os estudantes e também para estímulo a pesquisa em sala de aula.

Os periódicos analisados foram publicados entre os anos de 1831-1840 no Brasil. Esse recorte foi pensado devido revoltas que aconteceram na sociedade brasileira durante o período regencial, entre outros acontecimentos. Os jornais são Aurora Fluminense e Diário do Rio de Janeiro. A escolha de ambos se deu pela popularidade que tiveram em sua época, circularem na capital do império e por divergirem em alguns pontos, como a política da época. Segundo Sousa (2015, p. 140), “o antigo Diário do Rio, que de jornal de anúncios, de Diário da Manteiga, passara a servir à política caramuru, publicando grandes artigos do visconde de Cairu, sob o pseudônimo de ‘Jurista’, hostis a Evaristo”.

O objetivo da análise do acervo é poder utilizar esses periódicos como recurso didático, analisando a forma como eles veiculavam as notícias sobre as revoltas e levar esse debate também para as aulas de História.

Ao pensar sobre a utilização de fontes em sala de aula, surgem alguns questionamentos em torno do tema, como: de que modo podemos utilizar os jornais em sala de aula? E quais as contribuições que essa metodologia pode trazer para o processo de ensino-aprendizagem no ensino de História?

As fontes podem ser utilizadas para ajudar o aluno a refletir sobre o processo de construção da História e fazendo com que ele se sinta parte dessa construção, não somente como um mero espectador, mas de um modo mais ativo no processo de ensino-aprendizagem.

Mais do que objetos ilustrativos, as fontes são trabalhadas no sentido de desenvolver habilidades de observação, problematização, análise, comparação, formulação de hipóteses, crítica, produção de sínteses, reconhecimento de diferenças e semelhanças, enfim, capacidades que favorecem a construção do conhecimento histórico numa perspectiva autônoma. (CAIMI, 2008, p. 141)

Dessa maneira, estaremos trabalhando na tentativa de instigar uma atitude crítica nos estudantes, que é um dos objetivos da História como disciplina, “criticar,

analisar e interpretar fontes documentais de natureza diversa, reconhecendo o papel das diferentes linguagens, dos diferentes agentes sociais e dos diferentes contextos envolvidos em sua produção” (BRASIL, 1999, p. 28). De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, como citado, a História deve propiciar esse contato com as fontes e o entendimento dos alunos sobre o papel delas, na construção da História, tornando-o também capaz de analisar e interpretar essas diferentes fontes.

Torna-se necessário então para despertarmos essa consciência nos alunos, essa habilidade de análise crítica dos fatos, tentarmos despertar o gosto pela disciplina História, e para isso um dos caminhos é tentar levar para a sala de aula, diferentes linguagens para que o aluno possa problematizar os fatos e entendê-los num âmbito mais amplo. Segundo Orço, Gandolfi e Tuzzi (2014) é preciso nos desprendermos do livro didático, e ampliarmos as leituras dos estudantes com a utilização de outras fontes, de forma que possamos fazer o diálogo entre essas fontes e transitar entre elas.

A palavra fonte tem como pudemos observar mais de uma definição, para a História a fonte não surge naturalmente, mas sim, é construída sempre com a alguma intenção, e que está na origem do conhecimento histórico, no sentido de que a utilizamos no processo de construção da História. Já sobre a questão do que pode ser considerado fonte histórica, Pinsky (2008, p. 10) traz essa discussão:

Mas, afinal, qual o traço comum que permite chamar de fontes para o conhecimento histórico coisas tão díspares como uma estátua grega do século V a.C., uma máscara maia, uma carta do Marquês de Pombal, um concerto de Mozart, uma película cinematográfica, um artigo de jornal sobre os perigos do desmatamento, uma entrevista gravada de um trabalhador em greve, uma fotografia e uma telenovela? A resposta está no interesse do historiador em inquirir o que essas coisas revelam sobre as sociedades às quais elas pertencem e na criação de uma narrativa explicativa sobre o resultado de suas análises.

A escolha do que deve ser considerado fonte ou não da História cabe ao historiador em seu trabalho de pesquisa, em que ele seleciona os vestígios que pactuam com seu objeto e a problemática da sua pesquisa. E o mesmo também faz com que essas fontes conversem entre si, o que traz uma riqueza maior de interpretações sobre o passado. Da mesma forma o professor pode proporcionar essa diversidade de interpretações sobre a História para o aluno em sala de aula, deixando que o mesmo faça essa interpretação e observe os diferentes pontos de vista sobre um mesmo fato.

Desse modo se torna importante tentarmos utilizar outras metodologias e recursos para procurarmos tornar o ambiente da sala de aula mais instigante para o aluno, assim como tornar a percepção dele, mais ampla a respeito da História, fazendo com que ele compreenda a construção da História como um processo. E para isso podemos utilizar fotografias, imagens, pinturas que o próprio material didático traz, desde que tenhamos o cuidado de utilizarmos como uma das fontes para a História e não somente para legitimar o que já foi dito pelo professor, ou o próprio argumento que o autor trabalha no livro. Assim como os filmes, que podem ser utilizados como mais uma fonte para dialogar, desde que o aluno possa compreender que o filme é uma construção sobre o passado e o contexto em que ele foi produzido também pode influenciar no que ele percebe e quer mostrar sobre esse passado.

Atualmente os estudantes têm acesso à história através de vários meios, como a mídia e redes sociais diversas, não somente pelos livros didáticos e na escola,

o saber histórico escolar vem, desde então, sendo veiculado não apenas por meio da escola, mas também por esses outros mecanismos que têm contribuído para a sua difusão e para a consolidação das principais idéias que, em torno dele, conformam uma memória coletiva que ajuda na construção de identidades. (FONSECA, T., 2006, p. 35-36)

E lidar com essa narrativa divulgada por outros mecanismos, é um dos desafios do professor de História na atualidade, pois os estudantes vêm com noções já prontas sobre determinados assuntos, e muitas vezes só analisaram um lado da história para chegar as suas conclusões, ou apenas reproduzem mesmo o conteúdo exposto na *internet*, por exemplo, como uma verdade.

Como uma forma de ajudar o aluno a refletir sobre o processo de construção da História e que ele se sinta parte dessa construção, não somente como um mero espectador, pensamos em uma utilização de jornais em sala de aula, fazendo parte do processo de ensino-aprendizagem, porque,

a dedicação ao estudo da história na escola não consiste em mero diletantismo, mas em compreender a si mesmo e a sua sociedade e, sobretudo, acumular conceitos para ler a própria realidade, e criar novidades, formas novas de intervenção na sociedade, novas práticas sociais, novas realidades. (PEREIRA; SEFFNER, 2008, p. 120)

O uso de fontes no ensino da História não é novo, mas a forma de se utilizar as fontes até nos próprios livros didáticos era mais para comprovar o que o texto diz ou ilustrar o próprio texto.

A escolha por utilizar jornais veiculados durante o período regencial se deu devido às várias revoltas que aconteceram nesse período, além de que há uma escassez de estudos que pensem as rebeliões através do discurso jornalístico da época, Sodré percebe justamente essa lacuna e chama atenção para essas fontes:

É surpreendente que a história desses movimentos de rebeldia não tenha aproveitado, até agora, e via de regra, esse material informativo extraordinariamente rico e esclarecedor - o dos jornais. Isso comprova apenas que, na verdade, a história das rebeliões da Regência está por ser escrita. (1999, p. 130)

Partindo dessa necessidade de conhecer mais sobre as rebeliões, percebemos que ainda há muito a se investigar sobre as revoltas através do discurso jornalístico da época. E esse trabalho com as fontes faz com que o aluno compreenda melhor o mundo em que vivemos e entenda alguns acontecimentos da hodiernidade, ou mesmo repense práticas do nosso dia a dia. Portanto, as fontes ajudariam a formar no estudante uma postura mais crítica tanto em relação à construção da História quanto em relação à atualidade.

Temos como objetivo geral da pesquisa compreender como o estudo e a análise dos jornais Aurora Fluminense e Diário do Rio de Janeiro do período regencial, podem contribuir para uma participação mais ativa dos estudantes no ensino de História especialmente no conteúdo sobre as rebeliões do período.

Como objetivos específicos analisar como e o que os jornais da época falavam sobre as revoltas que aconteceram no período regencial; verificar como a metodologia do professor-pesquisador pode contribuir para tornar o ensino de História mais atrativo; e produzir um catálogo de fontes sobre as revoltas, junto a um relato de experiência de como trabalhar com os periódicos em sala de aula.

As fontes que foram utilizadas, os jornais Aurora Fluminense e Diário do Rio de Janeiro, podem ser encontrados digitalizados no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional¹, sendo as matérias de fácil, já que através de uma ferramenta de pesquisa do próprio site, é permitido a busca por palavras que estejam nos jornais, filtrando por local, ano e título das publicações, o que facilita bastante o acesso ao acervo para o professor que deseje utilizar essas fontes em sala.

¹ Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

Esse trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo buscamos analisar a história do Brasil durante o período regencial, assim como o surgimento das ideias liberais, e trabalhamos também com algumas das revoltas do período: Cabanagem, Revolução Farroupilha, Sabinada e Balaiada, discutindo seus motivos, como se desenvolveram e também suas consequências, buscando informações sobre elas a partir dos jornais já citados, e também nos autores que se debruçam sobre esses temas.

É importante salientar que as citações dos trechos dos jornais foram feitas obedecendo ao modo como está escrito nos mesmos, ou seja, com a ortografia da época. Além disso, a numeração das edições está em concordância com o site da Hemeroteca, diferindo em alguns momentos da numeração da capa do jornal, pois desse modo é mais fácil de ser localizada na página.

No segundo capítulo tratamos sobre a invenção da imprensa por Gutenberg no século XV e as mudanças que a mesma trouxe na forma de se criar cópias, além da influência que a mesma teve nos livros do período e sobre o surgimento do impresso no Brasil.

Analisar a história do impresso é significativo para compreendermos como essa arte de informar/noticiar ganhou notoriedade ao longo dos séculos e com isso foi transformando-se em uma fonte histórica das mais usadas pelos historiadores.

Também analisamos o surgimento do impresso no Brasil, que teve início com a chegada da família real e como foi seu desenvolvimento no período regencial, pensando nas modificações que o impresso sofreu e nas influências que traziam do cenário político da época.

No terceiro e último capítulo o texto está dividido em três partes. A primeira delas discorre sobre como utilizar fontes no ensino de História, com base em várias pesquisas bibliográficas de estudiosos sobre o tema, que buscamos nos apoiar nesses autores no sentido de pensarmos sobre a viabilidade de se utilizar essas fontes como parte de uma metodologia de ensino na educação básica. E também na tentativa de buscar a melhor forma de utilizarmos essa metodologia, assim como seus benefícios.

Na segunda parte do texto tratamos sobre a experiência de usar os jornais Aurora Fluminense e Diário do Rio de Janeiro em sala de aula no ensino médio, para uma melhor compreensão sobre as principais revoltas regenciais.

Na última parte se encontra um catálogo de fontes, com base nos dois jornais já citados, sobre as revoltas que foram debatidas no primeiro capítulo.

CAPÍTULO I: O PERÍODO REGENCIAL E SUAS REVOLTAS

1.1 O período regencial e o surgimento das ideias liberais

Para quem quer conhecer o período regencial, há uma boa literatura – ainda que seguramente insuficiente – que oferece a possibilidade não apenas de uma compreensão lapidar desse momento da história do Brasil, mas de descortinamento de novos horizontes e questões. Nessa perspectiva, ao recuperar certa visão em referência à matéria, sob um prisma crítico, um estudioso do tema assinala que o período regencial

foi considerado como "o mais interessante, dramático e instrutivo da História do Brasil" por João Manuel Pereira da Silva, um de seus primeiros historiadores. Entretanto, não é exagero afirmar tratar-se também de um dos momentos históricos menos conhecidos, talvez justamente pela complexidade e variedade de sinais que nos transmite. (MOREL, 2003, p. 07)

Esse período foi marcado por muitas rebeliões contra o governo das regências, e ao mesmo tempo foi um período com crescimento no número de periódicos, que fez circular diferentes ideias, muitas vezes contrárias às aspirações do governo regencial, como aborda Morel (2018, p. 42):

E foi justamente no período das Regências (1831-1840) que ocorreu no Brasil uma verdadeira explosão da palavra pública, com crescimento visível de associações, de motins, rebeliões... e de periódicos, embora, claro, nem todos fossem rebeldes. A imprensa constituiu-se como formuladora de projetos de nação distintos entre si (apesar das convergências) e de uma cena pública cada vez mais complexa [...].

Segundo Sodré (1999, p. 120) “a fase da Regência foi, realmente, um dos grandes momentos da história da imprensa brasileira, quando desempenhou papel de extraordinário relevo e influiu profundamente nos acontecimentos”. Tendo em vista essa maior presença de periódicos no período regencial, assim como um número significativo de rebeliões, isso, de imediato, nos leva às seguintes questões: Que papel os periódicos tiveram em relação a essas rebeliões? Teriam ajudado a divulgar as ideias contrárias ao governo da época? Ou teriam talvez auxiliado na divulgação das formas de repressão enfrentadas por essas rebeliões e seus líderes?

O período regencial (1831-1840) foi marcado por divergências entre partidos políticos, essas divergências acabaram influenciando também às várias revoltas que aconteceram nesse intervalo de tempo. Segundo Basile (2018) a maioria das revoltas nascidas entre os anos das regências era de tendência exaltada, outras possuíam

tendência caramuru e, em menor número, estavam as de tendência antiescravista. Desse modo podemos perceber uma forte influência das ideias dos exaltados no universo das revoltas.

Ao final do Primeiro Reinado a disputa pelo poder na regência foi bastante alta, sendo os moderados, à primeira vista, a força hegemônica, tanto durante o primeiro momento, marcado pela Regência Trina Provisória, quanto no segundo momento, perpassado pelo domínio da Regência Trina Permanente. Desde a independência formal, anunciada em 1822, as elites - já inspiradas pelo liberalismo europeu - pretendiam diminuir o poder do imperador e manter o povo controlado, já que existia também o medo do ocorrido na França durante a Revolução Francesa, quando as massas populares emergiram no tablado histórico com inegável energia.

Essa inspiração liberal foi o que fez surgir as divergências entre os partidos políticos, até mesmo entre os que apoiavam as ideias liberais, fazendo surgir os moderados e os exaltados liberais.

No Brasil, os principais adeptos do liberalismo foram homens cujos interesses se relacionavam com a economia de exportação e importação. Muitos eram proprietários de grandes extensões de terra e elevado número de escravos e ansiavam por manter as estruturas tradicionais de produção ao mesmo tempo que se libertavam do jugo de Portugal e das restrições que este impunha ao livre-comércio. (COSTA, 1999, p. 133-134)

Como podemos perceber na citação acima, muitos dos que aderiram as ideias liberais, ainda pretendiam manter a estrutura da cadeia produtiva com a utilização de trabalho escravo, o que confere uma peculiaridade às ideias liberais transportadas e implantadas no Brasil nesse período, o que ressaltava a necessidade de encontrar um equilíbrio relativamente a essa contradição.

Situados ao centro do campo político imperial, os *moderados* apresentavam-se como seguidores dos postulados clássicos liberais, tendo em Locke, Montesquieu, Guizot e Benjamin Constant suas principais referências doutrinárias; almejavam (e conseguiram) promover reformas político-institucionais para reduzir os poderes do imperador, conferir maiores prerrogativas à Câmara dos Deputados e autonomia ao Judiciário, e garantir a observância dos direitos (civis, sobretudo) de cidadania previstos na Constituição, instaurando uma liberdade “moderna” que não ameaçasse a ordem imperial. À esquerda do campo, adeptos de radical liberalismo de feições jacobinistas, matizadas pelo modelo de governo americano, estavam os *exaltados*, que, inspirados sobretudo em Rousseau, Montesquieu e Paine, buscavam conjugar princípios liberais clássicos com ideais democráticos; pleiteavam profundas reformas políticas e sociais, como a instauração de uma república federativa, a extensão da cidadania política e civil a todos os segmentos livres da sociedade, o fim gradual da escravidão, relativa igualdade social e até uma espécie de reforma agrária. Um terceiro grupo

concorrente organizou-se logo no início da Regência, os chamados *caramurus*. Posicionados à direita do campo e alinhados à vertente conservadora do liberalismo, tributária de Burke, eram contrários a qualquer reforma na Constituição de 1824 e defendiam monarquia constitucional firmemente centralizada, nos moldes do Primeiro Reinado, em casos excepcionais chegando a nutrir anseios restauradores. (BASILE, 2018, p. 61)

Basile no excerto acima consegue delinear muito bem as influências ideológicas de cada uma das três propostas de pensamento para desenvolver a nação; propostas essas que permearam a regência, evidenciando intenções de mudanças e permanências para o Brasil da época. Nisso podemos perceber como há pouco exposto, que algumas proposições liberais se diferenciavam das ideias liberais em sua roupagem clássica.

Tratando dessa celeuma política e histórica, Costa explicita que as ideias liberais não vieram para o Brasil simplesmente por meio de imitação do modelo europeu; para ele, no que diz respeito aos adeptos do liberalismo de cor local, “as ideias liberais eram armas ideológicas com que pretendiam alcançar metas políticas e econômicas específicas” (1999, p. 134).

Porém algumas parcelas da população, como os estratos sociais escravizados (COSTA, 1999), acreditaram que as mudanças trazidas pelas ideias liberais também se estenderiam até eles, pondo um fim à escravidão. Não tardou para que percebessem que este final ainda não chegaria.

A Constituição de 1824, que criou o poder moderador², também criou possibilidades para a formação de uma oligarquia,

O cargo de senador era vitalício e, como a idade mínima requerida era de quarenta anos, os senadores podiam manter-se no cargo por muito tempo. De fato, ao fim do Império, cinco senadores poderiam vangloriar-se de ter permanecido no Senado por mais de quarenta anos. Os membros do Conselho de Estado, ministros e chefes dos partidos políticos eram escolhidos entre os senadores. Durante o Primeiro e o Segundo Impérios, 40% dos senadores receberam títulos de nobreza. Juntamente com os conselheiros de Estado, também vitalícios, os senadores constituíam um grupo influente, invejado e respeitado. O apoio desses homens era decisivo para obter-se um empréstimo bancário, um posto na burocracia, uma pensão do governo, a aprovação de uma empresa ou companhia por ações, ou para o êxito numa carreira política. (COSTA, 1999, p. 140)

² A Constituição de 1824 criou além dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o poder Moderador. Mediante este último, o imperador podia escolher os ministros sem precisar consultar o Parlamento, suspender a Câmara, adiá-la ou dissolvê-la e convocar novas eleições, nomear os membros do Conselho de Estado e escolher os senadores dentre os três mais votados (COSTA, 1999, p. 140).

Conforme pode se desprender da citação, os senadores começavam a formar uma oligarquia, na qual era incorporada os seus protegidos. A Igreja católica também ganhou a possibilidade de “controlar os registros de casamentos, nascimento e morte, bem como os cemitérios” (COSTA, 1999, p. 141).

Emília Viotti da Costa também menciona em seu texto o surgimento das ideias que levaram a nascer os partidos conservador, liberal moderado e exaltado. Segundo a autora,

as massas vencidas em 1822 seriam fator de agitação durante todo o Primeiro Reinado e Regência e veriam, por fim, suas aspirações frustradas. Durante esse período, três facções lutaram pelo poder: a primeira, de tendências conservadoras, favorecia a centralização e apoiava, em princípio, o imperador; a segunda, mais liberal, pretendia dar maior poder ao Parlamento; e a terceira, mais democrática, favorecia a descentralização, o sufrágio universal e a nacionalização do comércio. (COSTA, 1999, p. 144)

Basile (2018) também cita a influência que esses grupos tinham dentro das câmaras, com uma predominância de deputados moderados, que eram mais que a metade do total, por exemplo, em detrimento de uma porcentagem menor de *caramurus* (mas ainda expressiva) e uma pequena parcela de exaltados. Nas palavras do autor:

Se havia menos disparidade na composição política da câmara alta, com amplo predomínio dos *caramurus* e, mais tarde, dos *regressistas*, na baixa a divisão de forças era mais complexa. Dos 123 deputados (incluindo, além dos eleitos, os suplentes que assumiram vaga) que atuaram na segunda legislatura, identifiquei a tendência política de 89 (72,36%); destes, 47 (52,81%) filiavam-se aos *moderados*; 35 (39,33%) aos *caramurus*; e apenas sete (7,86%) aos *exaltados*. Os dados atestam, por um lado, a supremacia dos *moderados*, senhores do governo regencial, na Câmara dos Deputados, e, por outro, a fraquíssima representatividade dos *exaltados* no seio das instituições políticas formais, o que fazia com que, em escala nacional, a atuação política do grupo ficasse restrita às arenas informais do espaço público. Quanto aos *caramurus*, sua elevada presença na Câmara chega a surpreender, demonstrando que não tinham força só no Senado e que mesmo naquela Assembleia tinham condições de incomodar os *moderados*. (BASILE, 2018, p. 63)

Desses grupos políticos que tinham representação na câmara, *caramurus* e os exaltados principalmente, influenciaram várias revoltas que ocorreram durante o período regencial. Porém as disputas começaram ainda antes, após dissolverem a Assembleia Constituinte de 1823 e a criação da Constituição de 1824, como é o caso da Confederação do Equador, que é importante salientar já se utilizava de um periódico para explanar as ideias que comungavam os revoltosos.

Segundo Basile, a formação dos grupos liberais moderados e exaltados possuía uma base diferente, vindo de parcelas distintas da sociedade, sendo o grupo exaltado socialmente mais diversificado que o moderado.

Organizados já em 1826, os *moderados* reuniam uma nova geração de políticos provenientes, sobretudo, do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, vinculados, como apontou Lenharo, aos produtores e comerciantes do interior mineiro, ligados ao abastecimento da corte e associados a indivíduos oriundos da pequena burguesia urbana e do setor militar [...] Os *liberais exaltados* organizaram-se pouco depois, em torno de 1829, em meio ao acirramento da crise política; apresentavam perfil social mais heterogêneo, pertencendo, em geral, às camadas médias urbanas (em particular, profissionais liberais e funcionários públicos civis, militares e eclesiásticos) e com pouquíssima representatividade nos quadros da elite política imperial. (BASILE, 2018, p. 59-60)

Um fato relevante a se analisar é a mudança de ideias que fizeram algumas pessoas de grande influência na época, sem se falar das oscilações de pontos de vistas que marcaram a postura de muitas delas. Evaristo da Veiga, por exemplo, que sempre teve reputação de liberal, em alguns momentos adotava posições mais conservadoras, como não pretender dar poder de participação política ao povo (COSTA, 1999).

Costa aponta que o Aurora Fluminense é um bom jornal para se conhecer as ideias dos liberais que também compactuavam com ideias conservadoras, até porque, em última análise, o “seu ideal era uma monarquia constitucional com participação popular limitada” (1999, p. 146). De algum modo, essas oscilações e alternâncias são perceptíveis até no modo como esses atores políticos (inclusive por meio da imprensa) se posicionam em relação às revoltas regenciais.

Antes da abdicação do imperador, Evaristo da Veiga se aliara à oposição liberal e se dedicara a atacar republicanos e absolutistas nas páginas de seu jornal, mas depois da abdicação, diante das crescentes demandas populares, tornou-se cada vez mais conservador. (COSTA, 1999, p. 146)

Evaristo começou a divulgar nas páginas do seu jornal que os liberais instigavam a luta de classes, ou seja, o confronto entre as camadas mais abastadas e as menos favorecidas. Aqui cabe um parêntese: nunca é demais recordar que no imaginário político das classes dirigentes da época monárquica, era aceitável os conflitos entre as suas distintas vertentes, mas isso não implicaria jamais em açular as massas populares, algo considerado inaceitável.

Fechado o parêntese, compete trazer à baila outros exemplos de pessoas que eram consideradas liberais, mas com o passar do tempo mudou seu discurso, cujo caso mais emblemático foi o do padre Feijó. De acordo com Costa (1999, p. 153),

Reprimidos os levantes, Feijó afirmou que “o brasileiro não foi feito para a desordem, que o seu natural é o da tranquilidade e que ele não aspira outra coisa além da constituição jurada, do gozo de seus direitos e de sua liberdade” – afirmação que, se bem que desmentida muitas vezes pelos fatos, tornou-se uma das crenças que, juntamente com o mito da democracia racial e da benevolência das elites brasileiras, vieram a constituir o núcleo da mitologia social que perdurou até o século XX.

Essa ideia de que o brasileiro é pacífico, tranquilo, é algo que na atualidade ainda é utilizada por algumas pessoas como uma justificativa, do mesmo modo que utilizou Feijó, para defender a passividade e a falta de mobilização nas lutas por mais direitos. Isso nos faz perceber que esse tipo de discurso é algo que vem desde o período das regências e ainda perdura até hoje.

O próprio Ato Adicional de 1834 e o Código de Processos de 1832 acabaram sendo formas que os diferentes grupos políticos encontraram de conciliar as ideias divergentes, chegando a um acordo, apesar de que o Código, ao ser aprovado, já provocara em algumas pessoas o sentimento de que, em breve, seria preciso submetê-lo a uma revisão. Ele de certa forma trouxe vitórias para os liberais, mas havia pessoas que já cogitavam extinguir a autonomia às províncias que o mesmo trazia, assim como o desejo de voltar atrás nas concessões feitas. O que acabou acontecendo, quando o mesmo teve seu texto revisado em 1841, “restringindo o poder dos juízes eletivos e ampliando a área de influência dos representantes do governo no poder judiciário e policial – revisão perfeitamente coerente com o espírito do liberalismo regressista que imperava nessa fase” (COSTA, 1999, p. 153).

No entanto, a maioria das pessoas que aderiram aos movimentos revolucionários não agiu movida por razões ideológicas. Os motivos eram bastante pragmáticos e concretos. As elites locais protestavam contra a perda de poder e as intrusões do governo central em suas comunidades; irritavam-se com a substituição de autoridades escolhidas pelo voto por outras designadas pelo governo; reclamavam da arrecadação de novos impostos; opunham-se à intervenção do governo central nas eleições locais e o seu controle sobre a iniciativa privada. Os artesãos e comerciantes nativos protestavam contra o crescente monopólio do comércio por estrangeiros favorecidos por tratados comerciais. Os homens do campo e as populações urbanas mais pobres rebelavam-se contra o recrutamento militar forçado e o aumento do preço de alimentos. Os soldados amotinavam-se porque não se lhes pagava o soldo. (COSTA, 1999, p. 156/157)

Analisando com vagar a passagem mencionada, percebemos que as variadas camadas da população das províncias que aderiram às revoltas não o faziam por intenções necessariamente ideológicas, mas por interesses próprios de melhorias de condições de vida, ou por não concordar com alguma medida tomada pelo governo central, ou seja, cada um por um motivo específico.

No início do período regencial foram se fortalecendo as diferenças entre o partido conservador e o liberal, em que, no primeiro momento, se constata a existência de aspectos ideológicos que os situavam em campos virtualmente contrários, como aponta Costa (1999, p. 157),

Os liberais eram federalistas, favoreciam a autonomia local, exigiam a abolição do Poder Moderador e do Conselho de Estado, opunham-se à vitaliciedade do Senado e à intromissão do governo na economia, eram favoráveis ao comércio livre, à liberdade de expressão e de culto. Defendiam o princípio de que o rei reina, mas não governa. Os conservadores defendiam a posição oposta: a centralização, o Poder Moderador, o Conselho de Estado, a vitaliciedade do Senado, a religião católica como religião de Estado e o princípio de que o rei reina e governa.

Contudo, essa diferença foi se tornando cada vez menos evidente, já que o medo às ideias dos liberais radicais começou a aproximar as ideias de conservadores e liberais, e, em larga medida, essa tomada de posição regressiva é captada nos próprios ideais defendidos pelos jornais do período, nos quais podemos perceber essa aproximação entre o conservadorismo e o liberalismo relutante.

1.2 As revoltas regenciais

As revoltas regenciais foram muitas e com as mais variadas aspirações políticas e intenções. Basile (2018) em seu texto fala a respeito delas e as divide em ciclos, como as revoltas do período das regências trinas, que seria um primeiro ciclo; as posteriores ao ato adicional, formando um segundo ciclo; e por último, as rebeliões escravas, no terceiro.

As revoltas desse primeiro ciclo, conforme o autor, são movimentos urbanos e que duraram pouco tempo, além de terem pouca adesão. Os motivos, segundo ele, seriam variados, porém destaca alguns:

insatisfação de exaltados e caramurus com o governo moderado, os anseios federalistas, o descontentamento de amplos setores militares (por motivos que iam desde a drástica redução dos efetivos e os critérios de promoção e de ocupação dos postos de comando até os baixos soldos, o recrutamento forçado e os castigos corporais, passando também pelas constantes

transferências e dissoluções de unidades), a concentração de cargos administrativos e políticos em mãos dos moderados ou de remanescentes do Primeiro Reinado identificados aos caramurus, os acirrados sentimentos antilusitanos e a crise econômica (sentida, especialmente, na falta, falsificação e desvalorização da moeda de cobre, na carestia de alimentos e na alta do custo de vida). (BASILE, 2018, p. 68)

Insatisfação política, conflito em torno do princípio do federalismo, vicissitudes militares, concentração de cargos, crise econômica, são alguns dos fatores que mais incomodavam a população e, destacadamente, os agrupamentos políticos desses locais. Ainda segundo o autor, essas revoltas se espalharam por várias regiões do país e existiram em grande quantidade e a única que fugiria a todo esse contexto teria sido a Cabanada (1832-1835).

O segundo ciclo, “seguiu-se à aprovação do ato adicional, cujas medidas descentralizadoras contribuíram para o fortalecimento dos poderes provinciais, os quais, muitas vezes, não estavam bem afinados com a política do governo central” (BASILE, 2018, p. 70). É nesse período que se deram as revoltas mais conhecidas da época das regências, como a Cabanagem, Sabinada, Balaiada e a Revolução Farroupilha, que também são as revoltas mais debatidas nos livros de História da educação básica, apesar de isso não significar que as mesmas possuem um espaço grande reservado para elas nesses livros; muitas vezes acontece o oposto, quando nem todos esses movimentos chegam a ser abordadas pelos autores, assim como a todo o período regencial em si não se atribui um espaço muito amplo dedicado a compreender seus acontecimentos.

O terceiro e último ciclo que o autor traz em seu texto é o das revoltas antiescravistas, e, neste caso as que foram lideradas de modo mais direto por pessoas e grupos escravizados, a exemplo das rebeliões de Carrancas, dos Malês e de Manuel Congo.

Basile (2018) ainda nos traz um quadro contendo as revoltas do período, além de suas datas, localização e tendências políticas, apontando assim 29 rebeliões, tendo em sua maioria como tendência política, os liberais exaltados (das 29 rebeliões numeradas, 18 possuem essa identidade política, sendo que uma destas possui tendência mista entre exaltada e moderada). A segunda tendência que mais guiou revoltas foi a dos caramurus, tendo no total 8 revoltas que tinham esses ideais conservadores. E por último três revoltas tinham como aspiração política a luta contra a escravidão, as quais foram citadas anteriormente.

Nesse capítulo então serão abordadas somente as revoltas mais conhecidas do período: Cabanagem, Revolução Farroupilha, Sabinada e Balaiada, que fazem parte do segundo ciclo de revoltas do período regencial citado por Basile, pois como já mencionado anteriormente, as revoltas são muito numerosas e não teríamos como trazer todas a essa discussão. Essas revoltas também são as mais trabalhadas e cobradas aos alunos da educação básica em exames, como vestibulares; então iremos nos debruçar somente sobre as mesmas, o que não deixa de ser interessante e relevante o estudo e abordagem das demais em sala, até por muitas vezes estarem mais próximas geograficamente da região em que vivemos do que essas mais conhecidas.

Também serão utilizados trechos dos jornais Aurora Fluminense e Diário do Rio de Janeiro que tratam sobre os acontecimentos das revoltas, de modo que possamos perceber como esses periódicos veiculavam os eventos e falavam sobre os movimentos rebeldes. É importante salientar que muitas vezes a notícia era publicada muitos dias após ao ocorrido, o que se dava pela demora na circulação de notícias dos jornais das províncias ou cartas para chegarem até o Rio de Janeiro, principalmente nos períodos de revoltas.

1.2.1 Cabanagem

A Cabanagem, revolta que eclodiu na província do Grão-Pará entre os anos 1835 a 1840, tendo como característica uma revolta com base nas ideias dos liberais exaltados, assim como as próximas que trataremos neste capítulo, também teve nos jornais uma importante ferramenta.

Enquanto durou a luta armada, na sucessão de choques de extrema violência, a atividade da imprensa quase desapareceu. As dificuldades observadas no sul para a circulação de jornais repetiram-se no norte, mas em proporções muito maiores: no sul circularam folhas impressas, com irregularidade mas com a continuidade para não deixar desaparecer de todo o mister; no norte, as dificuldades eram agravadas por uma série de fatores e a imprensa dos rebelados só existiu nos intervalos curtos de uma luta extraordinariamente acirrada. (SODRÉ, 1999, p. 132)

Conforme observa o autor, durante as revoltas se tornava mais difícil a circulação de jornais, situação por ele examinada, principalmente, no norte do país. Os jornais tiveram um papel muito importante na divulgação das ideias liberais que movimentaram os revoltosos, mas também tinham um papel não menos relevante na

divulgação das ideias conservadoras, contrárias ao movimento. Sobre esses jornais, Sodré os diferencia em sua obra,

Os conservadores defendiam suas idéias no *Sagitário*, redigido pelo francês Lazier; em *A Opinião*, de que era redator João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha; em *O Despertador*, onde escreviam José Soares de Azevedo, Tenreiro Aranha e Marcos Antônio Rodrigues Martins. Os liberais pregavam as suas no *Orfeu Paraense*, de Batista Campos; no *Publicador Amazonense* de Batista Campos e Silvestre Antunes Pereira; no *Paraguaçu*, dos mesmos cônegos; e na *Sentinela Maranhense na Guarita do Pará*, de Ferreira Lavor. (SODRÉ, 1999, p. 132)

Desse modo percebemos também a presença forte das ideias e disputas políticas dentro das redações dos periódicos, cada um defendendo as ideias com as quais comungava, apoiando ou não a revolta.

Embora o movimento Cabano seja tradicionalmente associado à década de 1830 e mais especificamente ao período regencial, seu entendimento passa pela recuperação do quadro de tensões sociais que marcaram o Grão-Pará entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do XIX. (PINHEIRO, 2011, p. 203)

Pinheiro relata acima que para entendermos melhor o movimento da revolta, precisamos compreender os eventos que se processaram a datar do final do século XVIII, como por exemplo a política mais agressiva para a produção de especiarias na região Amazônica, o que intensificou a exploração dos indígenas. Contudo, com o fim da política de incentivos econômicos promovida pelo marquês de Pombal, a pobreza se espalhou pela região. Nesse ínterim, houve também o aumento na busca de indígenas pelos colonos com vistas às atividades laborais, com fortes elementos coercitivos.

Os indígenas então começaram a fugir da região e a se rebelar atacando os colonos. Além disso, avançando um pouco no tempo, os impostos aumentaram após a vinda da família real para o Brasil, o que agravou ainda mais a situação, trazendo pobreza e falta de alimentos a região.

Havia na província do Grão-Pará uma “concentração de riquezas e poder nas mãos de poucos comerciantes, normalmente brancos e de origem portuguesa, e que, nos anos posteriores a 1808 e 1809 passaram a se associar a estrangeiros [...]” (RICCI, 2018, p. 194), de modo que já podemos ver que a distribuição de riquezas se realizava de modo acentuadamente desigual.

As contradições entre brasileiros e portugueses se agudizaram até 1831, quando a pressão para a abdicação do imperador se tornou incontrolável. No

Pará a reação aos atos do poder provincial se manteve forte, uma vez que a Regência insistiu em nomear presidentes de província descompromissados com as propostas das elites nativas. (PINHEIRO, 2011, p. 205)

Seja qual for a maneira e a época em que surgiu esse cenário de contundente desequilíbrio social, o certo é que, ao chegar às portas da década de 1830, a região se deparava com um horizonte pouco auspicioso, tanto no que concerne à sociedade como no que diz respeito ao mundo da política. A cena nacional constituía uma ampla moldura que pressagiava os conflitos ainda ligeiramente latentes no plano local. Aliás, a abdicação de Pedro I não implicou mudanças de qualidade no âmbito provincial. Nesse sentido, o período da regência, com efeito, há de assistir perplexo a explosão dos desassistidos.

Grosso modo, ao observar o cenário da nova situação política, dir-se-ia que com toda a falta de amparo que o governo central tivera em relação à província, a regência ainda não se atentara para os reais interesses dos agrupamentos regionais, inclusive ao nomear presidentes que também não tinham essa preocupação, e tudo isso contribuiu aos poucos para gerar a revolta que mais tarde haveria de se espalhar pelo Grão-Pará.

Não se pode depreender que, iniciada a regência, a explosão se fez imediata. Ela esteve em iminência ao longo dos primeiros anos, mas sem se expressar nas praças e ruas de forma contundente, embora os impressos dos grupos políticos anunciassem a revolta ainda encoberta. A guerra de saliva na imprensa precedeu a luta física das trincheiras. Somente nos primeiros dias do ano de 1835, de feito, iniciaram-se os acontecimentos que marcaram a revolta na região,

um grande número de homens - autodenominados "patriotas" e vindos de várias partes da Amazônia - invadiu as ruas da cidade de Belém, assassinando as duas principais autoridades, alguns senhores de escravos identificados com os ricos portugueses que monopolizavam o comércio local e eram maçons, e fazendo a cidade temer um movimento mais amplo. (RICCI, 2018, p. 201-202)

O que desencadeou esses assassinatos citados por Ricci fora a morte de Batista Campos que havia se refugiado na fazenda de Malcher, e este acabou sendo preso e tendo a fazenda destruída (PINHEIRO, 2011).

No periódico Diário do Rio de Janeiro, na sua edição do dia 27 de janeiro de 1835, noticia os eventos acontecidos na província, tendo como base uma matéria do Jornal do Commercio, reconstruindo e resumindo assim os fatos:

Sim, Paraenses huma porção de homens incantos, unidos a hum bando de facciosos de malvados e de assassinos capitaneados por dous mais [ilegível] de todos os monstros, acabão de pôr em prática esse plano, há tempos trabalhado, de morte e de roubo, ameaçando destruir a ordem estabelecida, e mergulhar a Provincia n'hum abismo de males. O feroz Malcher he o capitão deste bando de facinorosos que á força tem coagido alguns habitantes daquelle districto a reunirem se a elles. Cinco victimas já forão sacrificadas á sua barbaridade, e entre estas o joven, valente e benemérito patriota o 2º Commandante da Guarda Municipal José Maria Nabuco de Araujo, o Commandante do Batalhão daquelle districto por elles foi preso, e outros indivíduos vão a ser fuzilados! (Diário do Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1835, ed. 0100020, p. 01)

Como podemos perceber pelo relato, os rebeldes são vistos como pessoas que estavam forçando os habitantes a se juntarem a revolta, e que sacrificavam seus inimigos de forma bárbara. Antes desse trecho o autor citava que no momento em que achavam que teriam alguma paz, surge esse levante na província. Ainda convidam os paraenses a pegar em armas e ajudar o governo a recuperar a paz:

Tanta scena de horrores he bastante para vos mover os corações, e vos chamar ás armas: Sim ás armas, Paraenses reunni-vos ao Governo que incansável trabalha na destruição de tão [ilegível] planos. Paraenses, a causa he de todos: o nosso sagrado systema, as vossas propriedades, são objectos sagrados, a que agora vos deveis curvar, e a que deveis sacrificar de prompto todas as vossas commodidades. A trombeta dos rebeldes já sôa, e he ocasião de abater a audácia de tão vis inimigos. (Diário do Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1835, ed. 0100020, p. 01)

E no Jornal Aurora Fluminense também noticiavam o desenrolar dos atos iniciais dos rebeldes, que levaram a morte o presidente da província.

No dia 7 de Janeiro, pelas 3 horas da madrugada forão assassinados no Pará o Commandante das armas Santiago, o *English*, e depois de amanhecer, o Presidente Lobo. As authoridades do Pará, logo que conseguirão desfazer as primeiras tentativas de rebelião, e prender o Malcher, entenderão que nada mais lhes restava a fazer e se deixarão ficar em profunda paz. No emtanto, os malvados conspirarão e seduzirão a soldadesca. Algumas denuncias dadas de hum próximo rompimento forão desprezadas de tudo, porque avizos anteriores da mesma natureza não havião surtido efeito. [...] Ao amanhecer, tudo parecia solitário; só se vião alguns cadáveres pela [ilegível]. O Presidente enviou por huma preta ordem ao *English* para desembarcar com a maruja; porém logo depois soube do triste fim daquelle Official e do Santiago. Sem que o podessem deter, e dizendo que queria partilhar a sorte dos seus amigos, partio o Lobo para Palacio. Em caminho, esteve a ser victima de hum assassino cujo crime impedio, falando-lhe com firmeza: entrando em Palacio, os soldados ainda o receberão respeitosa. Porém ao mesmo tempo chegou o Tenente de Marinha Aranha, Official em quem o Lobo depositava inteira confiança, e dirigindo-se aos soldados, deo ordem de fogo contra o Presidente; o que os miseráveis prontamente executarão. (Aurora Fluminense, 30 de março de 1835, ed. 1033, p. 01)

Pode-se perceber no trecho do jornal que logo no início da rebelião, eles conseguiram dominar a província, assassinando o presidente dela, como conta os

detalhes constantes na notícia. No texto é citado como autor da ordem de abrir fogo contra Lobo, o Tenente de Marinha de sobrenome Aranha; no entanto, na edição de 01 de abril de 1835, o próprio jornal corrige a informação afirmando não ter sido ele, mas sim o seu irmão, João Miguel de Souza Leal Aranha, que teria se tornado Secretário do Governo após o episódio.

Os rebeldes tiveram posteriormente também um dos líderes preso, o Malcher, como mencionado anteriormente. Antecedendo o lance de sua prisão, já havia desentendimentos entre o citado Malcher e outra liderança da revolta, Antônio Vinagre,

O Presidente Malcher vê já vacilante a sua recente autoridade: o Tenente Vinagre que de seringueiro passou a Commandante das armas por [ilegível], quer que a tropa tenha o saque da Cidade; no que o Malcher, o menos perverso, ou menos insensato não quis consentir. Começava por tanto a ser impopular entre o seu bando de assassinos e de salteadores. (Aurora Fluminense, 01 de abril de 1835, ed. 1034, p. 3835)

Meses mais tarde os cabanos deixaram a cidade e retornaram posteriormente, segundo Ricci (2018), tendo como foco a procura pelos portugueses. Na busca por encontrá-los acabaram assassinando uma viúva de um negociante português de quase 70 anos de idade, que tinha fama de esconder portugueses nas mediações de sua residência, para os cabanos foi uma das vitórias da tomada de Belém (RICCI, 2018).

O movimento ganhou novos adeptos pelo que hoje seriam as regiões do Pará e do Amazonas, conforme Pinheiro (2011, p. 203),

Nela, toda a população do norte do país foi mobilizada, participando ativamente dos protestos e lutas contra as múltiplas formas de opressão vigentes no Grão-Pará. Contra ela ergueram-se numerosas tropas imperiais, preparadas nas capitais do Norte e no Rio de Janeiro e o resultado de uma década de lutas sangrentas produziu efeitos devastadores na estrutura socioeconômica regional.

Algumas controvérsias nos objetivos da revolta foram apontadas por Ricci (2018), como o ideal de liberdade, quando ela cita que alguns africanos escravizados buscaram o cartório para registrar sua liberdade em plena revolta, e aponta até o caso de um deles, que comprou sua liberdade durante o levante, o que não faria sentido, já que o movimento já pregava essa liberdade. Assim como de casos em que uma das lideranças da revolta ao invés de dar alforria aos escravizados, como outros, queria repassar a posse deles a novos senhores.

A começar de 13 de maio de 1836, Belém começou a ser retomada pelas forças imperiais, o que não significou o fim da revolução. Como sabemos, ela ainda durou mais quatro anos. O rumo que a revolta tomou a partir de então foi se espalhar ainda mais pelo interior e por outras regiões. Conforme Ricci (2018, p. 220)

Para além dos atuais Amapá e Guiana Francesa, os cabanos ainda geraram conflitos em zonas distantes e fronteiriças. Mais ao interior, o movimento de 1835 penetrou não apenas as margens (já de longa data ocupadas), mas também chegou até a floresta tocando populações indígenas inteiras. As alianças entre os cabanos e os povos indígenas, todavia, também foram utilizadas pelos anticabanos, que se uniram com povos como os Mundurucu da região de Santarém no atual estado do Pará. Essas alianças entre brancos e indígenas eram ampliadas por outras feitas entre estes últimos e seus povos "irmãos" ou aliados. Dessa forma, o movimento cabano expandiu-se e ganhou imenso contorno no interior do médio e alto Amazonas.

Assim, podemos perceber uma grande participação indígena entre os revoltosos na luta em Belém, assim como em outras localidades. E também, que os ideais da revolução eram bem variados. O número de mortos, contudo, foi bastante elevado, chegando a “mais de 30 mil mortos oficiais e incontável número de povos indígenas dizimados pelo conflito cabano” (RICCI, 2018, p. 222).

A imprensa da época, dentro e fora da província, desempenhou papel de primeira magnitude na construção de narrativas que, ao longo do tempo, foram sendo retomadas e repetidas, não apenas nos órgãos noticiosos, mas, de igual modo, no campo da historiografia, que, muitas vezes, deixou de enxergar o aspecto popular progressivo que norteou a sedição dos cabanos, mas, também, em muitas oportunidades, furtou-se a explorar, na reconstituição dos acontecimentos, os seus aspectos contraditórios, nomeadamente no que se refere às populações negras e indígenas.

1.2.2 Revolução Farroupilha

A Revolução Farroupilha foi a revolta do período regencial que teve uma duração mais longa, dez anos, de 1835 a 1845, saindo da regência e chegando até o segundo reinado. Em sua dinâmica avassaladora, indiscutivelmente, ela movimentou várias camadas da sociedade provincial.

A região sul do país tinha um importante fornecimento de rebanhos bovinos e muares para outras regiões do país como, por exemplo, para a região de Minas Gerais, fortalecendo o comércio entre elas, e, desse modo, “a região do extremo sul

do Brasil passava a ter valor bem preciso: os rebanhos de gado, que integraram a economia sulina à economia central de exportação do Brasil” (PESAVENTO, 2018, p. 238).

Após o final da Guerra da Cisplatina, a província sentiu muito o peso da derrota e as ideias de ruptura já circulavam entre alguns habitantes da região. De acordo com Guazzelli (2011), o início da revolução tem relação com as ações do governo regencial na província, com a troca de presidentes, os desentendimentos e o enfrentamento aos rebeldes pelo novo presidente.

Pesavento também aponta outras reclamações dos senhores do sul, quanto as medidas adotadas para o dinheiro arrecadado dos impostos. Segundo esse autor,

A Constituição de 1824 estabelecia que o centro determinasse quanto dos impostos arrecadados nas províncias ali ficaria e quanto desse montante deveria ser remetido ao poder central. Com isso, por mais que produzissem, eram espoliados de suas riquezas. Em suma, os senhores do Sul denunciavam a injusta discriminação das rendas provinciais, que privava a província de suas riquezas, ao determinar a remessa à corte de parte da renda arrecadada. (2018, p. 240)

Outra medida que os farroupilhas defendiam era que o governo central adotasse na província uma política protecionista em relação aos seus produtos, como o charque, por causa da concorrência vinda de outros países. Principalmente porque as medidas adotadas pelo governo central eram as principais causadoras desse problema, já que para baratear o preço do produto, que servia como base da alimentação da população escravizada (PESAVENTO, 2018), o governo baixava o preço dos impostos do charque estrangeiro, e isso obrigava os produtores do sul a baratear seus produtos, prejudicando a sua margem de lucro.

"Nós somos a estalagem do Império", diria o general Bento Gonçalves da Silva, estancieiro e militar, líder do movimento, ao explicar a atitude dos rio-grandenses em revolta: o império servia-se dos homens, cavalos e munições, requisitava o gado e não retribuía com pagamento de indenização das perdas sofridas ou com atribuição de cargos e honrarias aos chefes de guerra locais. (PESAVENTO, 2018, p. 242)

Indo na mesma linha da autora, de fato, percebemos na fala do líder da revolução uma indignação muito grande com o império, que em sua visão parecia só desejar se aproveitar dos sulistas, como fez durante a Guerra da Cisplatina, mas não reconhecia o esforço dos participantes no sentido de os recompensar.

Ainda de acordo com Pesavento (2018), o embasamento teórico da revolução vinha das ideias tipicamente elitistas de John Locke, uma vez que, na visão deles, o poder deveria ficar nas mãos dos donos das terras; além disso, os líderes farrapos, em parte, coadunavam-se às ideias de mudança nas instituições, oriundas de Rousseau; abrigavam-se, igualmente, no ideário do governo constitucional e da divisão de poderes de Montesquieu; além de se inspirarem também no federalismo dos Estados Unidos. Uma questão que ainda era algo que dividia os farroupilhas quanto a revolta era o tema da escravidão, com alguns defendendo que a liberdade dos ex-escravos fosse assegurada, posição que se demonstrou minoritária entre os líderes da rebelião. Segundo Pesavento (2018, p. 249),

No início da guerra, os negros escravos não participavam da luta, mas, com o prolongamento dos combates, passaram a ser aceitos nos campos de batalha, lutando junto a seus senhores em troca de liberdade, que lhes seria outorgada ao fim do conflito, que, entretanto, se alongava, aparentemente interminável...

Como sabemos, a revolução foi a mais extensa do período, e para conseguir essa sobrevivência tão longa, Guazzelli aponta quais teriam sido as atitudes tomadas,

A sobrevivência da República, numa guerra onde os portos e principais cidades estavam com os legalistas, dependia do apoio dos países vizinhos. As primeiras aproximações foram com Manuel Oribe, o segundo presidente uruguaio, que, mesmo sem apoiar ostensivamente os republicanos, franqueou a Banda Oriental aos negócios dos sublevados, o que garantia em última instância a sobrevivência dos criadores da fronteira. Abastecendo de cavalos, armas, munições e vestuário as forças da República Rio-Grandense, os negociantes de Montevideu asseguravam para seus *saladeros* o aporte de reses, além de couros para a exportação. (GUAZZELLI, 2011, p. 233)

De acordo com o autor, a revolução teve que se aproximar de outros países vizinhos para conseguir se manter e aparelhar seu exército. O Diário do Rio de Janeiro também fez menção a essa interação: “os farrapos têm recebido recursos, mesmo d’aqui, além de 6 carretas de fardamentos, que lhe vierão de Montevideu” (Diário do Rio de Janeiro, 27 de abril de 1838, ed. 94, p. 01). Os rebeldes aproveitaram essa aproximação também para aprender novas técnicas de batalha,

Os moradores dos pampas converteram-se em exímios ginetes, sendo o cavalo o principal instrumento de trabalho e de batalha. Foi importante a contribuição dos índios pampianos, que precocemente aprenderam a montar, desenvolvendo técnicas inéditas e inovando em relação ao armamento: além da lança, que não era desconhecida da tradição ibérica, eram as “boleadeiras” suas armas prediletas, adotadas pelos homens do campo. (GUAZZELLI, 2011, p. 234)

E os índios da região também tiveram papel importante no desenvolver das técnicas de batalha e na execução delas. O uso do cavalo também se fez presente nos conflitos. E esses detalhes da revolução encontram-se presentes na imprensa do período, inclusive em jornais que circulavam na própria província. Assim,

Sem leitura de *O Povo*, que circulou de 1838 a 1840, de *O Mensageiro*, que circulou de 1835 a 1836, de *O Americano*, que circulou de 1842 a 1843, da *Estrela do Sul*, que circulou em 1843 e uns poucos mais, a história farroupilha é incompleta. Nessas folhas, impressas quase sempre sob condições extremamente difíceis, o movimento ficou espelhado, em todos os seus traços, os gerais e os particulares. (SODRÉ, 1999, p. 131)

Sodré nos remete nessa citação, sem dúvida, à importância dos periódicos para compreensão dos movimentos revoltosos do período regencial, aludindo a vários títulos de publicações jornalísticas que traziam em seus textos a temática da revolta e o dever dos acontecimentos.

Quando se iniciaram os combates entre os revoltosos e as tropas do governo, os rebeldes passaram a ser chamados pelo exército regencial de farroupilhas, afinal “essa era a maneira de designar os liberais exaltados em todo o Brasil, que se aproximavam, em suas ações, das camadas mais populares, estas em ‘farrapos’ ou ‘farroupas’” (PESAVENTO, 2018, p. 245). Isso posto, o termo ganhou o reconhecimento entre os revoltosos, apesar de ter sido de forma pejorativa que os legalistas passaram a chamá-los desse modo; no entanto, entre o grupo a identificação a esse nome passa a ser motivo de orgulho como expõe Pesavento (2018).

Entre as vitórias e derrotas no início da revolução, com a tomada de Porto Alegre pelos revoltosos, e depois a retomada pelos legalistas, no princípio eles defendiam a monarquia, alegando sua lealdade ao regime político. Apesar disso, posteriormente,

Em 11 de setembro de 1836, no Campo dos Menezes, Antonio de Souza Netto proclamou a República Rio-Grandense, o que foi seguido pelo ato de 5 de novembro do mesmo ano, quando os farroupilhas ratificaram aquela medida na Câmara Municipal de Piratini, declarando a independência do Rio Grande do Sul sob a forma republicana, tendo por presidente Bento Gonçalves da Silva e por capital, Piratini; dispunha-se a nova República a reunir, por laços federativos, todas as províncias que se dispusessem a assumir igual forma de governo. (PESAVENTO, 2018, p. 246-247)

Desse modo, os farroupilhas proclamaram a república e ainda incitaram outras províncias, que o quisessem fazer, assim, também, procedessem. Posteriormente, também criaram uma Constituição para a República Rio-Grandense, que manteve o

voto censitário e a escravidão. Conforme a autora, há pouco mencionada, depois de proclamada a república, foram presos alguns revolucionários e entre eles o próprio Bento Gonçalves, que mais tarde consegue fugir.

Uma batalha também muito significativa na história da revolução é a que ocorreu nas proximidades do rio Pardo, considerando que os seus desdobramentos foram reconstituídos e publicados nos periódicos da época como, por exemplo, nos jornais Aurora Fluminense e Diário do Rio de Janeiro, que circulavam na capital do império.

Referindo-se a uma informação publicada no Jornal do Commercio, o Aurora Fluminense traz a notícia de uma carta datada de 20 de abril sobre as conquistas dos revoltosos farroupilhas: “Os farrapos tomaram toda a nossa cavallhada no passo da Ponte ao pé do Rio Pardo. Hoje chegou esta notícia oficial: sobe o numero a 3 mil e tanto; houve fogo, porém nada de mortos, e prisioneiros [...]” (Aurora Fluminense, 28 de maio de 1838, ed.12).

Dez dias após a escrita da carta referida acima, precisamente em 30 de abril de 1838, os farroupilhas venciam a batalha do Rio Pardo conquistando a cidade em um dos embates mais sangrentos da Revolução Farroupilha. Esse confronto conhecido também como a Batalha do Barro Vermelho foi uma das mais significativas contra as forças imperiais, como podemos acompanhar no excerto abaixo:

A força, com que os rebeldes derrotarão a coluna do marechal Barreto, é avaliada em 3400 homens, segundo uns, e em 3600 segundo outros, sendo portanto muito superior em numero ás d'aquella columna, que apenas tinha 900 homens de infantaria, 200 de artilheria, e 500 de cavalaria. O inimigo, para dar um golpe decisivo, tinha reunido todos os troços do seo exercito, e o commando em chefe estava nas mãos de Antonio Netto, o primeiro, o mais hábil, ou mais feliz, e o mais valente dos chefes da rebelião. Ignorante da posição, e forças dos rebeldes, o marechal Barreto descansou a somno solto, e espalhou a força do seo comando, dividida em pequenos grupos, postados em diferentes pontos. Foi n'esta situação que os rebeldes o surprehenderão. A cavalaria, defendendo-se difficilmente, conseguiu evadir-se com alguma perda: mas os dois batalhões da infantaria e artilheria fizeram a maior resistência, e causarão grande estrago ao inimigo: por fim, sem o socorro da cavalaria, fôrão forçados a succumbir, mas succumbirão como heróes. (Diário do Rio de Janeiro, 05 de junho de 1838, ed. 125, p. 02)

Em outra publicação do Diário são citadas as baixas que tiveram as forças legalistas durante a batalha,

[...] no dia 29 para 30, o inimigo já senhor de todas as avenidas, encontrando a nossa força na mesma antiga disposição, carregou primeiro sobre a cavalaria, em socorro da qual foi mandado o 2º batalhão, o qual sendo logo cortado pelo inimigo, e a cavalaria dispersa, teve de suportar com um valor digno de melhor direção todo o peso do inimigo, a quem quasi todo ele

vendeo caras as vidas, desde o coronel Lisboa, e toda a oficialidade, até os últimos soldados, que a final já faltos de munições tiveram de render-se [...] (Diário do Rio de Janeiro, 06 de junho de 1838, ed. 126, p. 01)

Desse modo, percebemos que os legalistas foram surpreendidos com o ataque rebelde e sua força que terminou por levar muitos soldados a óbito ou a se tornarem prisioneiros dos farroupilhas. Ainda na mesma edição do Diário é citado onde já deveriam estar as tropas dos revolucionários, que se dispersaram após a batalha levando consigo prisioneiros e saques, segundo conta o jornal.

No Aurora Fluminense, na mesma data já se alertava da situação preocupante na província e se fazia um apelo por auxílio das câmaras: “a situação do Rio Grande é hoje mais complicada que nunca: nestas circunstancias a mais decidida cooperação das Camaras é indispensavel ao Poder executivo para restaurar a provincia” (Aurora Fluminense, 06 de junho de 1838, ed. 15, p. 4). Além disso um trecho também menciona uma preocupação que tinham de que a revolta durasse ainda aquele ano de 1838, o que sabemos que foi bem além dessa data, chegando a 1845. Assim sendo, o Diário de 27 de abril já alertava:

Meo amigo, é preciso que os legalistas aí se lembrem, que a revolta existirá ainda em pé, pelo menos este anno; e este ponto, que é o essencial da provincia, deve ser regido por pessoas cujo legalismo não entre em duvida, e de incessante atividade, para poderem vigiar e malograr os planos dos muitos traidores, que também n'este ponto tem estabelecido o seo quartel general [...]. (Diário do Rio de Janeiro, 27 de abril de 1838, ed. 94, p. 01)

Após esse confronto, os revoltosos controlavam a maior parte do território do Rio Grande do Sul deixando apenas as cidades de Porto Alegre e Rio Grande com alguns apoiadores do império (SCHEIDT, 2012).

Mesmo após o final das outras rebeliões, ainda se passariam alguns anos até que as tropas do governo central conseguissem derrotar os farroupilhas, o que só alcançaram com as ações do barão de Caxias, já conhecido por ser “pacificador”, título que, seguramente, deve ser examinado debaixo de um rigoroso crivo crítico, até porque o nome do barão esteve ligado a uma série de ações estatais repressivas aos movimentos políticos da época.

Próximo da batalha final entre as tropas de Bento Gonçalves e as de Caxias, houve também uma desconfiança de traição por parte de um dos rebeldes, pois se desconfiava de “que Canabarro havia facilitado o combate final, com o objetivo de acelerar as negociações de uma rendição” (GUAZZELLI, 2011, p. 254). Essa

desconfiança se dava por uma carta que falava de uma negociação entre Caxias e Canabarro, mas que até hoje há controvérsias quanto a veracidade dela.

A paz foi assinada em 28 de fevereiro de 1845, com a intervenção do barão de Caxias. Os revoltosos, contudo, conseguiram ter algumas de suas reivindicações atendidas, a exemplo da escolha do presidente da província, que foi um dos motivos que deu início ao conflito.

1.2.3 Sabinada

Na província da Bahia, também, houve uma série de lutas e revoltas durante o período regencial e, com efeito, a imprensa teve um papel muito importante nessas disputas. De acordo com Sodré (1999), sessenta periódicos foram editados na província, entre os anos de 1831 a 1837. Ainda segundo o autor, no início da década de 1830, a esquerda liberal³ tinha buscado refúgio na maçonaria e na imprensa.

No caso da Sabinada, importante rebelião que proclamou uma república Bahiense em pleno período regencial, ela tem como um dos líderes o médico e jornalista, Francisco Sabino, que lançou em 1837 o jornal Novo Diário da Bahia, e também foi depois editor do periódico O Sete de Novembro, criado durante a insurgência política em Salvador, sendo distribuído gratuitamente (SODRÉ, 1999). Em 1932, Sabino havia sido editor também do jornal O Investigador Brasileiro, mas justamente através de seu novo jornal, o Novo Diário da Bahia, é que ele foi modificando seu pensamento em relação ao governo central dos regentes. Segundo Leite (2006, p. 90),

Era uma espécie de cronista teórico. E o seu novo jornal, O Novo Diário da Bahia, fundado em julho de 1837, assumiria o papel de uma consciência crítica e militante da política do dia [...]. Passou a clamar abertamente pela revolução, pois a Regência, em quem antes confiara, não cessava de lhe dar motivos.

Como podemos perceber no trecho agora citado, Sabino começa a não mais defender o governo regencial, e vai através do novo jornal, que iniciou a sua tiragem no mesmo ano da proclamação da república na província da Bahia, começar a fazer

3 O uso da expressão “esquerda liberal” é uma peculiaridade histórica conceitual de Nelson Werneck Sodré, e pode ser tomada, em um sentido muito rigoroso, até como anacronismo, uma vez que a terminologia não era – nem de perto – parte do arsenal político do período regencial. A expressão, contudo, tem o mérito de tornar mais compreensível certas clivagens no interior das vertentes liberais no Brasil, em especial, tratando-se desse momento de convulsão da vida política no país.

uma ferrenha oposição, divulgando seus ideais e da revolta que levou seu nome, mostrando o descontentamento contra as determinações do governo regencial, tendo como um dos motivos o recrutamento forçado da população para combater a Revolução Farroupilha, além das dificuldades econômicas que a população enfrentava.

Os rebeldes exaltados e oficiais do Exército e das milícias — haviam mobilizado, na cidade do Salvador (Bahia), diversos milhares de homens e sobrevivido a um cerco de quatro meses (de novembro de 1837 a março de 1838) antes de serem completamente dominados por um igualmente grande exército imperial que tomou a cidade de assalto. (KRAAY, 2011, p. 265)

De acordo com este excerto, percebemos que os revoltosos conseguiram angariar o apoio de boa parcela da população da cidade enquanto evitavam a dominação pelas forças imperiais. Esse apoio todo chegou por várias camadas da sociedade, cada uma com seus próprios motivos, Kraay (2011, p. 265) ainda cita que,

De fato, desde o início da revolta, esses exaltados compartilharam a liderança da Sabinada com oficiais do Exército ressentidos com as reformas militares ocorridas nos anos de 1830 e, por algum tempo, encontraram aliados entre os oficiais das milícias de cor, homens cujos batalhões foram extintos em 1831. Juntos, eles sistematicamente desfizeram aquelas reformas.

Conforme se observa no trecho, vemos que dentre os que aderiram a revolta estavam por exemplo os militares que não concordavam com as reformas dos anos 1830 e 1831. Ocorreu também como o autor cita, de muitos escravos deixarem seus senhores para participarem dos exércitos da Sabinada e dos livres apoiarem também por pensarem nela como uma forma de vingar a discriminação que sofriam. Desse modo, a Sabinada mostrou as disputas e divergências entre as camadas da sociedade da época.

A situação que a Bahia enfrentava no início da revolta já vinha de anos anteriores, e, em larga medida, resultava da falta de crescimento econômico, da queda no preço do açúcar por causa da concorrência, das dificuldades enfrentadas na produção do tabaco, da inflação alta e, ainda, das moedas falsas de cobre que circulavam (KRAAY, 2011). Todos esses aspectos produziam um cenário complicado principalmente para as camadas mais pobres, como os escravos, os alforriados, e os homens livres de cor, que representavam a grande maioria da população. A crescente

luta pela liberdade já havia culminado em outra revolta dois anos antes, a Revolta dos Malês.⁴

Conforme o autor, os liberais exaltados já desejavam uma maior autonomia para a Bahia e pediam também por uma igualdade jurídica entre os homens livres, fazendo também suas críticas aos preços altos dos impostos.

Na noite de 6 de novembro, já sob suspeita de estarem tramando algo, os oficiais do Corpo de Artilharia – que, entre outras retaliações, temiam ser enviados para lutar no Rio Grande do Sul contra os farroupilhas –, acompanhados de civis como Francisco Sabino Vieira e João Carneiro da Silva Rego, deixaram o Forte de São Pedro e começaram a ocupar as redondezas. No dia seguinte, com a cidade sob seu controle, foram até a praça do Palácio, mandaram abrir a Câmara Municipal, onde convocaram uma sessão extraordinária para lavrar a ata fundadora do movimento. (GRINBERG, 2018, p. 272)

Ilustra o momento inicial da revolta, com a ocupação da cidade e a criação da ata que fundou o movimento. É interessante que na ata da sessão extraordinária do dia 07 de novembro de 1837, eles declaram a província independente do governo central do Rio de Janeiro; além disso a ata deliberava “entre as disposições iniciais, a promoção de recompensas para a categoria militar, sem cujo apoio é pouco provável que os rebeldes civis tivessem conseguido chegar ao poder” (LOPES, 2011, p. 2). Porém, quatro dias após, no dia 11 de novembro de 1837, em uma nova ata de uma sessão extraordinária, eles voltam a falar sobre essa independência, pondo uma observação, em que a independência seria apenas até a maioria de D. Pedro II (LEITE, 2006).

De feito, nota-se a amplitude, e, ao mesmo tempo, o limite histórico e político do movimento, que, decerto, deve ser analisado em sua grandeza e, igualmente, em sua minoridade política. Do ponto de vista deste estudo, o essencial, no entanto, é recuperar o protagonismo da imprensa, não só no tocante à constituição do movimento, mas, do mesmo modo, como construtora de uma dada visão, que, em regra, estendeu a sua influência ao longo do tempo. Nesse sentido, não deixa de ter pertinência o empenho de recuperar o olhar da imprensa no Rio de Janeiro, urbe que desempenhava a função de capital político-administrativa do Brasil.

4 A Revolta dos Malês constitui uma sublevação popular antiescravista encetada, em grande parte, por negros e negros islamizados, tendo como cena geográfica a cidade de Salvador e se situando, temporalmente, no ano de 1835.

No Diário do Rio de Janeiro a notícia da tomada da capital baiana ocupou quase toda a primeira página da edição de 17 de novembro de 1837, trazendo no início uma proclamação da Bahia, que já explicava que a população podia se tranquilizar que o governo defenderia a lei e a unidade do império, e outra notícia do Rio de Janeiro mesmo, explicando que através de cartas tomaram conhecimento dos acontecimentos da província. Notícia então o jornal:

Na noite do dia 6 para 7 do corrente, dizem pouco mais ou menos as cartas, que d'ali vimos, o partido anarchista, que desde muito procura sepultar a província em um pelago de desgraças, capitaneado por Sabino, e mais sucia, proclamou a *separação e independência bahiana*. Este acontecimento deve ter enchido de indignação a todos os bahianos, que sabem apreciar a verdadeira liberdade. (Diário do Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1837, ed. 1100014, p. 01)

Vejamos que o Diário já pressupõe a falta de apoio ao movimento pelo povo, já que para eles o fato deve ter indignado a população; além disso, falam da república como proclamada pelos anarquistas, ignorando as motivações dos rebeldes. É interessante também o trecho que se segue ao anterior, em que falam sobre a felicidade que os republicanos devem estar com o acontecimento,

É para vêr, e admirar o satânico prazer, que por uma tal noticia manifestão os nossos opposicionistas de hoje. Republicueiros emperrados uns d'entre eles já começam a congratular se pela próxima republicanisação do Brasil inteiro, famintos de mando, e de consideração preparão se outros para aniquilarem os que occupão os lugares, que elles não forão capazes de honrosamente possuir. (Diário do Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1837, ed. 1100014, p. 01)

Expressões como anarquismo, súcia e república traduzem uma concepção política genuinamente conservadora, e manifesta o esforço do jornal com vistas a desqualificar a luta em curso. O leitor se aclimata a um olhar que identifica a insurreição baiana aos setores sociais mais degradados da província. Decorre disso o uso da palavra súcia. Nessa lógica, esse tipo social só é capaz de produzir desgraças, e não havia outra força a conduzi-lo senão o que nomeiam de partido anarquista. Por fim, ata-se cada um desses fios ao espectro do republicanismo, que, em última instância, é o inimigo a ser alvejado.

Seguindo essa linha de raciocínio, o jornal Aurora Fluminense dissertava, na edição de 02 de maio de 1838, que o Brasil não queria repúblicas, apesar de em muitas ocasiões a ter manifestado e aborda essa mudança na decisão sobre a

independência da Bahia, proclamada pelos rebeldes, como podemos ver no excerto seguinte,

Donde proveio este imenso sucesso para a doutrina da *monarquia americana*? Proveio de que correspondia aos instinctos comuns, de que tinha seo ponto de apoio na natureza das cousas, nos habitos, nos costumes, nos sentimentos os mais íntimos dos Brasileiros. Longe de diminuir a veneração, e a força da Realesa, pelo contrario ella firmou-lhe de um modo mais durável o amor, e o culto do paiz, á tal ponto, que nós vimos em um exemplo recente, uma facção, que em nome da liberdade dera o exemplo de todos os horrores, trepidar diante a monarquia no momento de lavrar a acta, que devia separar a Bahia da comunhão brasileira, lição importante, que nos revela que os bons cidadãos, como os espíritos os mais cegos e violentos, estão debaixo do jugo d'esta ideia, que o porvir do trono do Sr. Pedro II tem profundas raises no presente. (Aurora Fluminense, 02 de maio de 1838, ed. 01, p. 02)

Percebe-se nessa passagem que eles tratam a monarquia como algo natural e que está intrínseca aos sentimentos brasileiros, e citam o caso de os rebeldes terem refletido sobre a monarquia permanecer, já que na segunda ata eles desistem da ideia de república e decidem pela independência somente até a maioria de D Pedro II.⁵

O governo da província começa então a organizar a reação que tentaria pôr fim a revolta, segundo Grinberg (2018, p. 274),

o governo provincial, refugiado no Recôncavo, começou a mobilizar suas forças para reagir, principalmente por intermédio da Guarda Nacional, que começou a ocupar a região de Piraji, nos subúrbios da cidade. Proclamações do governo ordenavam que todos os empregados públicos saíssem da cidade, assim como prometiam anistia aos soldados rebeldes que desertassem. Em janeiro de 1838, reforços vindos de Pernambuco e Sergipe contribuíram consideravelmente para o início da reação. Mas a falta de armas e munição determinou que a estratégia adotada pelo presidente da província, Antonio Pereira Barreto Pedroso, fosse, em vez do ataque, o cerco à cidade, apesar das pressões da corte para que a questão fosse rapidamente resolvida.

É importante observar que o governo da província tenta de várias formas enfraquecer o movimento retirando, por exemplo, os funcionários públicos da cidade e com a promessa de anistia, na tentativa de diminuir o número de envolvidos no exército rebelde; no entanto, somente com os reforços de outras províncias é que iniciaram o cerco, e a autora ainda observa que as pressões da corte eram para que a situação fosse resolvida logo.

O cerco foi uma estratégia um pouco mais demorada do que um ataque direto, porém também trouxe seus resultados, já que impedia a entrada de alimentos,

⁵ Como não poderia deixar de ser, o jornal despreza as potencialidades do movimento e se aproveita habilmente de seus limites e contradições.

deixando a população sem alternativas e enfraquecendo o movimento. Depois disso as tropas do governo invadiram a cidade e atearam fogo às casas, tendo se dado uma repressão bastante violenta, além da suspensão de direitos, como aponta Grinberg (2018). Ainda conforme a autora, “teriam morrido em combate 1258 rebeldes e 594 soldados legalistas” (GRINBERG, 2018, p. 274). O número de presos também foi bastante grande, 2989 conforme a autora, desses muitos foram mantidos em porões de navios “e muitos foram enviados para cumprir pena em Fernando de Noronha ou nos campos de batalha contra os farrapos, no Rio Grande do Sul” (LOPES, 2011, p. 3); outros deportados e alguns militares fuzilados.

A fúria repressiva, de certa maneira, confirma as potencialidades e os perigos que a sublevação popular representava, notadamente quando se pensa no status quo representado pelas forças da ordem, pensada não apenas em seus estratos políticos, mas, principalmente, em sua configuração socioeconômica.

Esse quadro não deixou de trazer preocupações aos potentados econômicos e as lideranças políticas mais comprometidas com a ordem monárquica. Não por acaso, novamente o Aurora Fluminense se refere à rebelião, agora trazendo trechos de um documento da câmara dos deputados onde estes comemoram a vitória do império sobre os rebeldes.

A Camara dos Deputados, Senhor, deplora com V. M. I. não poder ainda saudar o restabelecimento da paz em todos os pontos do império. Mas, se ainda lhe cabe a dôr que punge todo o coração brasileiro ao medonho aspecto das dissenções civis, ella se felicita com V. M. I. pelo triumpho da lei na cidade da Bahia, e desde já agradece ao exercito e a marinha brasileira o distincto valor com que, auxiliando os patrióticos esforços dos habitantes da província, que unanimes combaterão a rebelião, restituirão ao império a capital da mesma província. (Aurora Fluminense, 14 de maio de 1838, ed. 6, p. 03)

Percebe-se que a câmara fala da vitória sobre os rebeldes, apontando que a população auxiliou no combate, e exalta também o patriotismo dos habitantes. Além também de mencionar a existência ainda de outras revoluções que os impediam de saudar a paz em todo o império, como é citado no texto.

Sabino no entanto, teve um destino diferente,

Esmagada no brazeiro da cidade a que as tropas imperiais atearam fogo, fuzilados os responsáveis ainda no calor da luta, instalou-se, em junho de 1838, o “júri de sangue”. Sabino Vieira, exilado em Goiás, redigiu ali um jornal de que tirava apenas doze exemplares, *O Zumbi*, tal o rigor da repressão. Mandaram-no, então, para o forte Príncipe da Beira, cento e noventa léguas distante da cidade mais próxima, em 1844. No trajeto, na vila de Mato Grosso,

colheu-o contraordem, mas preferiu ali permanecer e redigiu outro jornal, *O Bororó*, vindo a finir-se pelo Natal de 1846. (SODRÉ, 1999, p. 133)

Vemos que Sabino foi enviado para Goiás, depois ao Mato Grosso, e não teve o mesmo destino que a maioria dos líderes de outras rebeliões, já que a lei da anistia de 1840, havia absolvido todos os envolvidos em crimes políticos.

No entanto, conforme Lopes (2011, p. 9) “quando os legalistas retomaram o poder da capital, a associação direta entre a cor da pele e a rebeldia foi exemplarmente realizada nas ruas da cidade”, o que pode ser percebido nas listas de pessoas que foram presas, onde o número de negros é bem maior e as características que a eles foi atribuído, como enfatiza a autora. O medo de um levante do povo negro, algo ao estilo dos malês ou do Haiti, não só tirava noites de sono das classes dirigentes locais, mas se concretizava na repressão seletiva, que era mais intensa contra pretos livres ou escravizados.

No trecho abaixo podemos entender melhor sobre a quantidade de presos negros nas embarcações,

Mais um exemplo de que os negros sofreram mais prisões que os brancos encontra-se no relatório apresentado pelo capitão do brigue Nova Aurora, a bordo do qual foram transferidos duzentos degredados para a ilha de Fernando de Noronha. Ao longo da viagem, que durava pouco mais de um mês, faleceram dez condenados. Nas palavras do capitão, foram seis crioulos, três pardos e um cabra. Três dos mortos são apontados como “praças”, enquanto os demais são classificados apenas pela “qualidade”. (LOPES, 2011, p. 10)

É importante ressaltar que mulheres negras também foram presas e identificadas pelas autoridades como participantes da revolta, como, uma vez mais, destaca a autora.

Desta forma, a elevada proporção de homens de cor entre os rebeldes presos pode expressar não apenas uma grande adesão negra à causa revolucionária como também, e talvez sobretudo, a preferência dada pelo governo restaurador à prisão e condenação de suspeitos negros em relação aos brancos; esta medida seria exemplar no sentido de afastar da cidade o espectro de uma mobilização negra antiescravista, coerente com a imagem negra e antiescravista feita dos rebeldes pelos legalistas ao longo dos quatro meses de guerra. (LOPES, 2011, p. 11)

Esses detalhes só ressaltam o quanto a sociedade distinguia e discriminava a população negra, sendo um dos motivos que os levou a aderir a revolta, na tentativa de conseguir uma melhoria nas condições de vida que não chegava até eles, mas

novamente o discurso discriminatório fez com que os mesmos fossem taxados de incivilizados e criminosos.

1.2.4 Balaiada

A Balaiada foi uma das revoltas ocorridas durante o período regencial, e transcorreu entre os anos de 1838 a 1841, na província do Maranhão, mas também chegou a envolver o Piauí e parte do Ceará (ASSUNÇÃO, 2011, p. 297).

No Maranhão, a política da época era polarizada por dois partidos: um conservador, conhecido como os cabanos, e outro liberal, alcunhados de bem-te-vis (MATEUS, 2017). Conforme Janotti (2005), se referindo as notícias do jornal Crônica Maranhense, que circulava na província e tinha, segundo a mesma, simpatia ao grupo bem-te-vi, fazendo críticas ao governo, “fica bem claro através dessas notícias as ligações do Partido Liberal com os grupos armados do Pará, Maranhão, Piauí e Alagoas” (2005, p. 42).

As principais reivindicações dos rebeldes eram a “garantia dos direitos constitucionais dos cidadãos, abolição das prefeituras, e expulsão dos portugueses” (ASSUNÇÃO, 2011, p. 306), apesar de ter sido uma rebelião que envolveu diferentes camadas da sociedade da época e ser um movimento descentralizado como aborda Assunção (2011). Embora os grupos rebeldes estivessem sob a direção de chefes independentes, com objetivos diferentes muitas vezes, essas três reivindicações centrais eram comuns a esses chefes.

Raimundo Gomes, que era vaqueiro de um fazendeiro no Maranhão, ficou conhecido como o “comandante em chefe das forças Bem-te-vis” (ASSUNÇÃO, 2011), após ter invadido a prisão para libertar seu irmão que tinha sido preso pelo sub-prefeito da vila da Manga. Além dele, outros nomes se tornaram bastante conhecidos na revolta como Cosme Bento e Manoel dos Anjos Ferreira, conhecido como Balaio. Participaram da revolta fazendeiros, vaqueiros, camponeses e escravos.

Em ambos os jornais, Aurora Fluminense e Diário do Rio de Janeiro, podemos encontrar vários artigos que mencionam os líderes ou algum acontecimento da Balaiada durante o período em que acontecia a revolta,

Nas folhas, que acabamos de receber do Maranhão encontramos a notícia de ter sido destruído o faccioso Raimundo Gomes, na passagem do Rio Parnaíba, ficando prisioneiros 17 dos seus, e mortos dois. O faccioso deixou

toda a sua bagagem, e quase todo o armamento, podendo apenas elle e alguns dos seus escapar em duas barcas, que tinham ali aprisionado com farinha. Nas forças leaes só houve um homem ferido. Partirão em seguimento dos fugitivos 40 praças de linha a explorarem os lugares por onde elles se tinham dispersado. (Diário do Rio de Janeiro, 06 de maio de 1839, ed. 102, p. 4)

Como podemos observar no excerto acima, o Diário do Rio de Janeiro noticiou uma das tentativas de prender Raimundo Gomes, que não obteve êxito, porém, vários dos seus seguidores foram aprisionados.

No mesmo ano, o Aurora Fluminense também noticiou alguns casos de violência que estavam acontecendo na província do Maranhão,

Diz a Chronica, que são incriveis os horrores perpetrados no Brejo, e na Tutoya. Entre muitos assassinatos, por esses canibais commetidos contra as pessoas de todo o sexo, e ida, conta-se, como o mais horrível, o perpetrado contra D. Euzebia, mãe do capitão mór Valerio, senhora de mais de 80 anos, que tinha mais de 150 descendentes, a quem, antes que a assassinassem, cortaram uma orelha, e uma mão, que levaram de presente ao dito seo filho, o qual, por mostrar a dor, e indignação, que era natural, ao se lhe apresentarem os restos ensanguentados de sua mãe, foi tambem assassinado juntamente com sua mulher. Dois soldados, por eles presos, por pretenderem evadir-se, foram espostejados: em fim, tudo é ali desordem e mortes, roubos e incendios. (Aurora Fluminense, 16 de julho de 1839, ed. 160, p. 3)

Em contraste com a notícia deste excerto, os rebeldes rejeitavam acusações de saques e enfatizavam que “procuraram respeitar a honra das mulheres e até os escravos de seus inimigos” (ASSUNÇÃO, 2011, p. 316), além de acusarem os seus opositores de não retribuírem da mesma forma, o que nos mostra discursos diferentes entre os rebeldes e as forças que tentavam suprimir a revolta.

Podemos perceber também a preocupação dos jornais em noticiar as decisões oficiais para aumentar as tropas que lutavam contra os rebeldes, como pode ser observado no trecho abaixo publicado no Aurora Fluminense (20 de junho de 1839, ed. 153, p. 4),

Illm. e Exm. Sr.- Cumprindo reduzir à ordem, antes que ganhem maior corpo, os bandos de facinorosos armados que tem apparecido ultimamente em alguns pontos da provincia do Maranhão, espalhando o terror pelos lugares onde se tem apresentado, determina o regente, em nome do Imperador, que V. Ex. faça partir para aquella provincia, á disposição do respectivo presidente, o 8. Batalhão de caçadores de linha, com o seo commandante, o tenente coronel Francisco Sergio de Oliveira, uma vez que tenha V. Ex. ja para ali enviado algum destacamento, não fique com a presente medida essa provincia do Pará destituida de força para sua propria segurança; pois, em tal caso, mandará V. Ex. tamsómente o referido tenente coronel, a quem o regente nessa data tem nomeado para comandar as forças expedicionarias do Maranhão.

Da mesma forma, também é possível observar no Diário do Rio de Janeiro uma preocupação em acalmar a população sobre o que acontecia na província, e também, buscar o apoio popular contra a rebelião.

A horda de salteadores, que hasteou o pendão do roubo assassinato no interior, prosegue desenfrida e ameaçadora na carreira dos crimes que encetou; e á despeito das energicas providencias que o governo não tem cessado de dar, a rebelião achou novo theatro para os seus horribes attentados: Caxias está em poder dos facciosos!! Não desanimeis porém com este acontecimento inesperado: grandes recursos ainda nos restão, novos auxilios forão pedidos aos nossos irmãos do norte e sul; todas as medidas estão tomadas para preservar a capital, para sufocar a anarchia nos pontos que ella infesta. Dignos habitantes do Maranhão, é pois chegado o momento de ostentar o patriotismo que vos anima, vinde unir-vos em torno do vosso presidente; e pressurosos acudi aos reclamos que vos dirigir para a defesa de vossas vidas, e propriedades. (Diário do Rio de Janeiro, 09 de agosto de 1839, ed. 176, p. 1)

Percebe-se, na citação recuperada, o chamado para a população participar da luta contra os rebeldes alegando que seria em defesa de suas vidas e propriedades, além de ser uma demonstração de patriotismo na visão deles, já que a cidade de Caxias estava agora tomada pela rebelião.

Segundo Janotti a disputa entre os dois partidos levou até mesmo os bem-te-vis a responsabilizar os cabanos pela revolta e por outras ações na província, como podemos perceber no excerto a seguir.

Durante todo o período inicial da Balaiada, Os bem-te-vis não cansaram de responsabilizar os cabanos pelo crescimento da revolta, pela ineficiência da administração, pela corrupção da guarda nacional, aproveitando-se da insegurança geral, vaticinar um grande derramamento de sangue na província. (JANOTTI, 2005, p. 54)

No entanto, a autora também aponta que os próprios bem-te-vis tinham integrantes do seu partido fazendo parte das tropas rebeldes. Mostrando também como se dava esse envolvimento entre os integrantes do partido e a revolta,

Até então, os liberais (bem-te-vis) haviam adotado várias posições em relação ao movimento. Os da capital procuraram através dele conseguir sucesso nas eleições que se aproximavam e novamente controlar o governo. No interior a situação era muito mais complexa. Alguns participaram francamente da revolução; outros, muito mais numerosos, colocaram-se na situação de vítimas constrangidas a colaborar, esperando, com essa justificativa, que os acontecimentos futuros os beneficiassem. (JANOTTI, 2005, p. 54)

Percebe-se que para os bem-te-vis da capital a revolta se tornou um modo de conseguir votos nas eleições, e no interior eles se dividiam entre participantes e colaboradores com interesses nos benefícios que isso poderia lhes proporcionar.

Além disso, ao se aproximarem do final da revolta, apesar das promessas de anistia, os próprios rebeldes temiam se entregar e serem obrigados a combater os seus amigos que permanecessem no movimento, como elucida Janotti (2005, p. 55) no excerto abaixo:

Temiam os balaios entregarem-se às forças oficiais, pois, quando os primeiros grupos se renderam, ou aceitaram a proposta da anistia, foram obrigados a combater seus próprios correligionários. O final da Balaiada foi marcado pela traição, assassinatos, deserções, prisões e torturas, atestados nos relatórios firmados pelo presidente.

Pode-se perceber que a anistia já fazia com que muitos dos rebeldes repensassem sua participação no movimento que se prolongava. Desde o final do ano de 1839, para o início do ano de 1840 que essa estratégia começou a surtir seus efeitos,

Durante os últimos meses da administração do presidente Manoel Felisardo Souza e Melo (março de 1839 a janeiro de 1840) os oficiais do exército já tentavam atrair chefes rebeldes para o lado da legalidade, oferecendo-lhes uma série de vantagens. [...] Esta tática começou a dar resultados, pois no final de 1839 alguns chefes rebeldes se cansaram de guerrear, entre eles o ex-pistoleiro de um fazendeiro conservador, Manoel Rodrigues Ferreira Coque, que entrou para a história como o "Judas" da Balaiada por se destacar na colaboração com a legalidade. (ASSUNÇÃO, 2011, p. 314-315)

As tropas do governo enfrentaram várias derrotas até, finalmente, conseguirem por fim na Balaiada, o que só se tornou possível com a ajuda de outras províncias e também a interferência do futuro duque de Caxias (ASSUNÇÃO, 2011), o mesmo que posteriormente também teria uma atuação no final da Revolução Farroupilha, como citado anteriormente.

Após a antecipação da maioria de D. Pedro II, os rebeldes começaram a ter seus propósitos abalados, enfrentando dificuldades para manter a revolução, alguns então depuseram suas armas, mas tiveram de permanecer na batalha, agora contra o seu antigo grupo.

Raimundo Gomes foi um dos que resolveram permanecer no combate por mais algum tempo, até janeiro de 1841, ainda desconfiado de que a anistia não aconteceria, conforme Assunção (2011, p. 321) relata: “sua desconfiança em relação às forças da

legalidade era justificada, pois morreu em seu poder pouco depois, em circunstâncias não esclarecidas, quando devia ser encaminhado para o desterro fora da província”. Um dos motivos pelo qual ele desconfiava de que conseguiria a anistia, dava-se pelo fato da presença escrava nas forças revoltosas, como cita também o autor.

O último dos líderes a ser preso foi Cosme Bento, que liderava um grupo de pessoas negras escravizadas, participantes da revolta. Nas palavras de Assunção (2011, p. 322) “suas ideias iam muito além do liberalismo exaltado dos bem-te-vis, pois também falava em república e alforria, chegando a proclamar a abolição generalizada com indenização”. Por isso sua anistia não foi considerada, sendo o mesmo enforcado, e para os escravos a anistia seria dada desde que estes se tornassem capitães de mato (ASSUNÇÃO, 2011).

2 CAPÍTULO II: A INVENÇÃO DA IMPRENSA DE GUTENBERG E O SURGIMENTO DO IMPRESSO NO BRASIL

2.1 Gutenberg e a invenção da imprensa

Posta no papel o lugar histórico da imprensa nos idos de 30 do século XIX, ao longo do período regencial, trata-se, agora, de abrir um parêntese, com o objetivo de recuperar historicamente a gênese do impresso, no sentido moderno do termo, e o seu aparecimento no Brasil. Em resumo, eis o núcleo deste capítulo.

Em grandes linhas, Gutenberg trouxe com sua invenção, a imprensa de tipos móveis, uma verdadeira revolução que se espalhou pelo mundo inteiro e tornou possível o nosso acesso ao conhecimento e informações de forma muito mais ampla e rápida. Sem essa revolução, ter acesso aos jornais em grande quantidade como temos hoje não seria possível, assim como a grande quantidade de livros e revistas em bibliotecas, escolas, entre outros espaços. Difícil imaginar a vida atual sem que essa invenção existisse.

Assim sendo, não poderíamos então falar de jornais impressos no território brasileiro no período regencial sem mencionar o grande feito dessa invenção, que acabou por tornar possível justamente a existência desses periódicos no que viria a se tornar o Brasil que temos atualmente.

A comunicação passou por várias mudanças ao longo da história humana, tendo, segundo Man (2004), quatro principais transformações: a invenção da escrita, que fez os povos da época capaz de registrar o que fosse de interesse dos líderes; depois a criação do alfabeto, que tornou a escrita algo que as pessoas comuns também poderiam dominar; o terceiro ponto seria a invenção da imprensa com tipos móveis que causou uma grande mudança tornando os livros acessíveis, ajudando também as notícias a circular; e a quarta transformação seria a internet, que eleva a facilidade de acessar livros, notícias, de comunicarmos-nos com quem quisermos, em qualquer lugar do mundo. Vamos abordar mais profundamente a invenção da imprensa e do impresso, já que estamos trabalhando justamente com jornais impressos.

A velocidade na reprodução de textos que a invenção de Gutenberg trouxe, mudou completamente e de forma muito rápida todo arcabouço da escrita e da comunicação, o que obviamente modificou a sociedade do período em várias esferas, inclusive na religião, o que ajudou a fazer com que as reformas protestantes

acontecessem. No âmbito da ciência, ela também ajudou a mudar a forma como as pesquisas eram feitas, possibilitando o acesso a novos textos, novos autores e a comparação entre trabalhos. Conforme Chartier (2014, p. 104), “a impressão multiplicou objetos que eram desconhecidos ou pouco familiares na era do manuscrito e os tornou familiares”.

No campo da informação, também, fazendo com que notícias se espalhassem de modo francamente acelerado, apesar de que na época o número de letrados ainda não era grande; porém, quem sabia ler espalhava e as vezes até lia em voz alta as notícias em ambientes públicos ou privados para outros.

Segundo Man (2004, p. 14),

Em 1455, todos os livros impressos na Europa poderiam ser carregados em um vagão simples. Cinquenta anos depois, os títulos chegavam a dezenas de milhares, os exemplares, a milhões. Hoje, livros que transbordam das impressoras chegam a dez bilhões por ano.

Essa grande quantidade de livros e informações que temos atualmente só é possível por causa da invenção da imprensa por Gutenberg, mas é importante também compreendermos essa invenção dentro do seu contexto histórico.

De acordo com Man (2004), quando Gutenberg criou sua invenção, a Europa não tinha cidades grandes, mas sim povoados, sem pavimentação, o que dificultava os trajetos de uma localidade para outra, e na Alemanha também não era diferente, podia demorar bastante somente para ir até a aldeia vizinha, e a noite esse trajeto se tornava ainda mais complicado, pela falta de iluminação noturna como temos hoje. Este relato ajuda a entender esse panorama histórico.

Grandes construções – catedrais, castelos, mosteiros — eram maravilhas para o homem comum, que vivia de acordo com as estações, à mercê de doenças, do clima e de guerras. Mesmo uma pessoa educada tinha apenas uma vaga idéia dos acontecimentos que definiriam as eras para as gerações futuras. A ciência experimental era uma impossibilidade; o Deus Cristão, uma presença viva; as almas imortais, tão reais quanto o corpo; e o pecado, tão nojento quanto a praga. Em busca de salvação, cerca de dez mil peregrinos visitaram centenas de lugares sagrados, em vez de fazer uma perigosa viagem anual à própria Terra Sagrada. Por uma pequena quantia, podia-se adquirir uma indulgência que livraria a pessoa do fardo do pecado por certo tempo. Essas condições e atitudes foram determinadas em um contexto antigo: a colcha de retalhos de minúsculas unidades que formavam o mundo de língua alemã, o Sacro Império Romano, de onde a Alemanha surgiria apenas quatrocentos anos mais tarde. (MAN, 2004, p. 16-17)

Esse trecho, portanto, traz uma boa reflexão de como era a vida naquele período e de que forma a sociedade pensava e compreendia o mundo a sua volta. E, em larga medida, essa ordem social e o modo de vida que lhe era correspondente, tiveram os seus pilares modificados, a partir da invenção da imprensa e das mudanças que vieram em decorrência dela.

Num determinado ano, levava-se um mês ou dois para se produzir a simples cópia de um livro; no seguinte, podia-se ter quinhentas cópias em uma semana (quinhentas era uma média razoável naqueles primeiros dias). A distribuição ainda era a pé ou a cavalo, mas isso não importava. Um livro copiado apenas ficava ali, esperando por leitores, um a um; um livro impresso de sucesso é uma pedra jogada pela água, sua mensagem repercutindo em dezenas, centenas, milhões de leitores. (MAN, 2004, p. 12)

No excerto acima, Man chama a atenção para a demora na cópia de um livro antes da imprensa de Gutenberg, e da mudança nesse processo de fazer cópias através dela. Os números são espantosos e o alcance que todo o conhecimento teria a datar de então, as pessoas que vieram nesse período, com certeza, não podiam mensurar esses novos encaixes que transcendiam os limites da época.

Não somente cópias de livros eram produzidas, a invenção tornou possível a divulgação de outros materiais, a saber: “folhetos, panfletos, petições, cartazes e anúncios públicos, formulários, bilhetes, recibos, certificados [...]” (CHARTIER, 2014, p. 104); isso, seguramente, modificou bastante o acesso à informação e a divulgação de ideias na época.

No entanto, conforme Man (2004), Gutenberg não teria sido exatamente um vanguardista da modernidade; ao criar seu invento, todavia, um “capitalista precoce” como cita em seu livro, ao tentar ganhar dinheiro, percebendo o mercado oferecido pela Igreja Católica. O intrigante é que, como cita Man (2004), ele quase perdeu tudo para seus sócios e colegas. O mesmo tinha a intenção de unificar a cristandade, mas sua invenção possibilitou o oposto, as Reformas.

E mesmo com a invenção, não houve a suspensão das cópias manuscritas, já que, frequentemente,

Muitos gêneros escritos (antologias poéticas, tratados políticos, instruções nobiliárias, *nouvelles à la main* — folhas de notícias —, textos libertinos e heterodoxos, partituras musicais e mais) eram distribuídos em cópias manuscritas. As razões variavam: o custo menor das cópias manuscritas; o desejo de evitar censura oficial; preferência por uma circulação limitada; ou a maleabilidade da forma manuscrita, que permitia acréscimos e revisões. Portanto, a impressão, pelo menos nos quatro primeiros séculos de sua

existência, não causou o desaparecimento nem da comunicação manuscrita nem da publicação manuscrita. (CHARTIER, 2014, p. 104-105)

Conforme observou Chartier, os manuscritos traziam outras possibilidades de acrescentar algo, revisar, ou mesmo pelo preço caro ainda dos materiais impressos, acabavam por ser ainda bastante utilizados. Isso nos ajuda a perceber que essa revolução não trouxe um rompimento com os modos de reprodução de informação anteriores, mas que aos poucos ele foi ganhando espaço, este que pertencia aos manuscritos e copistas.

Havia também uma preocupação própria de alguns materiais impressos de incentivar a escrita,

Muitos exemplos poderiam ser fornecidos de objetos impressos cuja razão de ser era encorajar e preservar a escrita à mão: edições de autores latinos clássicos usadas nas escolas secundárias do século XVI; *chartes de mariage* [contratos de casamento] usados em algumas dioceses no sul da França no século XVII, ou, na Itália do século XVIII, as primeiras agendas que dividiam o dia em seções. (CHARTIER, 2014, p. 105-106)

Essa preocupação ajudava a tornar o novo estilo mais fácil de assimilar pelos que já estavam acostumados a alterar seus materiais copiados. Mesmo aqueles materiais que não tinham esse tipo de preocupação, não ficavam isentos de terem seus textos interrompidos por opiniões e correções manuscritas, ou mesmo terem seus trechos cortados e colados em outros locais (CHARTIER, 2014), criando novas produções, ao gosto do leitor. Nessa perspectiva, conforme anota Chartier (2014, p. 107), “o texto impresso era, portanto, aberto a mobilidade, flexibilidade e variação”.

A má fama dos livreiros também é algo apontado pelo autor, por causa das falsificações que faziam, criando impressões que superavam o número pedido pelo autor, e as vendiam sem que este soubesse, até mesmo por um preço mais baixo do que ele cobraria. Essa também não era a única acusação contra eles,

A má conduta do livreiro era um dos tópicos prediletos entre todos os escritores que estigmatizavam a impressão, denunciando-a por corromper a integridade dos textos distorcidos por compositores ignorantes, adulterar o sentido das obras propostas aos leitores incapazes de entendê-las e aviltar a ética do comércio das letras, degradada pelo comércio de livros. (CHARTIER, 2014, p. 109-110)

Outro ponto muito importante sobre os motivos que levaram as cópias manuscritas a continuarem existindo, é o fato da própria limitação desses exemplares, agora vistas como um ponto positivo, pois dependendo do conteúdo das cópias o fato

dessa limitação ajudava a evitar censuras, e na difusão das ideias de forma controlada, o que podia trazer mais facilidades do que um texto impresso.

A leitura passou a se popularizar, possibilitando às pessoas - que não tinham antes acesso a essas leituras, por dificuldade de ter cópias dos livros manuscritos -, beneficiarem-se dessa maior popularização, mas ainda não total, que os livros obtiveram. Esses livros iam desde poesias, a Bíblia e até textos considerados perigosos, a exemplo dos livros considerados de magia.

Esse aumento na leitura começou a preocupar as autoridades do período, que começaram a alegar que ler em demasia podia se tornar uma doença,

No século XVIII, corpos refletiam, para o melhor e às vezes para o pior, os poderes do livro e os perigos ou benefícios da leitura. O discurso assumiu um tom médico, construindo uma patologia da leitura excessiva, considerada como doença que acometia o indivíduo ou como epidemia coletiva. A leitura incontrolada era tida como perigosa porque combinava imobilidade corporal e excitação da imaginação. E introduzia a pior das enfermidades: estômago ou intestinos ingurgitados, nervos perturbados, exaustão corporal. Profissionais da leitura — isto é, homens de letras — eram os mais expostos a tais distúrbios, considerados as fontes de hipocondria, sua doença característica. Mas o exercício solitário da leitura também conduzia à imaginação dispersiva, rejeição da realidade e preferência por fantasias. (CHARTIER, 2014, p. 119-120)

Como podemos perceber, a leitura, que não era um hábito de muitos, ao se popularizar mais, tornou-se um problema para aqueles que acreditavam que o acesso a ela ainda deveria ser limitado, e que todos não deveriam ter a possibilidade de ler qualquer livro, pois não poderiam compreender ou não seriam o público alvo daquela leitura. Então ela acaba sendo vista até como a causa de doenças, talvez para afastar quem eles julgavam que não deveriam ser o público dos livros. A censura, modernamente, liga-se ao advento do impresso e de sua expansão, tomado, como já descrito, como objetivamente perigoso, sobremaneira em relação ao poder. Impresso e poder estão na base do fato de que obras artísticas e trabalhos jornalísticos sejam – ao longo da modernidade e se estendendo à contemporaneidade - objetos de fiscalização e repressão. Ao discutir essa questão no Brasil, de fato, é possível observar esse problema de modo bem concreto.

2.2 O surgimento da imprensa brasileira e seus primeiros anos

A imprensa brasileira inicia com a chegada da família real a América portuguesa em 1808. Apesar de tardar em relação a Europa que tinha suas tipografias desde o

século XV, essa data não está tão distante em relação a chegada da imprensa periódica por lá, o que só acontece no século XVII. Em outras partes da América, as tipografias surgiram no século XVI, enquanto a imprensa periódica chega somente no século XVIII na América inglesa e espanhola (MOREL, 2018).

No caso do Brasil, ela chega muito próxima a criação da Impressão Régia no século XIX. Apesar de que nos séculos anteriores houve tentativas de produções de impressos, mas foram abortadas pelas autoridades,

Antes mesmo de 1808, foi possível inventariar mais de trezentas obras de autores nascidos no território brasileiro, incluindo não só livros, mas impressos anônimos, relatando festejos e acontecimentos, antologias e índices, além de alguns manuscritos inéditos de autores clássicos. Eram textos variados: desde narrativas históricas até poesias, passando pela agricultura, medicina, botânica, discursos, sermões, relatos de viagens e naufrágios, literatura em prosa, gramática e até polêmicas. (MOREL, 2018, p. 24).

Como podemos perceber nessa citação, mesmo antes da permissão das impressões, esta já era colocada em prática aqui no Brasil, sendo produzido os mais variados tipos de textos e livros.

Durante muito tempo ficou proibida a publicação de impressos no Brasil, até a data de 13 de maio de 1808 quando foi criada a Impressão Régia, já como consequência da presença da família real no Rio de Janeiro, o que seria impossível de manter a continuidade da proibição. Nos dias posteriores à chegada da família real e antes de ser criada a Impressão Régia, toda a documentação política e administrativa teve de ser feita de forma manuscrita, o que podemos entender como um incômodo ao funcionamento da Corte, já que séculos depois da invenção de Gutenberg, não era mais uma prática tão comum; é tanto que não tardou muito para eles instalarem e colocarem em funcionamento a Impressão no Brasil, cerca de dois meses após a presença da família real na colônia, transformada em sede do poder real. A Impressão Régia quando surgiu tinha a intenção de publicar os “papéis oficiais do governo e ‘todas e quaisquer outras obras’” (ABREU, 2010, p. 42).

É importante ressaltar que a criação da Impressão não trazia consigo a permissão do estabelecimento de tipografias, “já que cabia ‘exclusivamente’ a casa oficial publicar documentos, papéis e livros, o que lhe garantia o monopólio da impressão no Brasil” (ABREU, 2010, p. 43). Dessa forma, ela poderia filtrar as publicações que circulariam no Rio de Janeiro e demais cidades.

Assim que se estabeleceu a Imprensa Régia, foi designada uma comissão para administrar a casa, composta por José Bernardo de Castro, Mariano José Pereira da Fonseca e José da Silva Lisboa, a qual foi encarregada também de examinar todos os papéis e livros que se desejasse publicar. Seu papel era garantir que nenhum atentado à religião, ao governo ou à moral ganhasse forma impressa. Pouco depois, foi nomeada uma junta de censores, composta por: frei António Arrábida, Luís José de Carvalho e Melo, padre João Manzoni e José da Silva Lisboa. Subordinada à Mesa do Desembargo do Paço, deveria submeter a exame os manuscritos que tencionavam chegar aos prelos da Imprensa Régia. Dessa forma, separava-se a função administrativa da atividade censória. (ABREU, 2010, p. 43)

De acordo com a autora, podemos perceber as diferentes comissões que foram sendo formadas dentro da Imprensa e suas obrigações, podemos também perceber essa necessidade, já mencionado, de organizar melhor e decidir o que seria publicado, passando por essa censura. No entanto, Morel (2018) também nos chama a atenção para essa questão da censura, que não deve ser pensada com a preocupação que só surgiu posteriormente no século XX, do combate a ela e aos autoritarismos, já que a sociedade brasileira do período do surgimento da Imprensa Régia havia sido concebida nos moldes absolutistas e estava em um período de transformações.

Abreu (2010) também nomeia em sua obra as pessoas que passaram a fazer parte da administração da Imprensa, como Silvestre Pinheiro Ferreira, que foi acrescentado à junta diretora em 1815, assim como José Saturnino da Costa Pereira, que substituiu Mariano José Pereira da Fonseca na administração; e Francisco Vieira Goulart que substituiu José Bernardo de Castro em 1821, que retornou a Portugal com parte da Corte. A autora também relata as mudanças de nome sofrida pela Imprensa Régia ao passar dos anos, logo em 1815 se tornara a Real Oficina Tipográfica. Depois, em 1821, passou a ser denominada de Tipografia Nacional, e só após a independência do Brasil se torna a Imprensa Nacional.

Apesar do esforço em filtrar os títulos que considerassem inadequados, a Imprensa publicou “obras de Belas-letras, de Medicina, de Economia, de Direito, de História e de Teologia, além de periódicos e de livros didáticos” (ABREU, 2010, p. 44). O que ainda há uma certa dificuldade em mensurar tudo o que foi publicado aqui no Brasil no período pela Imprensa, separando dos títulos vindos de fora do país, Márcia Abreu cita essa dificuldade apontada por outros pesquisadores que já buscaram fazê-lo. No entanto, Mindlin (2010) cita que no trabalho de pesquisa de Rubens Borba de

Moraes da década de 1940, este concluiu que “além dos papéis legais (que são 720), pelo menos 1428 folhetos e livros, alguns de grande porte” teriam sido publicados.

Houve também o caso de editores que aproveitaram a Impressão para criar - às próprias custas - edições de livros. Novamente não se sabe ao certo quantos livros foram publicados nessas condições, por causa da dificuldade em encontrar cópias desses textos, ou registros que tragam mais informações que comprovem a sua existência. Martin, Dalbin e Zeferino Vito de Meirelles são alguns desses nomes, sendo este último funcionário da Impressão Régia,

[...] Nesses casos, ele encarregava-se da seleção dos títulos, da obtenção das autorizações necessárias e do financiamento da impressão, tendo, ao final do processo, de negociar com mercadores de livros que se encarregariam da venda dos exemplares, como aconteceu por ocasião da publicação de *Leitura para meninos*, anunciado na *Gazeta do Rio de Janeiro* como estando à venda "na loja da *Gazeta*, e na de Manoel Joaquim da Silva Porto na rua de S. Pedro, por 480 réis". A experiência deve ter sido favorável, já que, anos depois, ele decidiu utilizar os serviços tipográficos da Impressão Régia para, em 1821, colocar em circulação seu próprio jornal, o *Diário do Rio de Janeiro*. (ABREU, 2010, p. 64)

Como podemos perceber, o próprio jornal *Diário do Rio de Janeiro* surge dessa experiência do financiamento da impressão de textos na Impressão Régia por Zeferino, que decide criar seu próprio jornal, que é um dos objetos dessa pesquisa. Começando sua publicação em 1 de junho de 1821, o jornal trazia em sua primeira folha um recado explicando sobre como seria a publicação, o que ele iria conter, como anúncios particulares gratuitos, as observações meteorológicas e o valor para quem o quisesse adquirir. Esses detalhes podem ser observados na figura 1.

Podemos observar também no rodapé da página o nome da *Typographia Real* onde foi impresso o exemplar. Desse modo podemos perceber que,

Os impressos saídos dos prelos da Impressão Régia ultrapassaram largamente a publicação de pequenos folhetos e livretos, e também havia diversos agentes envolvidos com a edição, contrariando a ideia de que Paulo Martin fosse "o único caso de livreiro-editor". (ABREU, 2010, p. 64-65)

Ainda nesse mesmo ano de 1821 surgiram outras tipografias, e a Impressão Régia perde seu monopólio. Além disso, surgiram também mais editores. Dentre as tipografias, Abreu (2010) cita a Nova Tipografia e a de Moreira e Garcez, que surgiram ainda em 1821. Já no ano seguinte surgiram Silva Porto & Cia, a de Santos e Souza, a do *Diário do Rio de Janeiro* e a de Torres e Costa. Depois, outras províncias também foram ganhando suas tipografias, como as de Pernambuco, Maranhão, Pará e Minas

Gerais, chegando em 1852 até a quantidade de 19 províncias que possuíam oficinas tipográficas.

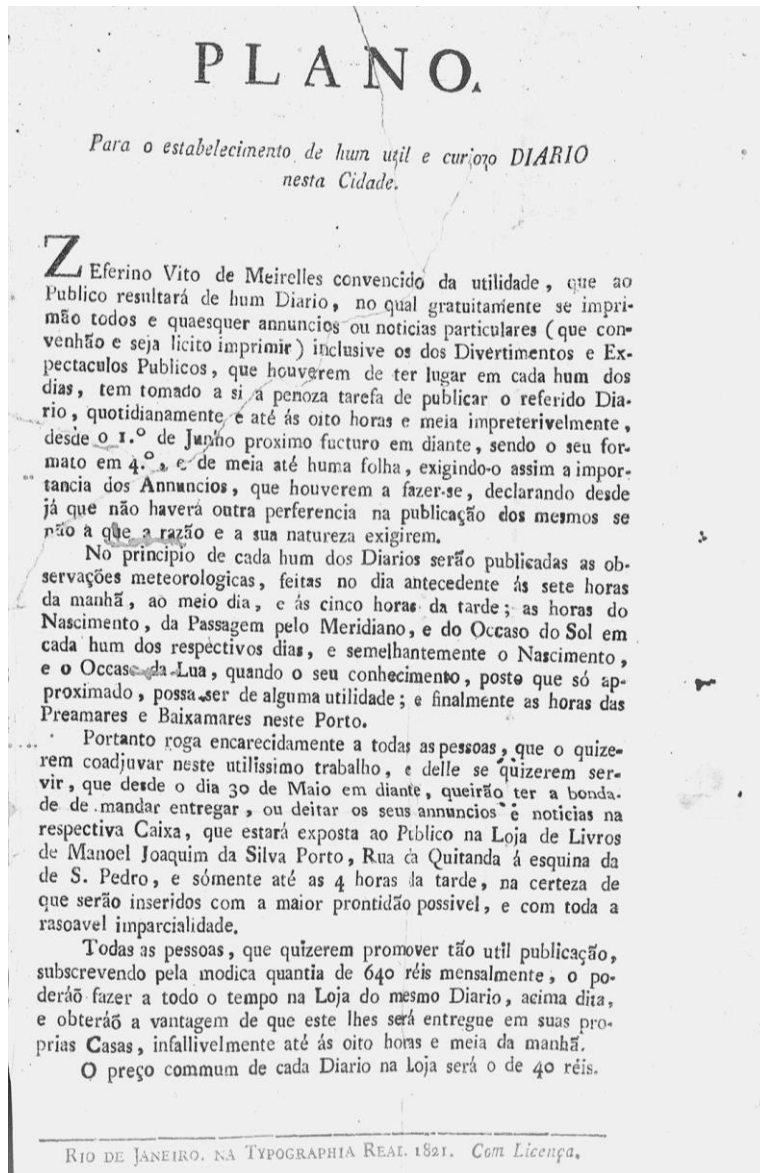


Figura 1: Diário do Rio de Janeiro, 01 de junho de 1821, ed. 01

Morel nos chama a atenção para o contexto em que o surgimento da imprensa periódica surgiu aqui no Brasil. Para ele, esse surgimento

não se deu numa espécie de vazio cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e formas de transmissão já existentes, na qual a imprensa se inseria. Ou seja, o periodismo pretendia, também, marcar e ordenar uma cena pública que passava por transformações nas relações de poder que diziam respeito a amplos setores da hierarquia da sociedade, em suas dimensões políticas e sociais. A circulação de palavras — faladas, manuscritas ou impressas não se fechava em fronteiras sociais e perpassava amplos setores da sociedade que se tornaria brasileira, não ficava estanque a um círculo de letrados, embora estes, também tocados por contradições e diferenças,

detivessem o poder de produção e leitura direta da imprensa. (MOREL, 2018, p. 25)

Isso nos faz refletir sobre os modos como os periódicos influenciavam e/ou eram influenciados em suas publicações, justamente por essa cultura que já existia aqui e também pelos fatos históricos do período, como a independência, a abdicação de D. Pedro I, as revoltas do período regencial e tantos outros fatos.

Existia o costume nesse período de ler os textos em público, como notícias de jornais, por exemplo, e isso tornou a informação acessível até para a população que não dominava a leitura. Esse costume existia aqui no Brasil, como o próprio Morel descreveu há pouco, e foi alvo de críticas em alguns momentos pelos próprios redatores de jornais.

Evaristo da Veiga, livreiro, redator e autor da letra do Hino da Independência, veio a público denunciar um de seus colegas de profissão, Francisco de Paula Brito, reclamando contra o hábito de “lerem-se Periódicos grátis na Praça da Constituição”. Paula Brito defendeu-se: “Jamais em minha casa se leram Periódicos de graça, e eu não posso privar que um Freguês que paga com seu dinheiro qualquer folha se apresse a lê-la; eis o que às vezes acontece.” (MOREL, 2018, p. 39)

As críticas se davam pelo fato de, ao facilitar essa leitura coletiva, a informação chegava para alguns sem a necessidade de pagar pelo jornal, o que é claro não era nada interessante para quem o produzia e o vendia. Mas era um costume praticado e que ajudou a disseminar muitas informações pelas cidades.

Outro ponto interessante é que a maioria dos jornais produzidos no século XIX não se assemelha muito aos jornais como temos hoje. Conforme Lustosa (2003, p. 14-15) “não só na forma como no conteúdo [...] pouco se parecem com os nossos jornais de hoje. O próprio papel da imprensa naquele contexto era visto de outra maneira”. A esse papel da imprensa a autora chama atenção para a questão da falta de escolas e livros, que o jornal busca suprir através das informações que veiculava, podendo trazer artigos que se estendiam por vários números e tivesse as vezes a forma mais parecida a de um livro (LUSTOSA, 2003).

É sabido que o *Correio Braziliense* não foi o primeiro jornal feito na Europa a ser lido regularmente no continente do Brasil, como então se dizia. Desde 1778, por exemplo, a *Gazeta de Lisboa* circulava pela América portuguesa, inclusive no Rio de Janeiro. O mesmo ocorria com as demais publicações impressas em Portugal e outras partes da Europa, como os 15 periódicos existentes durante o governo (1750-1777) do marquês de Pombal ou os 9 que circulavam em Portugal em 1809: tratando de divulgação de cultura e utilidades, eram noticiosos, científicos, literários e históricos – e lidos

pelos portugueses da Península e da América. Ou seja, havia jornais produzidos na Europa e normalmente recebidos no Brasil pelo menos desde o século XVIII. (MOREL, 2018, p. 30)

Tomando Morel como suporte, há de se admitir que já circulavam jornais em nosso território desde o século XVIII, porém feitos em outros países, dentre eles Portugal, o que não foi diferente nesse ponto com o Correio Braziliense, que era produzido em Londres, mas era bastante lido por aqui. Ele começou a ser impresso em junho de 1808, publicado por Hipólito da Costa.

No entanto, a partir de 10 de setembro de 1808 começa a ser produzido na Imprensa Régia, a Gazeta do Rio de Janeiro, tendo frei Tibúrcio da Rocha como seu redator nos primeiros anos, sendo sucedido por Manuel F. de Araújo Guimarães, que também redigiu outros impressos no Rio (MOREL, 2018).

Posteriormente, José da Silva Lisboa, que se tornaria o visconde de Cairu, e fazia parte da direção da censura na Imprensa Régia, irá publicar o periódico o Conciliador do Reino Unido, em 1821; além deste também foram publicados nos primeiros seis meses daquele ano, O Amigo do rei e da Nação, O Bem da Ordem e o Diário do Rio de Janeiro, já citado anteriormente. Em setembro, é criado o revérbero Constitucional Fluminense, o primeiro que não teve que passar pela censura para acontecer a publicação (LUSTOSA, 2003). Em outubro e dezembro do mesmo ano foi criado O Espelho e o Despertador Braziliense, respectivamente, e ainda em dezembro surge Malagueta. Estes são somente alguns dos exemplos dos primeiros jornais publicados no Brasil oitocentista.

Também nas províncias proliferaram publicações. Na Bahia, além da Idade d'Ouro, publicada desde 1811, surge o *Semanário Cívico*, o *Analisador Constitucional*, o *Espreitador Constitucional*, a *Abelha* e o *Diário Constitucional*, entre outros. Em Pernambuco, a *Aurora Pernambucana*, o *Sagarrega*, o *Conciliador Nacional* e a *Gazeta Pernambucana No Pará*, começa a ser editado o *Paraense* (1822). (BARBOSA, 2010, p. 51)

Percebemos que esses periódicos foram surgindo de forma mais numerosa em outros locais que não somente o Rio de Janeiro, como na Bahia, Pernambuco e Pará, antes citados, o que se explica também pelo surgimento de tipografias nessas províncias após a Imprensa Régia perder seu monopólio.

Esses redatores dos jornais que foram surgindo ajudaram a construir os pensamentos e ideias da sociedade brasileira, tendo as mais variadas aspirações políticas. Evaristo da Veiga, segundo Morel (2018, p. 40), “e sua influente Aurora

Fluminense (1827-1839), criticando D. Pedro I, e depois, apoiando as regências, formava opiniões e expressava uma ampla rede de associações a nível nacional”. Isso já nos demonstra a importância que tinha este jornal, o que também é algo perceptível por ser um dos mais conhecidos jornais do período, o qual é mais frequente também encontrarmos trechos nos livros didáticos, ou menções ao seu título.

O jornal Aurora Fluminense (1827-1839) segundo Sodré (1999, p. 106),

começou a circular, efetivamente, a 21 de dezembro de 1827, graças aos esforços de José Apolinário de Moraes, Francisco Valdetaro e do francês – mais um francês no alvorecer da imprensa brasileira – José Francisco Sigaud. Evaristo da Veiga juntou-se a eles, mais tarde, e passou a ser "redator principal e finalmente único".

E como complementa Barbosa (2010, p. 54),

O Aurora Fluminense é, inicialmente, impresso na tipografia do Diário do Rio de Janeiro. Com quatro páginas, sai às segundas e sextas-feiras, passando, a partir de junho de 1828, a ser editado também às quartas-feiras. Apregoando compromisso permanente com a liberdade e com a independência, referenda ininterruptamente uma espécie de missão ideológica do jornal com esses ideais.

O ponto citado por Barbosa na citação anterior é bem interessante, pois nos mostra como as tipografias foram crescendo, após a perda do monopólio pela Imprensa Régia, já que a tipografia do Diário do Rio de Janeiro se torna depois também do Aurora Fluminense, apesar de terem visões políticas diferentes.

Temos na figura 2 a primeira página da primeira edição do Aurora Fluminense, e nela percebemos alguns elementos que merecem ser ressaltados, dentre eles a divisão do texto em colunas e uma citação logo no topo da página, de autoria do imperador D. Pedro I. Esse trecho só demonstra, segundo Sousa (2015, p. 49) “o devotamento ao país, o respeito pela sua liberdade, a manutenção de sua Constituição. O artigo de apresentação resumia esse programa”.

No decorrer do texto dessa página é explicado também como iria funcionar a divisão das partes do jornal e o que conteria em cada parte. O periódico seria dividido em três seções “Interior, Exterior e Variedades”, onde a seção do Interior também seria dividida em duas, trazendo questões que interessam ao Brasil na primeira delas e notícias do Brasil na segunda; na segunda seção as notícias seriam do exterior como o nome explicita; e na última estariam correspondências dos leitores, análises de obras literárias ou políticas, hinos e outros textos literários.

Anno de 1827.

Numero 1.

A AURORA FLUMINENSE.

JORNAL POLITICO E LITTERARIO.

Subscreeve-se para esta Folha na Typographia do Diario do Rio de Janeiro, por trimestre a 28; e vendem-se Numeros avulsos a 80 rs. nas lojas de livros dos Srs. João Baptista dos Santos, rua da Cadeia, e Evaristo Ferreira da Veiga e Comp., rua dos Pescadores.

*Pelo Brasil dar a vida,
Manter a Constituição,
Sustentar a Independencia,
He a nossa obrigação.*

Por S. M. O IMPERADOR D. PEDRO I.
(Diario Flumin. 14 de Julho de 1824.)

Sexta feira 21 de Dezembro.

INTRODUÇÃO.

A Aurora da liberdade, que pela vez primeira espalhou o seu resplandecente manto sobre o vasto orizonte do Brasil em 1822, hoje brilha ainda com todo o seu resplendor: os primeiros raios desta filha do Ceo fecundarão o solo sagrado da Patria; desde a memoravel era da independencia huma geração nova cresce, e se nutre em os principios de uma justa Liberdade, garantida pelo governo representativo. A Constituição dada á Nação por seu Soberano legitimo, acolhida com reconhecimento, interpretada com o mais severo juizo pelos Mandatarios do povo, observada pelo poder executivo, e finalmente respeitada por todos os verdadeiros amigos da ordem, e do bem publico, se reforça de dia em dia cada vez mais em suas bases, e na opinião publica exhauré o impulso de seu crescimento. E assim qual seria o nosso mais sagrado dever, se não o de concorrermus por nossos trabalhos, para mantermus o pacto legislativo, que liga a Nação ao Soberano? este é pois o nobre encargo, que nos impomos hoje: talvez que para o digno desempenho de uma tão nobre, quanto louvavel tarefa, fossem necessarios grandes talentos e uma experiencia, que não é possivel, sejam já partilha nossa.

Os redactores do novo Jornal, recommendado á indulgencia dos nossos Leitores, despontão hoje do seio dessa classe de cidadãos verdadeiramente nacional, da que compõe na época actual a flor da Nação, em uma palavra da Mocidade Brasileira.

Até o dia de hoje o regim colonial tinha suffocado a instrução primaria: era preciso aos jovens Brasileiros correr alem

dos mares para irem buscar uma educação incompleta, consumirem-se em estudos recheados de estereis difficuldades, e voltarem curvados sob o degradante pezo dos prejuizos de uma educação, que era em grande parte o patrimonio dos Frades da Metropole; agora porem a mesma Europa traz ao nosso proprio solo suas riquezas scientificas e litterarias, e por isso o estudo das linguas estrangeiras já faz no Brasil progressos incriveis; uma educação mais methodica se diffunde em Escólas regulares; as artes se cultivão com felices resultados; e a litteratura, prestando á politica as armas, e a linguagem, que lhe é propria já se vai affastando da fieira da rotina, dispindo-se das subtilezas escolasticas, e já abjura a philosophia obscura, e sylogistica das Escólas theologicas de Portugal.

O plano desta folha periodica, que, pela terna lembrança da nossa independencia, e dos grandes serviços, que lhe há prestado a Capital do Imperio, nós intitlamus — A AURORA FLUMINENSE — será conforme aos planos adoptados em varios Jornaes tanto da America, como da Europa. O Jornal será composto de trez secções, que vem a ser Interior, Exterior, e Variedades. A primeira secção conterá duas partes; uma será consagrada á polemica sobre as questões, que interessão a Nação no exercicio de seus direitos constitucionaes; a outra constará de noticias do Brasil, dignas de fixarem a attenção dos leitores, capazes de darem informações veridicas sobre o paiz, e de inspirarem ao estrangeiro uma idéa vantajosa sobre esta parte d'America. A segunda exporá as noticias exteriores. Na terceira finalmente terão logar as correspondencias, que aos nossos concidadãos aprazer enviar-nos, as analyses de obras interessan-

Figura 2: Aurora Fluminense, 21 de dezembro de 1827, ed. 01

Nessa primeira edição eles ainda explicam um pouco sobre a visão que os editores possuíam sobre a missão do jornal: “a liberdade da imprensa, que se acha proclamada no Brasil, é a arma poderosa, que nossas ainda jovens e debeis mãos, devem aprender a manejar com destreza, para lutarem contra o despotismo, e contra o governo absoluto” (Aurora Fluminense, 21 de dezembro de 1827, ed. 01, p. 02), ou

seja, pensavam a liberdade de imprensa como um meio para mudar o governo absolutista.

Já o Diário do Rio de Janeiro (1821-1878), de acordo com Sodré (1999, p. 50-51),

Foi, realmente, o primeiro jornal informativo a circular no Brasil. Diário, ocupava-se quase tão somente das questões locais, procurando fornecer aos leitores o máximo de informação. Inseria informações particulares e anúncios: aquelas tratavam de furtos, assassinios, demandas, reclamações, divertimentos, espetáculos, observações meteorológicas, marés, correios; estes tratavam de escravos fugidos, leilões, compras, vendas, achados, aluguéis e, desde novembro de 1821, preços de gêneros. [...] Do ponto de vista da imprensa, como a entendemos hoje, foi precursor originalíssimo, e teve todas as características do jornal de informação. Do ponto de vista político, entretanto, em nada alterou o quadro.

Essa falta de posição política foi modificada no início da década de 1830, quando o jornal adere à política caramuru (SOUSA, 2015). Além de ser o jornal em que foram publicados alguns romances de José de Alencar, como Cinco Minutos, o Guarani e a Viúvina, sendo um exemplo “da conjugação da literatura com a imprensa” (SODRÉ, 1999, p. 191). De acordo com Ribeiro (2004, p. 171) “José de Alencar escreveu folhetins e colunas políticas por muitos anos para o Jornal do Commercio, chegando a ser, em 1855, redator-chefe do Diário do Rio de Janeiro”.

Essa característica do Diário do Rio de Janeiro de ser um “jornal de informação”, conforme a caracterização de Sodré (1999), fez com que ele se tornasse bastante difundido no período, fazendo com que outros jornais almejassem o posto de monopolizador que ele possuía (MARTINS, 2018). Mesmo com todo esse sucesso na época, em 1858 o jornal iniciou um hiato em suas publicações.

Em 1860 ele ressurgiu sob nova direção recebendo elogios pela sua impressão, sendo agora “dirigido por Saldanha Marinho, auxiliado por Henrique César Muzzio, Quintino Bocaiuva e Pinheiro Guimarães” (SODRÉ, 1999, p. 192), e em 1861 a redação do jornal é alterada, quando Salvador de Mendonça foi para a Corte e passou a fazer parte da redação do Diário. Depois também se juntou ao jornal Machado de Assis, até que “em 1867, com a ida de Saldanha Marinho para Minas e de Quintino Bocaiuva para os Estados Unidos, desfaz-se a redação do Diário do Rio de Janeiro” (SODRÉ, 1999, p. 200), e após isso, Machado também deixa o jornal e vai posteriormente se juntar ao Diário Oficial.

Grande parte dos romancistas e poetas brasileiros que alcançaram prestígio de crítica e público publicavam suas criações literárias nos jornais que, à época, já não se confundiam mais como meros porta-vozes de grupos político-partidários. Eram jornais que tinham uma ambição de autodelimitação institucional diferenciável da exclusiva prática política; que apresentavam indícios de uma tendencial complexidade material, organizacional e discursiva, com uma divisão maior de funções, um apelo a um público mais heterogêneo e uma maior diversidade temática e formal. À exceção de nomes como Gonçalves Dias, que pouco contato manteve com a vida literária do Rio, muitos foram os literatos vinculados, de formas diversas, ao espaço da discursividade jornalística, seja pela publicação seriada de seus romances ou na função de jornalistas (críticos, cronistas, colonistas, redatores e outras). (RIBEIRO, 2004, p. 170)

Conforme relata Ribeiro nesse excerto, órgãos de imprensa tiveram também esse importante papel na divulgação da literatura brasileira, já que muitos escritores publicavam suas obras nos jornais da época. Isso os torna além de difusores de notícias, geradores de opiniões, também difusores da cultura.

A autora também cita uma lista de outros autores, além de Alencar, que tiveram seus textos publicados nos jornais, dentre eles: Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antônio de Almeida, Machado de Assis, Franklin Távora e Olavo Bilac. Os aludidos autores, muitas vezes, passaram a ser cronistas, jornalistas e redatores para os jornais em que publicavam também seus textos, que se tornaram tão conhecidos para nós posteriormente.

Outra vertente desta intersecção de esferas manifestou-se no gênero humorístico corporificado pela caricatura, pela charge e ilustrações de uma forma geral. O ponto de partida eram os temas do cotidiano explorados pelas notícias, pelas colunas e crônicas. A partir da década de 1860, surgiram muitas publicações com especial ênfase sobre este gênero, como, por exemplo, a *Semana Ilustrada*, de Henrique Fleiuss, formado em belas-artes, que durou de 1860 a 1876. Além de outras como a *Ilustração Brasileira* (1876-1878), a *Vida Fluminense*, *O Mosquito*, *A Vespa*, *O Malho*. São inúmeras as efêmeras publicações neste gênero e seus desenhistas tanto produziam para elas como para os jornais de maior porte como *A Gazeta de Notícias*, *O País*, *O Jornal do Brasil*, entre outros. (RIBEIRO, 2004, p. 173)

Analisando esse excerto temos outro fator que o jornal ajudou a criar, partindo da inserção de textos literários nos jornais, como é o caso do humor através de ilustrações, o que eleva a experiência jornalística a um novo patamar, já que mesmo aquelas pessoas que não sabiam ler podiam se aproveitar dessas ilustrações para fazerem suas próprias interpretações do que era ilustrado, por mais que não pudessem compreender os textos que as acompanhassem; nesse caso, já aumentava um pouco a independência para as pessoas que ouviam as narrativas das notícias com a ajuda de outros.

O humor então passou a ser amplamente utilizado, como cita Ribeiro (2004, p. 174) “o humorismo casou-se com noticiário, a crônica, o colunismo, os artigos; com as críticas e quase todos os gêneros do jornalismo, inclusive com a publicidade”. Ele se tornou um meio difusor da cultura da época e das críticas também. Segundo Sodré (1999, p. 179) “a caricatura chegou à imprensa brasileira numa de suas fases mais difíceis, realmente: quando a agonia liberal avançava depressa e logo, esmagada a rebelião Praieira, estaria consumada”.

Com o passar do tempo surgem também os jornais voltados para alguns públicos específicos, como é o caso dos jornais direcionados ao público feminino, a exemplo do *Jornal das Senhoras*. À luz desse processo específico,

Violante Bivar, em 1852, foi considerada a primeira jornalista brasileira a ingressar nesta prática. Fundou um jornal segundo ela, “justamente quando a sua idade (35 anos) já permitia uma maior compreensão das coisas”, feito apenas por mulheres e para elas voltado no sentido de “dignificá-las”, chamado de *Jornal das Senhoras*, que sobreviveu até 1855. Nele foram impressos romances (traduzidos por ela própria do inglês) comédias, poesias, contos de leitoras, artigos sobre moda e críticas à educação permitida às mulheres da época. Posteriormente, redigiu *O Domingo*, até sua morte, em 1875. (RIBEIRO, 2004, p. 175)

Podemos perceber nas próprias palavras da fundadora do jornal, que este queria “dignificar” as mulheres, tendo em sua composição mulheres, que escreviam sobre temas do interesse feminino, o que é algo bastante inovador se considerarmos ainda estarmos falando no século XIX, e que a mulher não tinha direitos iguais aos homens (como ainda não tem, malgrado os reconhecidos avanços nesse campo). O direito a expressar suas ideias através de um jornal próprio já ajuda a mudar a visão da época sobre a mulher.

Outros títulos voltados para o público feminino foram *A Primavera* (1861), de Francisca Senhorinha da Mota Diniz; *O Belo Sexo* (1862), de Júlia de A. S. Aguiar; e havia também *O Jornal das Famílias*, impresso em Paris pela Garnier.

Seguindo esse mesmo rumo houve outros jornais dedicados a públicos específicos, segundo pode se desprender das informações contidas nesta citação:

as fartas publicações médicas recebem a companhia da Revista da Sociedade Físico-Química (1857). Os Anais da Academia Filosófica saem em 1858. O teatro, pela Revista Teatral (1860), de Eduardo Daniel Vilas Boas. A música pela Gazeta Musical do Brasil (1860-1861), de J. J. Soland de Chirol. Os advogados puderam apreciar a Gazeta Forense (1857-1858) entre outras. Crescem os títulos de jornais para jovens e por eles escritos. A Esperança (1863) é o órgão dos alunos do Colégio Tautphoeue. Representantes de

grupos sociais, como O Militar (1854-1855) ou a Revista Tipográfica (1854). Em língua estrangeira são mais numerosos os jornais destinados à colônia portuguesa, como O Português (1861-1865) e surgem as publicações em italiano (...). A inglesa conta com o Rio Commercial Journal, com longa vida (1857-1875) e é numerosa a francesa citando-se o Le Courier du Brésil (1854-1862). (IPANEMA, M.; IPANEMA, C., p. 189-190 *apud* RIBEIRO, 2004, p. 176)

Ao fim e ao cabo, isso nos mostra a variedade de jornais que surgiu com o passar dos anos; ferramentas que, sem dúvida, buscavam atender às necessidades dos mais variados públicos: mulheres, médicos, filósofos, músicos, advogados entre outros.

2.3 Os impressos no período regencial

Durante o período regencial já existiam vários periódicos tanto no Rio de Janeiro como também em outras províncias, os quais, segundo Sodré, vão influenciar diretamente os acontecimentos do período. Nas palavras desse autor,

A fase da Regência foi, realmente, um dos grandes momentos da história da imprensa brasileira, quando desempenhou papel de extraordinário relevo e influenciou profundamente nos acontecimentos. Uma relação, naturalmente incompleta, dos periódicos que apareceram em 1831 comprova o destaque que a imprensa assumiu ou manteve porque, na verdade, vinha assumindo desde que se delineou a luta política que desembocou no Sete de Abril. Em julho de 1831, já nítida a cisão entre os liberais de esquerda e de direita, Antônio Borges da Fonseca deixaria a Corte “a Evaristo e sua influência maléfica”, aceitando o cargo de secretário do governo da Paraíba. Nesse mesmo ano e naquela província aparece a segunda fase de *O Repúblico*, que duraria até 1832, com mais de duzentos números [...]. (SODRÉ, 1999, p. 120-121)

No caso concreto, nota-se que a influência de Evaristo da Veiga e do seu jornal *Aurora Fluminense* é sentida pelos outros jornalistas da época, principalmente quando as aspirações políticas são diferentes.

Outro fator importante também é que devido aos desentendimentos entre brasileiros e portugueses, que vinham se arrastando desde os acontecimentos antes da independência, passando pela abdicação, havia uma necessidade de se definir o que era ser brasileiro, e os jornais estavam no centro desse debate, como aborda Barbosa (2010, p. 59): “os periódicos apressam-se, através da polêmica, a definir o que é ser brasileiro, procurando em matrizes culturais naturalistas e cientificistas particularizar esse sujeito por metáforas, no mínimo, estranhas aos olhos de hoje”. Essas metáforas, apareciam também nas disputas entre brasileiros e portugueses, ou associando determinado grupo político às imagens de animais, por exemplo.

A autora aborda também que os jornais passaram a intensificar nesse período a utilização da opinião para ajudar a moldar a opinião pública sobre vários assuntos, e nesse caso, até os insultos eram válidos e utilizados em larga escala, como podemos ler no excerto abaixo.

Do ponto de vista do circuito da comunicação, os jornais continuam obtendo as informações via correspondência dos leitores ou através das transcrições de periódicos de outros países ou de outras províncias. Entretanto, ao contrário dos tempos da *Gazeta de Notícias*, a imprensa agora faz da opinião o mote mais geral para a transformação das palavras e dos brados em letras impressas. Letras demolidoras, insultos insanos, epítetos jocosos e de sentido virulento. Palavras que mesmo impressas continuam ecoando como gritos do mundo oral de onde provêm e para onde voltam. O objetivo é formar opiniões. E para isso o grito de forma desassomburada é a forma mais eficaz para fazer valer as ideias. (BARBOSA, 2010, p. 59)

Os periódicos também passaram a ser locais de denúncias contra injustiças, crimes e em defesa da liberdade de imprensa (BARBOSA, 2010). E o mais interessante também é que essas denúncias se davam em muitos âmbitos, pois haviam jornais com várias vertentes políticas diferentes, seguindo o jogo político da época, como cita Sodré (1999, p. 122-123) abaixo,

A imprensa definia-se quanto à orientação, nos três campos, o dos conservadores de direita, embalados no sonho da restauração, o dos liberais de direita, que faziam papel de centro, e o dos liberais de esquerda, Evaristo da Veiga, figura central do liberalismo de direita, era violentamente combatido pelos jornais das outras duas facções.

Esse excerto nos mostra novamente como a figura do Evaristo chamava bastante atenção, fazendo com que muitos se preocupassem em combatê-lo em seus jornais (como é o caso do próprio Diário do Rio de Janeiro, quando este passa a se envolver mais com a política caramuru), o que, inclusive, resultou em atentados contra a sua vida, sendo alvejado a tiros, o que alguns até lamentaram abertamente de não ter lhe causado a morte (SODRÉ, 1999).

O Diário do Rio de Janeiro também sofreu com atentados por uma posição antipopular, assim como outros vários jornais da época (SODRÉ, 1999), não era algo incomum no período. Este, no entanto, quando surgiu não tinha a intenção de se envolver nesse tipo de movimentos, era um jornal especializado em publicar os preços das mercadorias (MOLINA, 2015).

O criador do Diário, Zeferino Meirelles, após ter sido alvejado com um tiro no rosto, passou a gestão do periódico ao francês Antonio Maria Jourdan, e morreu

posteriormente, depois a gestão ficaria com Nicolau Lobo Vianna por alguns anos (MOLINA, 2015).

Se no início o jornal não se posicionava politicamente, depois passou a ajudar a política caramuru, ponto de vista que, de fato, perdurou durante todo o período regencial.

Vamos compreender um pouco melhor as intenções de Evaristo e do Aurora Fluminense, já que ele não foi desde o princípio o redator do jornal, pelo menos não o único durante algum tempo. Conforme Sousa (2015), não se sabe exatamente o momento em que Evaristo assume a redação do jornal, pois, naquela época, não era obrigatório essa assinatura, fora que os jornais não possuíam muitos jornalistas envolvidos; geralmente era um ínfimo número de pessoas, diferente do que nos acostumamos a ver atualmente. No entanto, segundo o autor, se comparamos edições posteriores do jornal com as dos primeiros anos, perceberemos que a maneira de escrever e as ideias se parecem muito com as de Evaristo.

Foi mencionado há pouco o número pequeno de pessoas envolvidas na produção dos jornais no período, mas outro fator que também nos chama atenção é que esses jornais não tinham um endereço certo, que fosse conhecido por todos; o próprio Aurora Fluminense no seu início recebia as cartas na tipografia do Diário do Rio de Janeiro, e demonstra que também não conhecia o endereço dos outros jornais, como comenta Sousa (2015).

A intenção dos redatores do jornal no seu texto, de acordo com a análise de Sousa (2015, p. 48), “não desejavam seguir os exemplos dos jornais que já existiam: queriam ‘linguagem imparcial’, guiada pela ‘razão’ e pela ‘virtude’; queriam o que não sabiam definir com clareza – moderação.” Essa questão da moderação também ia de encontro à aspiração política do jornal, sendo um jornal liberal moderado. No Brasil oitocentista “o jornal era a expressão de uma personalidade, refletindo-lhe as ideias, os sentimentos, o feitiço moral; recebia a marca do seu redator, como um livro, como uma obra individual a recebe do seu autor exclusivo” (SOUSA, 2015, p. 48), costume aos quais o Aurora queria se distanciar nitidamente, trazendo uma linguagem imparcial; porém, de certo modo, imprimiam bastante das ideias moderadas, não poupando os que possuíam ideias absolutistas, trazendo como cita também o autor acima mencionado, uma linguagem as vezes nenhum pouco suave com os que tinham ideias políticas diferentes.

Sousa (2015, p. 51) também destaca que este jornal “era órgão político por excelência – tribuna doutrinária. Mas lá uma ou outra vez dava uma notícia que fazia exceção ao tom habitual [...]” se referindo a comparações com outros jornais do período que se deixavam levar pela opinião dos outros. Também menciona que “a posição da *Aurora* era sempre de grande firmeza, e se não lhe faltava vivacidade na crítica às pessoas, sobretudo nas respostas, o tom geral dos artigos e dos comentários não desmentia a moderação prometida no prospecto do jornal” (SOUSA, 2015, p. 54). Para ele, o *Aurora* também era um exemplo de jornal de oposição governamental, embora pela posição moderada de Evaristo, as vezes não contribuísse com essa oposição.

Já o *Diário do Rio de Janeiro* segundo Molina (2015) foi até 1840 o maior jornal de anúncios da cidade do Rio de Janeiro, angariando um grande número de assinantes, maior até que do *Jornal do Comércio*, mas que, posteriormente a saída de Quintino Bocayuva, Saldanha Marinho e Machado de Assis, muda algumas vezes de dono e de posição política, entrando, pouco a pouco, em decadência, até fechar em 1878, conforme também explica o autor.

3 CAPÍTULO III: A UTILIZAÇÃO DE FONTES NO ENSINO, O RELATO DE EXPERIÊNCIA E O CATÁLOGO DE FONTES SOBRE AS REVOLTAS

Antes de começarmos a falar sobre a experiência de utilizar as fontes em sala de aula, faz-se importante refletirmos sobre como utilizar esse tipo de recurso, com base em uma revisão bibliográfica sobre o tema.

3.1 A utilização de fontes no ensino de História

Há várias publicações que buscam falar da importância da utilização das fontes em sala de aula e que dão dicas de como o professor pode utilizá-las. É justamente sobre esse patamar que vamos nos debruçar nesse primeiro momento. À primeira vista, pesquisas que tenham como foco a utilização dos jornais em sala de aula são mais difíceis de se localizar, e pensando especificamente no período regencial se tornam ainda mais escassas. Todavia, em se tratando do mencionado período, segundo Verona (2018, p. 3) “os jornais eram, sobretudo, o principal veículo de expressão e debate das temáticas que assumiam centralidade nos discursos da sociedade imperial”, o que os torna um tipo de fonte essencial para conhecermos melhor essa fase da história, do século XIX, no Brasil.

Assim como houve um avanço a partir de novas concepções do que é a História, aos poucos foram se modificando também as metodologias dentro da sala de aula, e o papel do professor e do aluno no processo de ensino-aprendizagem. O papel do aluno era anteriormente limitado a “[...] condição de receptáculos de informações, conteúdos, currículos, livros e materiais didáticos” (SCHMIDT, 2008, p. 56) e isso vem mudando hoje, e ele passa a ser compreendido como sujeito no processo de aprendizagem. Sob essa perspectiva, a sala de aula vai ganhando espaço como um local onde se constrói saberes, e não somente se reproduz ou transmite, como era anteriormente.

O próprio material didático que chega nas escolas também foi se modificando com o passar dos anos, e novas concepções foram “abrindo espaço para a incorporação de materiais didáticos críticos e reflexivos, trazidos pelo movimento da Escola Nova” (ORÇO; GANDOLFI; TUZZI, 2014, p. 93). Com isso a metodologia de ensino foi se modificando também, para incentivar o aluno a se tornar mais crítico e reflexivo, através desse trabalho em parceria com o livro didático.

Desta forma, é importante que as atividades sejam planejadas de acordo com o grupo de alunos e que envolvam uma trama coletiva do docente e dos discentes. Nesse processo o projeto deve ser modificado sempre que necessário e o professor precisa atuar como um mediador, instigador, que auxilia na construção do conhecimento. O educador deve, sempre que possível, aventurar-se pelo universo das atividades e questões que extrapolem os limites dos livros didáticos. (LIMA, 2014, p. 155)

Como defende a autora, o professor pode e deve - sempre que necessário - modificar as atividades de acordo com os discentes, já que mesmo dentro de uma mesma série escolar, as turmas possuem particularidades que precisam ser analisadas e levadas em consideração no planejamento das aulas.

É preciso ao iniciar a apresentação do documento histórico que o professor busque desconstruir a ideia que, muitas vezes, é veiculada pela própria mídia, qual seja: a de que os jornais são imparciais nas notícias, quando, em última análise, ao contrário do que se veicula comumente, sempre há um interesse por trás da produção de um documento, que não é um material neutro, que não toma partido, sendo assim importante que os alunos consigam compreender e perceber isso também. Tanto há uma intenção em quem cria um documento, faz uma fotografia ou uma pintura em registrar algo do seu interesse, quanto ao longo do tempo essa fonte foi preservada com a intenção de registrar esse passado, enquanto tantas outras acabam destruídas pela ação do tempo ou pela ação humana, “desde o início, eles são monumentos construídos, nunca rastros deixados ao acaso de modo acidental” (PEREIRA; SEFFNER, 2008, p. 116).

Algo que comumente os estudantes têm dificuldade de compreender é a noção de tempo histórico, quando falamos nessa noção estamos “nos referindo justamente à delimitação dos fatos históricos situados ao longo da história das sociedades, ou seja, ao tempo de duração de uma determinada atividade produzida pelos sujeitos históricos, numa dada sociedade”, como aborda Rolim (2002, p. 66).

Ainda conforme o autor,

a partir dessas mudanças que se processaram com o advento da Escola dos Annales na década de 1930, passamos a considerar fato histórico tudo que é pensado ou produzido pelo homem, seja do ponto de vista material ou mental e independente da sua importância. (ROLIM, 2002, p. 69)

E o trabalho com fontes, como por exemplo os jornais, pode auxiliar nesse processo da compreensão pelo estudante do que seria o tempo histórico e também fatos históricos.

Rolim (2002) ainda menciona que com essa utilização de novas linguagens é preciso sermos cuidadosos, já que temos atualmente uma desvalorização do conhecimento científico, em que vemos, à luz do advento da internet, surgir muita informação de fácil acesso, mas, perigosamente, sem um rigor na sua construção. É preciso então que façamos essa diferenciação para os estudantes do que é uma fonte histórica, quem a produziu e por que devemos ter um olhar cuidadoso para com ela.

Neste caso, o jornal impresso, além de ser **um** material prático e adequado, é uma fonte que traz uma gama variada de registros sob os mais diferentes âmbitos da sociedade, tanto nas reportagens como nas notícias, portanto, se enquadra numa concepção de história que contempla inúmeros temas, diferentes abordagens e múltiplos objetos. O uso do jornal em sala de aula pode também desenvolver uma atividade de valorização da leitura e da escrita, bem como de aprofundamento do domínio da língua, que ultimamente vem sendo substituída por meios audiovisuais que garantem acesso a informação, mas coloca em segundo plano a prática da leitura. (ROLIM, 2002, p. 73, grifo no original)

Através da leitura do excerto percebemos as possibilidades que o trabalho com jornais em sala de aula traz para as aulas de História, pois além da grande variedade de informações que eles trazem em suas páginas, ainda temos a prática da leitura estimulada pelo contato com a fonte, o que também favorece o desenvolvimento da interpretação por parte dos educandos.

De acordo com Verona (2018, p. 1) “é interessante considerar que as fontes constituem um instrumento pedagógico insubstituível, pois possibilitam o contato mais concreto com um passado que, geralmente, nos parece abstrato”. O que é algo perceptível também nas dificuldades que muitos estudantes possuem de mensurar esse passado, compreendendo-o como algo concreto. Para a historiadora e educadora antes citada,

Esse instrumento é também uma fonte de informação diferenciada que pode reforçar ou não a ação de determinados sujeitos históricos, fomentando debates e assumindo a função de trazer em alguns casos o tema, em caráter inicial, na forma de uma situação-problema. (VERONA, 2018, p. 2)

A autora nos propõe nessa passagem, também, que o jornal seja problematizado, de forma que o mesmo pode ser inserido em oposição ou conformidade a alguma ação ou discussão, como, por exemplo, confrontar a notícia do jornal com algum fato histórico explanado no livro didático, para percebermos as diferenças ou semelhanças no discurso e nos acontecimentos que a notícia do jornal traz.

Caso seja possível, o professor levar para a sala de aula outros tipos de fontes diferentes que tratem do mesmo tema, com efeito, se tornaria bem interessante para os estudantes perceberem os contrastes e semelhanças entre as fontes, assim como no trabalho do historiador. Segundo Ferreira (2011, p. 533) isso “pluraliza o contato entre outras áreas do conhecimento e ajuda a desmistificar a ideia de que há apenas uma explicação ‘verdadeira’ para tudo”. Farias Júnior também emite uma sugestiva reflexão a respeito desse assunto:

A análise comparativa de fontes históricas situadas no interior do mesmo arco cronológico permite ao aluno contrastar seu posicionamento e acrescentar ou redirecionar seu ponto de vista sobre a questão-problema estudada. Não se trata de tentar identificar a interpretação mais correta sobre determinado tema, mas compreender inicialmente que o conhecimento histórico é, por natureza, subjetivo e não prescinde da construção de um juízo crítico sobre as diferentes versões apresentadas pelas fontes históricas. (2012, p. 11)

É necessário deixar nítido para os discentes, “as condições sociais de produção da fonte, ou seja, tomar como questão não apenas o passado, mas o que, e como, a fonte se refere a este passado” (OLIVEIRA, 2017, p. 101). É importante, igualmente, no caso do trabalho com jornais em sala de aula, alertar os estudantes para os seus diferentes usos de seus espaços, como, por exemplo, qual tipo de matéria geralmente compõe a capa, ou os espaços mais privilegiados do jornal, assim como o inverso, que tipo de matérias fica destinado a pequenas colunas, por exemplo.

É fundamental se levar em conta que a organização interna do conteúdo do periódico é reveladora, assim como o poder de distribuição interna da organização que o publica, e as prioridades editoriais assumidas (ou não) pelos gestores. Existem espaços mais nobres, mais prestigiados e de maior destaque no interior da publicação, ao lado de outros com características inversas. (OLIVEIRA, 2017, p. 102)

Importante também se possível que o professor leve para a sala de aula informações sobre a fonte de receita do jornal (OLIVEIRA, 2017), pois isso assim como seu público-alvo nos diz muito das intenções que o jornal tem ao produzir as matérias, já que ele tentará não desagradar seus patrocinadores nem os seus leitores. Decerto, isso ajuda os discentes a perceber os discursos presentes nas matérias jornalísticas de uma forma mais crítica e mais ampla. Esse contato com o passado através das fontes, no caso concreto, o jornal, possibilita uma maior capacidade de interpretação, análise e crítica nos discentes, habilidades necessárias não só para um bom desempenho escolar, mas necessárias para a formação deles como sujeitos conscientes de suas ações.

Partindo dessa ideia podemos pensar no trabalho com os jornais em que serão coletadas informações sobre o passado, na tentativa de compreendê-lo melhor, mas um passado que realmente não conheceremos tal qual aconteceu. E é significativo que se tenha isso em mente ao se propor essa metodologia em sala de aula e em todos os momentos ao ensinar a história, para que os estudantes, dessa forma, também possam compreender a relação da História com o passado.

Para pensar na relevância do emprego de fontes em sala de aula e de como as trabalhar, temos as autoras Schmidt e Cainelli (2004). Para as autoras o uso do documento em sala de aula traria uma dinâmica para a aula de História, além de buscar proporcionar a professores e alunos uma forma de problematizar a História, desenvolvendo hipóteses e tentando encontrar respostas para elas. Assim,

A concepção renovadora de documento e de seu uso em sala de aula parte do pressuposto de que o trabalho com documentos históricos pode ser ponto de partida para a prática de ensino da História. Nessa perspectiva, os documentos não serão tratados como fim em si mesmos, mas deverão responder às indagações e às problematizações de alunos e professores, com o objetivo de estabelecer um diálogo com o passado e o presente, tendo como referência o conteúdo histórico a ser ensinado. (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p. 95)

Segundo Schmidt e Cainelli (2004) a concepção que o professor possui de documento e os objetivos que se pretende atingir com o uso de tal ou qual fonte, influenciarão na forma como ele utiliza esse ou aquele documento em sala de aula. Dependendo dos objetivos, o uso desse ou daquele tipo de fonte em sala pode servir como ilustração ao conteúdo, ajudar na construção de um conhecimento histórico, elaborar hipóteses sobre um tema, ou mesmo buscar respostas para hipóteses já anteriormente elaboradas. “Mas não basta o professor ampliar o uso de documentos também deve rever seu tratamento, buscando superar a compreensão de que ele serve apenas como ilustração da narrativa histórica e de sua exposição, de seu discurso” (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p. 95). Como citado, o professor pode tentar utilizar mais vezes o documento como fonte em sala de aula, mas isso como uma ação isolada não mudará o ensino e a concepção que os estudantes têm sobre a História, se o próprio professor não tentar rever a forma como ele mesmo compreende o documento e faz uso dele.

Knauss (2001) faz também um debate a esse respeito, no qual ele aponta para a necessidade de se utilizar o documento como problema na sala de aula, buscando

aproximar o ensino e a pesquisa no processo de ensino-aprendizagem. Conforme Knauss (2001, p. 29-30),

Trata-se, de fato, de confundir processo de aprendizagem com processo de construção do conhecimento. E processo de construção de conhecimento requer pesquisa – neste caso científica –, rompendo com as obviedades comuns instaurando níveis de aprofundamento racional da consciência. Disso resulta um sujeito do conhecimento que só pode ser investigador, ou pesquisador. Sinteticamente o processo de aprendizagem confunde-se com a iniciação a investigação, deslocando a problemática da integração ensino-pesquisa para todos os níveis de conhecimento, mesmo o mais elementar.

É então necessário que exista essa integração entre ensino e pesquisa independentemente do nível de conhecimento para tornar o aprender mais efetivo. Knauss (2001, p. 30) vai mais além: “a pesquisa é assim entendida como o caminho privilegiado para a construção de autênticos sujeitos do conhecimento que se propõe a construir sua leitura de mundo”. Dessa maneira, compreende-se mais ainda essa ideia de que o professor deve tentar trazer a pesquisa para a sala de aula, na intenção de tornar essa aprendizagem mais significativa para os estudantes, e de colocar o aluno como centro nessa aprendizagem, de modo que ele participe ativamente na construção do conhecimento.

Sobre o uso de jornais em sala de aula, Selva Guimarães Fonseca (2003, p. 215) defende que “o professor de história, ao incorporar em sua prática pedagógica a releitura da imprensa periódica, articula saberes e possibilita a formação *da e para a* cidadania”, pois ao propor a análise desse tipo de fonte, contribui para a formação de um posicionamento crítico dos alunos. É comum se olhar para esse tipo de fonte como detentora da verdade, sem levar em consideração o interesse com o qual toda fonte é criada e que, muitas vezes, não é questionado o motivo de sua criação e para quem foi criada.

Pretende-se sempre atribuir foros de verdade às informações, porém, com sua linguagem própria, a imprensa explica o real de forma limitada e fragmentada. A informação, como toda mercadoria, surge coisificada, caso em que nem o produtor (emissor) nem o receptor (consumidor) se reconhecem na mensagem veiculada. (FONSECA, S., 2003, p. 214)

É preciso quando se analisa esse tipo de fonte, que se tenha em mente que a informação passa por um filtro de interesse de quem a produz e para quem é produzida, e isso o professor pode trabalhar em sala ao analisar a fonte.

A utilização de documentos numa perspectiva metodológica dialógica propicia o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem que tem

como pressupostos a pesquisa, o debate, a formação do espírito crítico e inventivo. Isso implica dizer que professores e alunos podem estabelecer uma outra relação com as fontes de saber histórico. (FONSECA, S., 2003, p. 217)

Em virtude desses aspectos percebe-se que a utilização da fonte como problema e não somente como ilustração, vem sendo proposta como uma opção de chamar a atenção do aluno para que este tenha mais interesse pela disciplina, passando a se sentir parte ativa no processo de ensino-aprendizagem. Assim como pode-se compreender que a releitura de fontes contribui para a formação do estudante, ao estimular a postura crítica e reflexiva. Nesse sentido,

Para a análise do conteúdo tem sido importante a reflexão sobre a autoria dos acontecimentos, dando-se destaque ao papel do jornalista como agente significativo na criação de fatos históricos. O jornal, como veículo de comunicação fundamental na sociedade moderna, exige igualmente tratamento bastante cuidadoso quanto à análise externa, devendo ser considerado como objeto cultural, mas também como mercadoria, como um produto de uma empresa capitalista. (BITTENCOURT, 2008, p. 336)

É importante salientar essa questão do jornal como uma fonte em que o conteúdo pode ser muitas vezes manipulado, de forma a garantir o interesse do patrocinador. E se torna essencial fazer com que o estudante perceba que a fonte é construída não de modo desinteressado, mas, em última análise, ligado a algum interesse.

De acordo com Bittencourt (2008, p. 337) “o importante no uso de textos jornalísticos é considerar a notícia como um discurso que jamais é neutro ou imparcial”. Posto isso, é preciso compreendê-lo como sendo um discurso sempre interessado, e ao analisarmos ou levarmos uma notícia para a sala de aula é relevante fazer com que os estudantes entendam que nunca será um enunciado neutro, para, dessa forma, tentarmos compreender até onde vai a sua mensagem e o interesse do jornal em proferi-la.

Verona também aponta cuidados que devemos ter no momento de levar os textos para a sala de aula, tendo uma preocupação com o texto estar legível o suficiente para que os estudantes possam o ler sem maiores dificuldades, podendo se utilizar de alguns artifícios, entendendo que

É interessante, no caso dos documentos digitalizados destinados ao uso em sala de aula, que eles sejam apresentados à leitura dos alunos por meio de slides em *data show*. Caso sejam disponibilizadas fotocópias, uma sugestão é que cada grupo de alunos possa ter uma ou mais cópias à sua disposição para análise. (VERONA, 2018, p. 4)

E que por se tratar de jornais do século XIX, também “é interessante que antes de abordar uma fonte histórica dessa natureza o professor reflita e trabalhe com os alunos noções e particularidades do tempo histórico que se pretende estudar” (VERONA, 2018, p. 4), além de analisar com eles o valor pelo qual o jornal era vendido, a quantidade de páginas e a sua composição geral, como elucida também a autora. Esses cuidados visam facilitar o trabalho de compreensão e interpretação textual e histórica por parte dos educandos.

Como base para analisar os artigos dos jornais temos alguns procedimentos indicados também por Tânia Regina de Luca (2008, p. 142):

- Encontrar as fontes e constituir uma longa e representativa série.
- Localizar a(s) publicação(ções) na história da imprensa.
- Atentar para as características de ordem material (periodicidade, impressão; papel, uso/ausência de iconografia e de publicidade).
- Assenhorar-se da forma de organização interna do conteúdo.
- Caracterizar o material iconográfico presente, atentando para as opções estéticas e funções cumpridas por ele na publicação.
- Caracterizar o grupo responsável pela publicação.
- Identificar os principais colaboradores.
- Identificar o público a que se destinava.
- Identificar as fontes de receita.
- Analisar todo o material de acordo com a problemática escolhida.

Todos esses itens, e, notadamente, a atividade de destrinchá-los, bem como de reconstruí-los, no plano histórico, demonstra não somente o lugar dessa fonte no *métier* do historiador, mas os cuidados que esse deve ter quanto ao seu uso, identificando os seus variados aspectos, os seus matizes, e trazendo-os, não apenas para o terreno do estudo mais prudente e minucioso, mas, em particular, da análise crítica, e, portanto, a mais rigorosamente escrupulosa. Esse espírito deve nortear o trabalho com o impresso jornalístico em sala de aula, o que implica asseverar que, nas atividades junto aos alunos, o esmero crítico deve prevalecer.

Avançando nessa discussão, as autoras Schmidt e Cainelli (2004), no livro *Ensinar história*, fazem uma descrição de como utilizar o documento em sala de aula, que, para elas, é um movimento que pode ser feito em três etapas. A primeira delas é

a etapa de identificação do documento que seria “um primeiro olhar crítico sobre o documento”. É importante nessa etapa que o professor ajude os alunos a identificar com qual tipo de fonte eles estão lidando, se é uma fonte primária ou secundária e qual sua tipologia, seja ela uma fonte material, escrita, oral ou visual.

O próximo passo seria tirar algumas dúvidas acerca de palavras que possam não ter sido bem compreendidas, seja pela ortografia diferente da época atual ou por um significado desconhecido. Depois, é preciso esclarecer a natureza do documento, se ele é oficial, um texto de um historiador, da imprensa, religioso, etc. “É importante destacar ao aluno que, conforme a natureza do documento, será obtido um tipo de informação e estabelecida uma forma de usá-lo” (SCHMIDT; CAINELLI, 2004), e assim podemos olhar para o documento fazendo questionamentos como: “Quem fez o documento?”; “Qual a intenção do autor?”, entre outros.

A segunda fase do trabalho com o documento, em conformidade com aquilo que é proposto pelas autoras, seria a explicação do documento. Assim, “explicar o documento significa fazer o aluno confrontar seus conhecimentos ou os dados que obteve em uma pesquisa com os elementos constitutivos do documento” (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p. 100). E isso passaria pelo processo de contextualizar o documento e fazer uma crítica a ele.

A última etapa do trabalho é o comentário do documento. Esta deve ser realizada em três partes: introdução, desenvolvimento e conclusão (SCHMIDT; CAINELLI, 2004). A introdução traz a análise dos dados obtidos na fase de identificação do documento. O desenvolvimento é o momento de explicitar a crítica ao documento voltando sempre que necessário a ele, ajudando os alunos a embasar seus argumentos de acordo com as evidências que foram encontradas no documento. Já a conclusão é o momento de os alunos refletirem sobre o que acharam do documento e o que ele contribuiu para responder às questões iniciais.

Portanto, existem várias possibilidades de se utilizar o jornal como fonte, desde analisar o conteúdo, o modo como apresenta as notícias e os outros elementos que aparecem compondo o jornal, como fotografias e propagandas, entre outras possibilidades (BITTENCOURT, 2008). Podendo assim o professor de História criar amplas discussões com os estudantes a esse respeito, utilizando o jornal como uma fonte dentro da sala de aula, de maneira que sua utilização vá além de ilustrar simplesmente um conteúdo.

Por conseguinte, torna-se importante que o aluno perceba através desse uso das fontes que a História é um processo e está sempre em construção, pois novas fontes sempre vão surgindo, modificando o que conhecemos sobre o passado e trazendo novos questionamentos sobre o seu significado, mas, igualmente, novas indagações e problemáticas vão ressignificando antigos objetos do mundo pretérito, descerrando novas possibilidades de rearranjos dos fatos históricos.

3.2 Relato da experiência do trabalho com os jornais no ensino de História

Iniciaremos agora um relato de como foram as experiências do trabalho com jornais no ensino de História, na tentativa de elucidar melhor o conteúdo sobre algumas das rebeliões do período regencial e também de desenvolver melhor o posicionamento crítico dos educandos, assim como a capacidade de interpretação de textos.

Muitos dos livros de História do ensino médio não abordam de forma satisfatória o conteúdo sobre as rebeliões do período, dedicando poucas páginas para abordar o período regencial em si, e menor ainda o espaço dedicado a esses acontecimentos que se espalharam pelo Brasil oitocentista em suas primeiras décadas. Alguns nem se quer discutem as revoltas mais conhecidas como as que foram tratadas anteriormente nesse trabalho, elucidando sobre apenas algumas delas.

Por isso decidimos levar para as turmas do segundo ano do ensino médio em que leciono, algumas páginas dos jornais Aurora Fluminense e Diário do Rio de Janeiro que noticiavam acontecimentos das revoltas. Esses momentos aconteceram durante o ano de 2019 quando estávamos trabalhando o período regencial, assunto que faz parte do plano anual da disciplina de História para essa série. No entanto, também houve outro momento em que os jornais foram utilizados para discutir as revoltas, através de uma disciplina eletiva, pois a escola em que ensino (escola da rede pública estadual do Ceará) funciona em tempo integral, tendo em sua grade curricular as disciplinas obrigatórias e disciplinas eletivas, estas as quais os estudantes podem escolher as que querem cursar dentre as que são ofertadas de forma semestral, ou seja, os estudantes analisam a proposta das eletivas disponíveis para o semestre e se inscrevem nas que se identificarem, cursando estas durante um semestre inteiro. Como a escolha se dá por parte dos estudantes, as eletivas costumam comportar estudantes de séries e turmas diferentes. Desse modo, na

eletiva também trabalhamos os jornais com estudantes não apenas do segundo ano, mas também do primeiro ano do ensino médio (não havia estudantes do terceiro ano na eletiva, pois a escola ainda estava em processo de transição para ter todas as turmas em tempo integral, sendo os terceiros anos ainda de tempo parcial).

Outra observação importante a ser feita é sobre a proposta da eletiva. A escola recebeu um catálogo com várias possibilidades de eletivas trabalhadas nas Escolas de Ensino Médio de Tempo Integral – EEMTI do Estado do Ceará, mas os professores também tinham a possibilidade de acrescentar outras propostas de eletivas que não existissem no catálogo e ministra-las, bastando criar a ementa da disciplina contendo a definição da mesma, os objetivos de aprendizagem, conteúdos sugeridos, áreas de conhecimento e observações. Dito isso, pensamos na criação de uma eletiva que trabalhasse com fontes históricas em formato de oficina, abordando temas da História do Brasil através do uso de diversas fontes, por exemplo, cartas, imagens, mapas, jornais, músicas entre outros. Surgiu então a eletiva “Oficina com fontes históricas”, com carga horária de 40h que foi trabalhada durante os dois semestres do ano letivo de 2019, sendo em cada semestre uma turma diferente de alunos. Durante a eletiva foram trabalhados também os jornais em questão, com matérias que noticiavam as revoltas.

3.2.1 Preparação para a utilização dos jornais

No intuito de utilizar os jornais Aurora Fluminense e Diário do Rio de Janeiro, foram separadas notícias para serem levadas para a sala de aula, que tratavam sobre a Cabanagem, Revolução Farroupilha, Sabinada e Balaiada. Para termos acesso aos periódicos utilizamos o site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional⁶ que tem estes e vários outros jornais digitalizados, além de revistas, anuários, boletins, entre outros e de publicações seriadas⁷.

O site tem um mecanismo de busca bem simples e fácil de ser utilizado, em que o visitante pode escolher a forma de pesquisa: por periódico, período ou local. As três opções têm a possibilidade de inserir palavras-chave sobre a pesquisa desejada, caso deseje obter respostas para a pesquisa somente onde exista a palavra-chave ou frase

6 Visite o site da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

7 Ao acessar o link da Hemeroteca, o visitante também encontra um pequeno texto explicando a variedade de documentos que existem digitalizados no site.

exata, a mesma deve ser colocada entre aspas, como sugere o próprio site. Através dessa estrutura é feita uma busca nas páginas dos periódicos pelo tema pesquisado, abrindo uma nova aba no navegador com o periódico digitalizado e a quantidade de ocorrências encontradas para a pesquisa. Sendo possível navegar entre as ocorrências, ou entre as páginas e edições do documento aberto, escolher o ano e a edição que deseja analisar através de um painel. Nessa nova aba também há a alternativa de pesquisar as palavras-chave ou frases no documento.

Depois de selecionadas as edições que seriam usadas em sala, foram salvas as imagens das páginas dos periódicos, o próprio site traz essa opção de salvar, de modo que facilita para o professor que quiser levar as fontes para enriquecer suas aulas. É importante salientar, no entanto, que alguns títulos não podem ser reproduzidos sem consentimento, apenas consultados no site, por estarem protegidos por direitos autorais entre outros, mas que é possível solicitar sua reprodução pelo endereço eletrônico e/ou telefone que aparece na página. Porém, este não é o caso dos jornais escolhidos.

Decidimos imprimir as páginas dos periódicos a serem trabalhadas, para facilitar a leitura dos textos, os quais muitas vezes têm uma fonte pequena e às vezes faltam alguns trechos devido à deterioração das páginas, ou mesmo são ilegíveis por alguma mancha na impressão. Buscamos escolher partes que fosse o mais legíveis possível para minimizar esses problemas.

Por não ser necessário a edição inteira do jornal para as tarefas desejadas, quando a parte a ser impressa não era a primeira página, trouxemos as referências sobre o documento na folha, por exemplo, nome do jornal, data e edição.

3.2.2 As dificuldades para a utilização das fontes

Uma das grandes dificuldades que os professores costumam ter para levar documentos, imagens ou algum conteúdo extra para a sala de aula são as cópias, pois nem sempre a escola tem disponibilidade de folhas ou tinta para fazer esse material, o que é uma realidade da educação pública brasileira, a falta de estrutura e materiais nas escolas. Muitas vezes o número de cópias possíveis por professor é limitado no bimestre, o que dificulta a criação de materiais extras, fazendo com que o mesmo tenha que fazer as cópias por conta própria caso queira usá-las, ou acabe desistindo da ideia e usando somente o livro didático.

Outra possibilidade para usar as fontes é através de um projetor, o qual facilitaria a visualização por todos os estudantes. Contudo, dependendo do trabalho que o professor queira fazer, como atividades com grupos menores, essa opção já não seria a mais viável, caso ele tivesse a intenção de utilizar textos diferentes para cada grupo, por exemplo. Sabemos também, todavia, da dificuldade em usar esse equipamento, que além dele exige outros para o seu funcionamento, como notebooks e extensões, além de que geralmente as escolas não possuem muitos desses equipamentos, o que pode impedir o agendamento desses recursos para as aulas, tornando a execução inviável.

No caso das aulas para as turmas de segundos anos do ensino médio e para as turmas da eletiva, utilizamos tanto cópias feitas na própria escola, como cópias tiradas por conta própria, principalmente para a eletiva, que por não ter um material didático próprio, necessitava de muitas ferramentas para sua efetivação.

Outro impasse enfrentado para se utilizar fontes de uma maneira geral, é a falta de tempo disponível para o planejamento das aulas, que devido à grande carga horária dos professores pode acabar dificultando de ser utilizada. É complicado para um professor que possui carga horária muitas vezes de 200h ou 300h mensais e tem muitas turmas de séries diferentes e com necessidades diferentes, poder retirar ainda mais tempo para escolher as fontes, pesquisar nos textos dos jornais, por exemplo, em quais edições é citado sobre as revoltas e selecionar o que levar para as aulas. Pensando nisso, será disponibilizado um catálogo indicando em quais edições é possível encontrar noticiado alguns acontecimentos das revoltas, na tentativa de facilitar para os professores que desejarem utilizar esses jornais no ensino de História.

O pouco tempo em sala para desenvolver as tarefas também não colabora para o professor conseguir utilizar metodologias diferentes, pois cinquenta minutos não é suficiente para desenvolver, por exemplo, as metodologias citadas por Schmidt e Cainelli (2004), tendo o professor que recorrer a mais de uma aula para conseguir explicar o contexto em que está inserido os periódicos, deixar que os alunos explorem as fontes e debatam sobre as descobertas, entre outras possibilidades de atividades que deseje produzir com as turmas.

No caso da nossa experiência para usar os jornais durante as aulas de História, as dificuldades enfrentadas foram com o pouco tempo das aulas, de modo que precisamos utilizar dois momentos para desenvolver as atividades com os alunos. E

com as turmas das eletivas não diferiu, no entanto, a mesma possuía duas aulas seguidas com as classes, facilitando mais o aproveitamento do tempo para realizar as tarefas propostas, além disso, pudemos trabalhar com mais calma os conteúdos das revoltas, trabalhando-as ao longo das semanas.

A superlotação das turmas nas escolas públicas também é outro fator que acaba dificultando o uso de outras metodologias. Para o uso dos jornais, por precisar de cópias, uma maior quantidade de alunos por turma também vai dificultar para o professor conseguir todo o material, já que o ideal, mesmo que seja em grupo é que cada equipe tenha várias cópias, para tornar a leitura mais fácil. Outro motivo pelo qual é mais fácil lidar com um número menor de alunos, são as dificuldades que os alunos têm para compreender ou ler palavras que possuam uma grafia diferente da que usamos atualmente. Desse modo, o professor precisa estar mediando a leitura em grupo, para sanar possíveis dúvidas, e se a quantidade de grupos for elevada dificulta a realização desse acompanhamento.

3.2.3 Experiência da utilização dos jornais nas aulas de História

Os jornais foram levados para a sala de aula, quando estávamos estudando sobre o período regencial, então nas primeiras aulas antes do uso das fontes, tivemos discussões sobre a abdicação do trono e as regências. Desse modo, os estudantes possuíam, ao iniciarmos o trabalho com as fontes, uma noção do contexto histórico em que as revoltas estavam inseridas, assim como um pouco da história e da importância do Aurora Fluminense e do Diário do Rio de Janeiro, sua periodicidade, onde aconteciam suas impressões e a quais as aspirações políticas desses jornais. Também foi explanada as principais características e líderes de cada revolta antes de começarmos a empregar os jornais, na expectativa de que isso facilitasse os estudantes a encontrarem nas matérias jornalísticas elementos que compreendessem cada uma das rebeliões.

As cópias dos jornais receberam uma identificação com o título, data e edição, e os estudantes puderam formar grupos a sua escolha para lerem e identificarem alguns questionamentos que eles receberam sobre as revoltas. Após lerem os jornais as equipes tiveram que responder algumas questões sobre as fontes e as revoltas. Abaixo elucidaremos quais foram os questionamentos entregues aos alunos.

Inicialmente pedimos que identificassem com qual fonte estávamos trabalhando, qual o nome e sua data da publicação, indagamos também se o texto era contemporâneo ou não ao fato reportado, pedimos para identificar sobre qual revolta era a notícia, quais os personagens principais do texto, quais elementos sobre a rebelião eles percebiam na matéria, e também se notavam alguma diferença no modo de tratar a revolta entre os jornais que receberam. Essa primeira parte do trabalho foi feita em grupos pequenos, e cada grupo recebeu uma notícia de cada um dos jornais sobre uma das revoltas.

Em outra aula, os estudantes puderam compartilhar os dados coletados e as percepções que tiveram sobre a revolta que cada grupo leu nos jornais, com o restante da turma, de modo que cada grupo pôde contar suas experiências e ouvir as experiências dos outros grupos.

Posteriormente em uma terceira aula, voltamos para o conteúdo das revoltas revendo de forma um pouco mais detalhada os acontecimentos que foram e os que não foram abordados pelas notícias.

Percebemos um impasse dos estudantes em relação à leitura do texto, por ter uma linguagem e escrita que difere um pouco da atual, já que os documentos são do século XIX. Para auxiliá-los, foram disponibilizados dicionários para que eles pudessem pesquisar as palavras que não entendiam os significados, o que ajudou bastante a conseguirem dar continuidade a leitura e interpretação. Gradualmente essa dificuldade com a leitura foi melhorando, de acordo com o contato que tiveram com as fontes.

Outra dificuldade que os alunos possuíam era de interpretação de texto, sendo notável que mesmo lendo os textos ainda não entendiam muitas vezes do que tratava o conteúdo.

No entanto, quando questionados ao final das aulas se gostaram de trabalhar com os jornais do século XIX eles afirmaram que sim, o que se percebeu no desenrolar delas, já que se notava um empenho deles, na leitura e em identificar os elementos que foram pedidos.

3.2.4 Experiência da utilização dos jornais nas aulas da disciplina eletiva

Na eletiva “Oficina com fontes históricas” utilizamos também os dois jornais durante o estudo das revoltas, no entanto, sua realização teve algumas diferenças, por exemplo, a quantidade de tempo para a elaboração das tarefas, já que eram duas aulas seguidas por semana. Assim pudemos trabalhar mais calmamente as revoltas. Outra diferença se dá pelo trabalho que já era desenvolvido utilizando fontes diversas durante os meses da eletiva, sendo assim os estudantes já tinham mais familiaridade em pesquisar manuseando documentos com uma linguagem mais antiga.

Outro fator que na eletiva se tornou díspar foi a quantidade de estudantes com a qual trabalhamos, pois, nas disciplinas eletivas há uma quantidade menor que nas salas de aula convencionais (o que seria em média 35 a 40 alunos, enquanto na eletiva em média 25 alunos), isso modificou o processo sendo possível desde uma organização da disposição das carteiras de forma que facilite mais o trabalho em grupo, assim como o acompanhamento dos exercícios propostos se tornou mais fácil.

Trabalhamos na eletiva seguindo os mesmos questionamentos que nas aulas de História, mas com a diferença de que pudemos trabalhar uma revolta por aula, com a turma envolvida na leitura de notícias variadas nos dois jornais e depois puderam socializar com a turma as descobertas. Esses exercícios também foram feitos em grupos pequenos de alunos.

Em uma das aplicações (já que tivemos a eletiva em dois semestres com alunos distintos) fizemos em um formato diferente, utilizando em um dos casos, uma matéria do jornal Aurora Fluminense como base, que tratava sobre a Balaiada, criamos questões de interpretação para serem respondidas a partir da fonte⁸.

Percebemos que os estudantes não tiveram muita dificuldade para responder às questões, mesmo a fonte possuindo uma linguagem que se difere da escrita atual. Talvez por também já termos trabalhado com jornais anteriormente.

⁸ Veja o exercício proposto nos apêndices.

3.3 Catálogo de fontes sobre a Cabanagem, Revolução Farroupilha, Sabinada e Balaiada: através dos jornais Aurora Fluminense e Diário do Rio de Janeiro.

3.3.1 Cabanagem

Aurora Fluminense

- O início da revolta:
28 de janeiro de 1835, ed. 1009, p. 01. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706795&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=4407>>.
- Assassinato do presidente da província:
30 de março de 1835, ed. 1033, p. 01. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706795&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=4522>>.
- Desentendimentos entre os rebeldes e Malcher:
01 de abril de 1835, ed. 1034, p. 3835. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706795&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=4532>>.
- Notícias sobre os rebeldes, liderados por Vinagre:
26 de agosto de 1835, ed. 1086, p. 04. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706795&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=4759>>.
- Ataques aos rebeldes:
27 de agosto de 1838, ed. 44, p. 03. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706795&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=5142>>.

Diário do Rio de Janeiro

- O início da revolta:
27 de janeiro de 1835, ed. 0100020, p. 01. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_01&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=16702>.
- Sobre o ataque dos rebeldes a Vila da Vigia:
04 de novembro de 1835, ed. 1100003, p. 01. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_01&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=17623>.
- Invasão às casas dos suspeitos:
07 de novembro de 1835, ed. 1100006, p. 01. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_01&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=17635>.
- Carta que conta sobre os saques as cidades:
12 de dezembro de 1835, ed. 1200010, p. 01. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_01&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=17751>.
- Ataques dos rebeldes:
30 de dezembro de 1835, ed. 1200023, p. 01. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22Antonio%20Vinagre%22&pagfis=17803>.

3.3.2 Revolução Farroupilha

Aurora Fluminense

- Breve comentário sobre uma vitória dos rebeldes:
21 de maio de 1838, ed. 09, p. 02. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&pagfis=4995>>.
- As conquistas dos rebeldes:
28 de maio de 1838, ed.12, p. 04. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&pagfis=5009>>.
- Sobre a situação da província:
06 de junho de 1838, ed. 15, p. 04. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706795&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=5021>>.
- Sobre os incidentes feitos pelos rebeldes:
20 de junho de 1838, ed. 20, p. 03. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&pagfis=5044>>.
- Soldados que desertaram e foram se juntar às tropas da revolução:
24 de setembro de 1838, ed. 55, p. 04. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&pagfis=5189>>.

Diário do Rio de Janeiro

- Sobre a situação em Porto Alegre durante a revolta:
28 de dezembro de 1836, ed. 1200022, p. 01. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_01&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=18984>.
- A aproximação com outros países e duração da revolta:

27 de abril de 1838, ed. 94, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pagfis=20494>.

- Sobre a Batalha do Barro Vermelho:

05 de junho de 1838, ed. 125, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pagfis=20610>.

06 de junho de 1838, ed. 126, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pagfis=20613>.

- Notícias sobre a revolta:

27 de abril de 1838, ed. 94, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_01&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=20494>.

- Breves notícias sobre os rebeldes:

02 de agosto de 1838, ed. 170, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pagfis=20786>.

04 de setembro de 1838, ed. 198, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pagfis=20898>.

3.3.3 Sabinada

Aurora Fluminense

- Sobre a decisão em manter a monarquia:
02 de maio de 1838, ed. 01, p. 02. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706795&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=4963>>.
- Trechos de um documento da câmara dos deputados onde estes comemoram a vitória do império sobre os rebeldes:
14 de maio de 1838, ed. 06, p. 03. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706795&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=4984>>.
- Trecho que fala sobre os crimes cometidos em várias províncias, incluindo a Bahia:
30 de maio de 1838, ed. 13, p. 04. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&pagfis=5013>>.

Diário do Rio de Janeiro

- A tomada de Salvador pelos rebeldes:
17 de novembro de 1837, ed. 1100014, p. 01. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pagfis=20044>.
- Sobre o início da revolta:
20 de novembro de 1837, ed. 1100016, p. 01. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pagfis=20052>.
- Sobre a organização de forças para invadir a Bahia e acabar com a revolta:
27 de novembro de 1837, ed. 1100022, p. 04. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pagfis=20079>.

- Trecho comemora que a revolta não está se espalhando por outras províncias:
18 de dezembro de 1837, ed. 1200014, p. 01. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pagfis=20146>.
- Associam o levante na Bahia com as tropas que foram enviadas ao Rio Grande do Sul:
21 de dezembro de 1837, ed. 1200017, p. 01. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pagfis=20158>.
- Crítica a revolta e seus líderes:
03 de janeiro de 1838, ed. 02, p. 01. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pagfis=20190>.
- Sobre o bloqueio aos rebeldes:
09 de janeiro de 1838, ed. 06, p. 01. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pagfis=20202>.
- Trecho do jornal Novo Diário da Bahia e crítica aos rebeldes:
15 de janeiro de 1838, ed. 11, p. 01. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pagfis=20222>.

3.3.4 Balaiada

Aurora Fluminense

- Trecho sobre um ataque a Raimundo Gomes:

07 de maio de 1839, ed. 138, p. 02. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&pagfis=5515>>.

- Casos de violência no Maranhão:

06 de junho de 1839, ed. 148, p. 02. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&pagfis=5557>>.

16 de julho de 1839, ed. 160, p. 03. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706795&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=5610>>.

- Decisões oficiais para aumentar as tropas que lutavam contra os rebeldes:

20 de junho de 1839, ed. 153, p. 04. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&pagfis=5579>>.

Diário do Rio de Janeiro

- Fuga de Raimundo Gomes de Chapadinha:

06 de março de 1839, ed. 54, p. 02. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pagfis=21486>.

- Sobre as prisões dos rebeldes:

06 de maio de 1839, ed. 102, p. 04. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_01&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=21678>.

- Preocupação em acalmar a população e também buscar o apoio popular contra a rebelião:

09 de agosto de 1839, ed. 176, p. 01. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_01&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=21973>.

- Retomada da cidade de Caxias, que estava dominada pelos rebeldes:
04 de novembro de 1839, ed. 248, p. 04. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pagfis=22262>.
- Notícias sobre o Balaio e Raimundo Gomes:
18 de novembro de 1839, ed. 260, p. 01. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pagfis=22307>.
- Sobre a nomeação de Luiz Alves de Lima e Silva para presidente e comandante das armas da província do Maranhão:
12 de dezembro de 1839, ed. 281, p. 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pagfis=22392>.
- Sobre a restauração de Brejo e Tutoya:
14 de dezembro de 1839, ed. 283, p. 01. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pagfis=22399>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da experiência de trabalhar com os jornais em sala de aula, pode-se perceber que houve por parte dos estudantes um maior interesse no conteúdo estudado, apesar das dificuldades que sentiram na leitura e compreensão dos textos dos jornais. Tornou-se também uma experiência diferente de aula para os estudantes, em que ocorreu maior protagonismo dos mesmos, comparado a uma aula com metodologia expositiva, pois eles mesmos ajudaram a criar o conteúdo, buscando-o direto nas fontes, ao invés de o receber pronto.

É então uma estratégia interessante a se usar nas aulas de História, e que auxilia também na compreensão do ofício do historiador pelos estudantes, sejam de ensino médio como ocorreu nessa experiência, ou mesmo de ensino fundamental, já que com as devidas adaptações é exequível realizar em outros níveis de ensino, assim como também é viável abordar conteúdos diferentes dos que foram aqui mencionados. É tanto possível trabalhar as várias outras revoltas que aconteceram durante o período regencial, como também utilizar os jornais como fontes para outros períodos da História, já que há uma facilidade de acesso através do site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Seguindo essa mesma linha dos múltiplos conteúdos que podem ser trabalhados, é factível também encontrar outros trechos e menções as revoltas, já que os jornais possuem um acervo muito grande de notícias e que algumas das revoltas duraram anos, como é o caso da Cabanagem e da Revolução Farroupilha, existindo assim muitas alternativas de citações ao longo dos anos nas matérias dos jornais, tanto dos que foram utilizados como também de outros. Afinal, é um tema que não teríamos como esgotar através do catálogo de fontes, que tem a intenção apenas de ajudar os professores que desejarem trabalhar com esses temas em sala de aula, a encontrarem alguns desses trechos, mas não de esgotar todas as possibilidades de alusão às revoltas.

O catálogo traz os links para entrar nas matérias na tentativa de facilitar o acesso para o professor, já que se torna mais simples chegar até a matéria e a página através deles. No entanto, também está presente no mesmo a data, edição e página em que se encontra o texto, tendo em vista que o acesso pelo link pode ser modificado com o passar do tempo, mas no site há a possibilidade de navegação em cada periódico,

por ano e edição, em um painel de acesso lateral. Do mesmo modo, encontra-se uma breve descrição do que trata a fonte, no intuito de tornar a busca mais simples.

Trabalhar com fontes nas aulas em instituições públicas pode ser um desafio dependendo da infraestrutura da escola, para que seja possível levar as mesmas para a sala de aula, ou mesmo na dificuldade de encontrar tempo para planejar essa atividade, o que exige bastante do professor que muitas das vezes já está sobrecarregado por sua carga horária de trabalho exaustiva. Por isso, surgiu a ideia de montar um catálogo que possa auxiliar o professor nesse momento. Mas a depender desses fatores, é possível o professor utilizar essa metodologia e levar uma dinâmica diferente para sua sala de aula.

Torna-se importante nos atentarmos e refletirmos também com os estudantes sobre os locais onde essas notícias apareciam nos jornais, muitas vezes eram notícias que vinham nas primeiras páginas, mas também em muitas outras apareciam em pequenos espaços no final das folhas. Isso pode render bons debates em sala sobre o porquê de as mesmas terem recebido esse espaço no jornal e o que isso significava naquele período. Obviamente que a primeira página que é também a capa do jornal, traz as notícias consideradas de maior relevância para seus leitores naquele momento, ou mesmo notas que trazem um viés defendido pelo jornal. Assim como as que aparecem em pequenos espaços, encontram-se ali por motivos contrários.

Outro debate interessante para se ter com os estudantes é a respeito da demora que os jornais tinham para publicar alguns acontecimentos, que somente após muitos dias do ocorrido é que eles conseguiam dar voz aos mesmos, problema esse ligado a dificuldade de circular notícias na regência, principalmente nas províncias em que aconteciam revoltas. Isso pode ser uma boa discussão em sala, já que a velocidade da informação é bastante acelerada na atualidade, diferindo do que ocorria naquele período.

Muitos jornais também possuíam em suas páginas, matérias vindas de outros periódicos da época e publicavam essas notícias na íntegra, mas sempre fazendo alusão ao seu local de publicação original, isso também é um ponto a ser chamado a atenção dos estudantes. Isso pela própria dificuldade de circularem as notícias no período, como já foi dito, e do jornal não conseguir cobrir tantos eventos, muitas vezes simultâneos pelo império, já que os meios de comunicação e transporte não tinham as mesmas facilidades de hoje. De modo que utilizamos dois jornais que eram da

capital, tornava-se muito importante para eles a divulgação desses eventos e rebeliões distantes, para manter seus leitores informados dos acontecimentos.

Os jornais locais das províncias trazem do mesmo modo muitas matérias sobre as revoltas que aconteceram em seu território, tornando-se um meio muito rico para pesquisar sobre elas, acompanhando os acontecimentos mais rapidamente do que os jornais da capital do império.

Uma reflexão significativa com os estudantes é também sobre a percepção de um momento histórico quando narrado nas linhas dos jornais, nas limitações das conexões que só serão compreendidas ao término do episódio, já que o autor do texto não tem como saber o quanto aquele fato irá reverberar e qual será a sua importância para o acontecimento na totalidade, ou mesmo, se não haverá um novo detalhe no futuro que mude o sentido daquele momento que ele está registrando. Essa é uma das principais tarefas dos historiadores, que mesmo analisando a totalidade dos eventos não pode construir o passado assim como aconteceu, e essa discussão pode auxiliar os jovens a compreender que as fontes, nesse caso os jornais, trazem uma perspectiva em que podemos apenas vislumbrar um fragmento do passado, mas não o recuperar.

Desse modo, são muitas as reflexões que podem ser feitas com os estudantes sobre os jornais, assim como as possibilidades para novas pesquisas sobre o tema das revoltas regenciais são variadas, partindo dos jornais trabalhados ou de tantos outros disponíveis no site da Hemeroteca Digital.

FONTES

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional:

Aurora Fluminense (1835 - 1839)

Diário do Rio de Janeiro (1835 - 1839)

REFERÊNCIAS

ABREU, M. Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros. In: BRAGANÇA, A.; ABREU, M. (Org). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 41-65.

ASSUNÇÃO, M. R. "Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar a Pátria e o Imperador". Liberalismo popular e o ideário da Balaiada no Maranhão. In: DANTAS, M. D. **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011. Cap. VIII, p. 295-327.

BARBOSA, M. **História cultural da imprensa: Brasil - 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BASILE, M. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (Org.). **O Brasil imperial, volume II: 1831-1870**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 2018. Cap. II, p. 53-119.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História Fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999.

CAIMI, F. E. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 129-150, dezembro 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/7963/4751>>. Acesso em: 01 abr. 2018.

CHARTIER, R. **A mão do autor e a mente do editor**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

COSTA, E. V. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

FARIAS JÚNIOR, J. P. Estratégias de leitura para fontes históricas. **Camine: Caminhos da Educação**, Franca, v. 04, p. 01-15, 2012. ISSN 2175-4217. Disponível em: <<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/viewFile/609/589>>. Acesso em: 01 abr. 2018.

FONSECA, S. G. **Didática e prática de ensino de História**. 8. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

FONSECA, T. N. L. **História & ensino de História**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GRINBERG, K. A Sabinada e a politização da cor na década de 1830. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (Org.). **O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Cap. VI.

GUAZZELLI, C. A. B. Libertos, gaúchos, peões livres e a Guerra dos Farrapos. In: DANTAS, M. D. (Org.). **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011. Cap. VI, p. 229-261.

JANOTTI, M. L. M. Balaiada: construção da memória histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 41-76, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a03v24n1>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

KNAUSS, P. Sobre a norma e o óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa. In: NIKITIUK, S. M. L. **Repensando o ensino de história**. 4. ed. São Paulo: Cortez, v. 52, 2001. p. 26-46.

KRAAY, H. "Tão assustadora quanto inesperada": Sabinada baiana, 1837-1838. In: DANTAS, M. D. (Org.). **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011. Cap. VII, p. 263-294.

LEITE, D. G. **Sabinos e diversos: emergências políticas e projetos de poder na revolta baiana de 1837**. Salvador: [s.n.], 2006. 149 p. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11244>>.

LIMA, A. M. Narrando o passado: o jornal nas aulas de História. **Revista do Lhiste – Laboratório de Ensino de História e Educação da UFRGS**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 154-163, jul./dez. 2014. ISSN 2359-5973.

LOPES, J. S. C. Brancos contra pretos: identidades raciais em xeque na Sabinada (Bahia, 1837-1838). **Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História**, São Paulo, jul. 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300592066_ARQUIVO_textoanpuh2011.pdf>. Acesso em: 18 set. 2019.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

LUSTOSA, I. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

MAN, J. **A revolução de Gutenberg**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

MARTINS, A. L. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. D. (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 45-80.

MATEUS, Y. G. A. S. A balaiada na sala de aula: ensino de história do Maranhão e produção de material paradidático. **Anais do III Seminário PPGHIST**, São Luís, p. 140-155, nov. 2017. Disponível em: <<https://www.ppghist.uema.br/wp-content/uploads/2018/02/Anais-III-Semin%C3%A1rio-PPGHIST-Textos-Completos-20171.pdf#page=140>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

MINDLIN, J. Introdução - Impressão Régia: seu significado e suas realizações. In: BRAGANÇA, A.; ABREU, M. (Org.). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 19-21.

MOLINA, M. M. **História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOREL, M. **O período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. D. (Org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 23-43.

OLIVEIRA, D. Uso de periódicos para o ensino de história na educação básica - Projeto 1917: mídia, guerra, greve e revolução. **Revista Intersaberes**, Curitiba, v. 12, n. 25, p. 98-105, set./dez. 2017. ISSN 1809-7286. Disponível em: <<https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1217/666>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

ORÇO, C. L.; GANDOLFI, G. J.; TUZZI, V. O ensino de História na contemporaneidade: metodologias e linguagens. **Unoesc & Ciência – ACHS**, Joaçaba, v. 5, n. 1, p. 90-100, jan./jun. 2014. ISSN 2178-3438. Disponível em: <https://editora.unoesc.edu.br/index.php/achs/article/download/4512/pdf_36>. Acesso em: 06 abr. 2018.

PEREIRA, N. M.; SEFFNER, F. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113-128, dezembro 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/7961/4750>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

PESAVENTO, S. J. Uma certa Revolução Farroupilha. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (Org.). **O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2018. Cap. V, p. 233-267.

PINHEIRO, L. B. S. P. Cabanagem: percursos históricos e historiográficos. In: DANTAS, M. D. (Org.). **Revolutas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011. Cap. V, p. 201-231.

PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

RIBEIRO, L. M. **Imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964)**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004.

RICCI, M. Cabanos, patriotismo e identidades: outras histórias de uma revolução. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (Org.). **O Brasil imperial, volume II: 1831-1870**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Cap. IV, p. 185-231.

ROLIM, R. C. O uso do jornal para trabalhar com a noção de fato e tempo histórico. **História & Ensino**, Londrina, v. 8, p. 63-84, out. 2002. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/download/12230/10725>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

ROSA, D. C. R. Jornal e ensino de História: estímulo à leitura e ao desenvolvimento da consciência histórica. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE - Produções didático-pegagógicas**, Maringá, v. II, 2014. Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uem_hist_pdp_dirce_camurra_da_rosa.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2019.

SCHEIDT, E. Guerra dos Farrapos. In: BITTENCOURT, C. (Org.). **Dicionário de datas da história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 59-64.

SCHMIDT, M. A. A Formação do professor de História e o cotidiano em sala de aula. In: BITTENCOURT, C. **O saber histórico na sala de aula**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, O. T. **História dos fundadores do Império do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, v. IV, 2015.

VERONA, P. O uso de jornais do século XIX na sala de aula: uma fonte histórica para entender o Brasil Império. **Revista Brasileira de Educação Básica – RBEB**, Belo Horizonte, v. 3, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/reducacaobasica/wp-content/uploads/sites/5/2020/01/09-Priscila-Verona_O-uso-de-jornais-dos%C3%A9culo-XIX-na-sala-de-aula.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2020.

APÊNDICES

AURORA FLUMINENSE.

3

possível louvar esta cooperação toda fraccional; mas tal é a tendencia da nossa camara desde alguns annos...

Nós havemos admittido uma hypothese, que entretanto não é real; a da demissão do 19 de setembro pelos esforços do poder irresponsavel. Não; convem incessantemente repetir, esse ministerio não foi demittido; demittio-se, fuido, quando o seu dever, e todos os usos constitucionaes, na proximidade da abertura das camaras, sob pretextos tão futeis como illogitimos.

NOTICIAS PROVINCIAES.

S. PAULO, 25 DE JUNHO.

Parece que a pacificação da infeliz villa da Franca está bem longe de realisar-se, pois recebemos de Mogymirim uma carta de 17 do presente, que contém o seguinte periodo: — Participabile, que agora ha poucos dias mataram João Rodrigues, juiz de paz do Aterrado na Franca, e que as deserções vão em augmento. O juiz de direito aqui chegou no dia 14 do corrente, e com esta noticia ha de estar satisfeito. — Não necessitamos fazer reflexões sobre o que deixamos transcripto: o facto é de tal gravidade que suscita serios temores em todos os amigos da ordem.

Procuraremos indagar os promotores de tão horrendo attentado, e os daremos a nossos leitores. (Noticiador).

BAHIA, 4 DE JULHO.

O dia 2 de julho, anniversario da entrada do exercito pacificador nesta cidade, foi solemnemente festejado com *Te-Deum Laudamus* na cathedral, parada de toda a guarda nacional, sarras, e o mais, que nos dias de maior rigor publico se observa. No largo do Terreiro se acha um riquissimo palanque, onde se vê a effigie do augusto monarcha brasileiro, e o qual conlinda a estar illuminado á noite por espaço de alguns dias. Grande tem sido a concurrença do povo pelas ruas, e nenhum disturbio ha apparecido, o que sobre modo honra aos Bahianos.

MARANHÃO.

Pernambuco, 1.º de julho. — Do Maranhão recebemos folhas até 31 de junho. Já tinham os brigades Nitheroy e Orestes ali chegado, e esperava-se

podere as forças legaes, com este auxilio, tomar a offensiva contra os rebeldes, que tem declarado a mais cruenta guerra á propriedades dos infelizes moradores do centro; continuando a devastal-as, sem poupar o assassinato, a pilhagem, e a deshumanidade, só propria das mais ferozes hordas.

Diz a Chronica, que são increveis os horrores perpetrados no Brejo, e na Tutoya. Entre muitos assassinatos, por esses cannibae commettidos contra as pessoas de todo o sexo, e idade conta-se, como o mais horrível, o perpetrado contra D. Euzebia, mãe do capitão mór Valerio, senhora de mais de 80 annos, que tinha mais de 150 descendentes, a quem, antes que a assassinassem, cortaram uma orelha, e uma mão, que levaram de presente ao dito seu filho, o qual, por mostrar a dôr, e indignação, que era natural, ao se lhe apresentarem os restos ensanguentados de sua mãe, foi tambem assassinado juntamente com sua mulher. Dous soldados, por elles presos, por pretendem evadir-se, foram espostejados: em fim, tudo é ali desordem e mortes, roubos e incendios.

Idem, 2 de julho. — Tendo nós dado em os ns. 109, e 115 noticias do Maranhão até 7 de maio, e hontem dado em globo noticias novamente recebidas até 21 do proximo passado junho, cumpre que mais circunstanciadamente façamos ver aos nossos leitores a marcha, que tem seguido os negocios daquella provincia.

Com effeito, segundo já dissemos, depois de terem os rebeldes barbaramente assassinado o infeliz Pedro Alexandrino, e alguns dos seus companheiros, tomaram o Brejo, que tinha sido abandonado pelas autoridades, e povo. Foi geral a insurreição das classes inferiores nos municipios do dito Brejo, e Iguará; e esse movimento principiou a communicar-se por alguns districtos de Itacú, e da Tutoya, ao mesmo tempo, que dos bandos, que infestavam o Iguará, um grupo veio a Perapemas, e ali reunindo mais alguma gente, procurou S. José, logarejo habitado por caboclos.

No Coroata, o cidadão Fabio Gomes, com 80 homens, e muitas familias, tendo se reunido em uma casa defendida

por trincheiras de terra, foram cercados por 200 homens, commandados pelo celebre Coque, e depois de algumas horas de cerco, tiveram licença para retirar-se, com a pena unicamente de darem vivas, observando-se entre as extravagancias daquella gente grosseira, o estarem elles persuadidos, que o actual presidente era a favor delles, e só vociferarem contra o seu antecessor.

No dia 17 de maio tinham chegado do Ceará 102 praças.

No dia 22 desembarcaram 272 praças do batalhão de caçadores do Maranhão, que se achava no Pará desde 1855.

No dia 29 tinham marchado para o Itapicurú 160 homens, dos que tinham vindo do Pará, e antes para o Icatú 50 dos do Ceará.

No dia 30 contavam-se 26 dias, que havia sahido do Pará a charrua *Cybele*, com o resto da tropa, e ainda não tinha alli chegado, (1)

No 1.º do passado já se achavam os rebeldes em Tutoya, Engeitado, e Tapere, onde commetteram os crimes, que havemos exposto em o nosso numero passado. O destacamento que deixaram em Tutoya era de mais de 100 homens.

Cartas de caxias, de 16 de maio, dizão que os rebeldes estavam 5 legoas distantes dessa cidade; e cartas da Parahyba, em data de 2 do p. p. junho, dizão que alli se achavam reunidos 400 homens pelos esforços do presidente do Ceará, que, tinha até ido pessoalmente á dita villa, levar-lhes soccorro de gente e munições.

CEARÁ E PARÁ.

Recebemos juntamente folhas do Ceará até 22 do p. p. junho, e do Pará até 8, e dellas constar reinar em ambas, a paz e a tranquillidade.

(Diario de Pernambuco.)

— Na sessão de hontem da camara dos deputados, o Sr. Conde de Lages insistio em mostrar, que o máo estado do exercito no Rio Grande dependia em grande parte dos recrutamentos feitos em massa na Bahia. S. Exc. reconhecendo tambem a injustiça da po-

(1) Este facto é um novo argumento em favor do emprego de barcos de vapor nas provincias rebelladas.

DIRETO DA FONTE

A partir da leitura da fonte impressa, o jornal Aurora Fluminense, sobre a Balaiada responda os questionamentos a seguir:

1) De que forma o jornal apresenta a imagem dos revoltosos do Maranhão?

2) De acordo com a fonte, a afirmativa a seguir é verdadeira ou falsa? Justifique sua resposta.

“Essa representação da imagem dos balaios tinha como objetivo a manipulação da opinião pública e principalmente angariar apoio dos presidentes das províncias limítrofes do Maranhão”.

3) Uma das descrições sobre os feitos dos balaios presente nessa edição do jornal Aurora Fluminense é o ocorrido contra Dona Euzebia. O que aconteceu com ela e por qual motivo?

4) No trecho “Foi geral a insurreição das classes inferiores (...)”, a quem o jornal se refere?

5) O jornal tenta passar a impressão que os revoltosos sofrerão em breve uma forte repressão, quais trechos justificam essa afirmação?
